

Pedro Cláudio Vaz da Costa

A casa em Portugal

Análise do uso da habitação em tempos de pandemia



Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Porto, 2023

A casa em Portugal - Análise do uso da habitação em tempos de pandemia

Pedro Cláudio Vaz da Costa

A casa em Portugal
Análise do uso da habitação em tempos de pandemia

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Porto, 2023

Pedro Cláudio Vaz da Costa

A casa em Portugal
Análise do uso da habitação em tempos de pandemia

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor Doutor Avelino Oliveira.

RESUMO

A pandemia COVID-19 impôs mudanças significativas na vida das pessoas, nomeadamente na maneira como as habitações foram utilizadas durante os períodos de confinamento, forçando-as a redefinir o papel do lar.

Durante a pandemia, as medidas de isolamento social obrigaram as pessoas a permanecerem fechadas em casa, o que levou a uma reflexão sobre como a casa, originalmente concebida como um refúgio seguro, se transformou num espaço de confinamento, onde o convívio familiar se misturou com o trabalho, o estudo e a ausência de vida social. As restrições de movimento e o aumento significativo do tempo passado em casa impulsionaram uma reavaliação do espaço habitacional, com um foco acentuado na funcionalidade e no bem-estar dos residentes.

No final, este trabalho forneceu uma visão de como os portugueses utilizaram as suas habitações durante a pandemia, destacando a importância das adaptações realizadas, as mudanças nos padrões de trabalho e estudo, bem como os desafios enfrentados. Os modelos tipológicos aplicados ofereceram uma abordagem sistemática para categorizar esses comportamentos, contribuindo para uma compreensão mais completa da experiência das pessoas durante esse período desafiador.

Palavras-Chave: Casa; pandemia; confinamento; teletrabalho; flexibilidade.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic imposed significant changes on people's lives, in particular on the way homes were used during periods of confinement, forcing them to redefine the role of a home.

During the pandemic, social isolation measures obligated people to remain inside their homes which led to reflection about how a home, originally conceived as a place of refuge, turned into a confinement space where family time blended with work, study, and an absence of social life. The restrictions on movement and the significant increase in time spent at home triggered a reevaluation of the home space with a stronger focus on functionality and the wellbeing of its inhabitants.

The present study provides a vision of how the Portuguese used their homes during the pandemic, highlighting the importance of the adaptations made, the changes in work and study habits experienced, and the obstacles faced. The typological models applied provide a systematic approach for categorizing these behaviors and contribute to a better understanding of people's experiences during this difficult period.

Key words: House; pandemic; confinement; telecommuting; flexibility.

DEDICATÓRIA

À minha obra-prima, a Sátia.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não foi egocêntrico nem individualista, nem foi exclusivamente académico, pois durante o longo período de investigação os contributos emocionais, de apreço, de coragem e de confiança foram manifestações espontâneas e constantes vindas dos diferentes vetores que preenchem a minha vida.

Agradeço em especial à minha eterna paixão, Sónia, pela confiança, pela crítica construtiva que sempre fez ao meu modo de atuar durante este período, pela paciência que teve nos momentos mais difíceis, em que falhei, os quais apenas foram superados pela persistência do amor e apoio emocional, e principalmente por ser quem é, incrivelmente linda em todas as suas dimensões, base sustentável da minha estrutura. Se eu aprendesse mais com ela, certamente este capítulo estaria fechado há muito tempo.

Nessa mesma base, como não poderia deixar de ser, estão também os meus pais o meu irmão, Bina e a Sandra, e o António, que sempre acreditaram em mim, e me apoiaram nas minhas escolhas e caminhada académica

No vértice deste meu esquema vital está a Sátia, responsável pela alegria com que me brinda todos os dias, e que inconscientemente é um motor de coragem, de motivação e confiança.

Num contexto mais académico, mas também ele basilar, agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor Avelino Oliveira por me ter desafiado para este trabalho, pela paciência, compreensão, orientação, disponibilidade, apoio e principalmente ao “arquiteto” por me ter ensinado a sentir a arquitetura de uma maneira mais culta, mais completa, mais analista e mais “compreensiva”. No mesmo contexto, uma nota de apreço ao arquiteto Luís Pinto de Faria, foi sem dúvida uma pedra basilar nesta paixão pela arquitetura. Não posso deixar de salientar os professores que deixaram uma marca no meu percurso académico; arquiteto Pedro Santiago, arquiteto João Ferreira e arquiteta Sara Sucena.

A todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para o alcançar desta meta, mesmo que inconscientemente...obrigado!

Por último, propositadamente, ao arquiteto e amigo Jorge Videira, por tudo, e tudo é pouco, “*Less is more*”. Obrigado!

ÍNDICE

I	INTRODUÇÃO (Da problemática do uso da habitação no contexto de pandemia à organização do trabalho)	1
1.1	Âmbito do trabalho e abrangência da investigação	2
1.2	O problema e os objetivos	3
1.3	Metodologia	6
1.4	Restrições da pesquisa	7
II	ENQUADRAMENTO TEÓRICO (A casa em tempos de pandemia).....	9
2.1	O problema e a importância de refletir sobre a habitação	9
2.2	A casa “confinada”	13
2.3	A casa “escritório”	19
2.4	A casa “saudável”	24
2.5	A casa “flexível”	47
III	ANÁLISE (O uso da habitação em tempos de pandemia).....	56
3.1	Inquérito” A casa em Portugal – Análise da habitação em tempos de pandemia”	56
3.2	Apresentação de resultados do inquérito	67
IV	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- A casa durante a pandemia COVID-19	6
Figura 2- Refletir sobre a casa	10
Figura 3- A casa “confinada”	14
Figura 4- A casa Arpel.....	15
Figura 5- A casa Hulot	15
Figura 6- A Sr ^a Arpel na Higienização da casa	16
Figura 7- A vida quotidiana do Sr. Hulot	17
Figura 8- A casa "Escritório"	19
Figura 9- A casa "saudável"	25
Figura 10- A casa "higiénica"	28
Figura 11- Os 5 fatores do Síndrome de Edifício Doente	35
Figura 12- Os 9 fundamentos para um edifício saudável	36
Figura 13- Organograma de estudo para uma casa saudável.....	36
Figura 14- 36 dicas para transformar a sua casa, numa casa saudável	37
Figura 15- Diagramas de núcleos compactos	41
Figura 16- A casa "Sustentável"	45
Figura 17- A casa "Flexível"	47
Figura 18- Diagrama de estratégias para a adaptabilidade em edifícios	51
Figura 19- A casa adaptada	54
Figura 20 - Síntese de resultados do objeto de estudo.....	104
Figura 21- Imagem síntese do estudo	106

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1 - Género dos inquiridos	67
Tabela 2 - Idade dos inquiridos	68
Tabela 3 - Estado civil dos inquiridos	69
Tabela 4 - Habilitações literárias dos inquiridos	70
Tabela 5 - Estado profissional dos inquiridos	71
Tabela 6 - Número de pessoas que compões o agregado familiar.....	73
Tabela 7 - Tipologia do agregado familiar	74
Tabela 8 - NUT II de residência	75
Tabela 9 - Município de residência	76
Tabela 10 - Zona onde mora.....	77
Tabela 11 - Tipologia envolvente.....	78
Tabela 12 - Tipologia do edificado.....	79
Tabela 13 - Tipologia da habitação	80
Tabela 14 - N° de divisões da habitação	81
Tabela 15 - Área interior da habitação	82
Tabela 16 - Qualidade do ar da habitação	83
Tabela 17 - Rede de internet.....	84
Tabela 18 - Espaços exteriores	84
Tabela 19 - Espaço destinado a escritório	86
Tabela 20 - Adequação do agregado à tipologia da habitação	87
Tabela 21 - Adequação do agregado à organização espacial da habitação	89
Tabela 22 - Exposição solar da habitação	90
Tabela 23 - Higienização da habitação durante a pandemia COVID-19	91
Tabela 24 - Arejamento da habitação durante a pandemia COVID-19.....	92
Tabela 25- Situação de teletrabalho/ensino à distância	93
Tabela 26 - Número de pessoas em simultâneo do agregado em teletrabalho/ensino à distância.....	94
Tabela 27 - Espaços usados para teletrabalho/ensino à distância.....	95
Tabela 28 - Adequação da habitação para o efeito de teletrabalho/ensino à distância...	96
Tabela 29 - Convivência familiar durante o confinamento relativa ao uso dos espaços para teletrabalho/ensino à distância.....	97

Tabela 30 - Convivência familiar durante o confinamento relativa ao uso dos espaços de convívio e lazer.....	98
Tabela 31- Relativo à quantidade de visitas recebidas	99
Tabela 32-Relativo ao tempo passado em casa	100
Tabela 33 - Relativo ao conforto da habitação	101
Tabela 34-Relativo a obras na habitação	102
Tabela 35 - Relativo a mudar de casa e lugar.....	103

I INTRODUÇÃO (Da problemática do uso da habitação no contexto de pandemia à organização do trabalho)

Em finais de 2019, mais precisamente no dia 31 de dezembro de 2019, a OMS (Organização Mundial de Saúde), teve conhecimento de vários casos de pneumonia na República Popular da China, mais precisamente na cidade de Wuhan, província de Hubei. Uma semana depois, a 7 de janeiro de 2020 as autoridades chinesas identificaram um novo tipo de coronavírus, designado inicialmente por 2019-nCoV. (OMS, 2020)

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classificou o novo coronavírus (SARS-CoV-2)¹, como sendo o vírus responsável por uma nova doença de infeção respiratória, designada por COVID 19² (COrona VIRus Disease 2019), como uma pandemia³.

A 18 de março de 2020 foi decretado, pelo presidente da República e comunicado pelo Conselho de Ministros o estado de emergência em Portugal, onde foram estabelecidas diferentes medidas para diferentes situações. Algumas dessas medidas passaram pelo confinamento obrigatório, encerramento de instituições públicas e de ensino, estabelecimentos comerciais e a obrigatoriedade à adoção do regime de teletrabalho sempre que as funções o permitam.

Estaria a arquitetura da casa dos portugueses preparada para vivenciar tempos de pandemia?

Num tempo em que a casa tem de se adaptar a novas vivências e hábitos, será que as nossas casas acompanharam a evolução das novas tendências sociais? Será que as nossas casas se conseguem adaptar facilmente às adversidades sociais, nomeadamente às causadas por uma pandemia?

¹ Vírus do grupo dos Coronavírus que pode causar infeção respiratória

² Doença causada pelo vírus SARS-COV-2

³ Doença infecciosa que se dissemina a nível mundial

1.1 Âmbito do trabalho e abrangência da investigação

O ponto de partida deste trabalho assenta na pesquisa de estudo da atual casa portuguesa, e de que maneira as suas tipologias estão atualizadas para responder às novas condicionantes vivenciais motivadas pela pandemia. As tipologias de habitação sempre foram um tema estudado no contexto dos escritos científicos de arquitetura, na sua obra denominada *Casas Portuguesas*, Raul Lino (1933) desenvolve toda a sua temática em redor da tipologia da casa. Embora num contexto diferente da temática desta investigação, refere-se às disposições da casa como uma proteção, um isolamento ao exterior, “...veremos – talvez com surpresa – que na maioria dos casos o que se pretende é o ISOLAMENTO. As paredes exteriores e a cobertura da casa protegem-nos dos agentes atmosféricos, isolando-nos do que se passa lá fora; as divisórias e os tectos no interior separam os aposentos criando o indispensável isolamento entre uns e outros...” (Lino, 2007).

Partindo deste excerto, poderemos dizer que nunca fez tanto sentido pensar a “casa” como uma caixa que nos protege, que nos mantém seguros dos agentes externos, e como, também refere Lino, nos separa do mundo exterior, estranho, indiferente e por vezes hostil.

Não foi ao acaso, que ilustramos o rosto do nosso trabalho, com uma fotografia de uma janela fechada que na sua linguagem vernacular de fachada desenha uma casa, que metaforicamente nos transporta para o universo vivido no confinamento, “fechados em casa”.

O confinamento e isolamento social motivados pelo impacto da pandemia Covid-19 reformulou a experiência de perceção de tempo e espaço. Para além de toda a incerteza vivida durante o período de pandemia relativo à doença e aos impactos sociais que dela viriam, tivemos de nos adaptar numa escala temporal muito curta a novos hábitos sociais, de trabalho, de estudo, de convivência familiar etc.

Terão estas alterações ao quotidiano social, familiar e profissional impulsionado novos estudos para repensar a habitação e por consequência a convivência habitacional? Estariam as nossas casas no geral, dotadas de suporte funcional, organizacional e de

infraestruturas, para responder às novas necessidades? Teriam as nossas casas parâmetros suficientes para se transformarem, em mais funções do que aquelas para que foram desenhadas? Para serem escola, local de trabalho, espaço de lazer, e não serem apenas refúgio, mas ao mesmo tempo um espaço para fugir?

Haveria tempo para essas adaptações, quando toda a máquina comercial e industrial estava parada?

No contexto de pandemia, observamos que nos encontrávamos num espaço e num tempo onde se estava a operar uma mudança de paradigma, e onde a casa deveria ser repensada novamente quanto à sua função exclusivamente habitacional, como refere Oliveira no seu livro *A casa Compreensiva*: “*A habitação deixa de ser um objeto da produção racionalista, funcional e delimitada pelos conceitos da média antropométrica, da procura do espaço mínimo essencial para o correto funcionamento das atividades inerentes ao “habitat”, para passar a ser um espaço que se deseja inclusivo e compreensivo.*” (Oliveira, 2015)

1.2 O problema e os objetivos

A pandemia da COVID-19 foi o maior desafio global deste século até à data. No início do confinamento, a habitação foi decididamente o “porto seguro” e a melhor arma no combate à pandemia da Covid-19. Em Portugal e um pouco por todo o mundo, os governos e as autoridades de saúde nomeadamente a OMS- Organização Mundial de saúde apelaram para todos se “manterem nas suas casas” (OMS, 2020).

Deste modo a “casa” transformou-se no instrumento mais eficaz na contenção da propagação pandémica, e durante o tempo em que ficamos em casa, a mesma teve de ser reinventada quanto ao uso e função. De um momento para o outro, além de o espaço ser ocupado a tempo inteiro, deixou de servir a função principal de uso doméstico e passou a ser local de trabalho, de estudo, de lazer, etc.

Para além da localização das casas no seu contexto geográfico e social, a própria dimensão e qualidade das habitações marcaram a forma mais ou menos difícil das convivências familiares (Oliveira, et al., 2020).

Ao estudarmos a problemática do uso da casa em tempos de pandemia, não nos podemos dissociar de todas as dimensões que estão interligadas com a casa, nomeadamente as questões económicas, sociais, e geográficas da habitação (Oliveira, et al., 2020).

Contudo, a questão basilar desta dissertação é tentar perceber se a casa dos portugueses estaria preparada para se adaptar ao novo paradigma do uso habitacional trazido pela pandemia.

Seriam as casas dos portugueses o suficientemente flexíveis para poderem readaptar as suas tipologias em função do novo uso?

Como terá sido a convivência social e familiar durante o confinamento num contexto de uso do espaço doméstico simultaneamente com espaço de trabalho e de estudo?

Para conseguirmos responder a estas questões delineamos um conjunto de objetivos relacionados com a casa, que nos pareceram pertinentes estudar, tais como:

- A convivência familiar

Durante a pandemia, mais precisamente durante os períodos de confinamento, em que as pessoas foram obrigadas a um distanciamento social e a uma convivência familiar originou alterações forçadas ao uso e função dos espaços das habitações. É neste sentido, que nos interessa perceber em como essas alterações essencialmente provocadas pelo teletrabalho alteraram o modo de vida em comum e o convívio diário, coexistindo no mesmo espaço doméstico.

- Infraestruturas e equipamentos

“A capacidade das pessoas de reinventarem vivências de lazer foi positiva em diversos países do mundo. Isso mostra que a sociedade tem a capacidade de mudar, de ser crítica e criativa e de transformar a ordem social vigente a partir de um processo longo e de boa vontade.”(Clemente & Antonio, 2020)

As infraestruturas e os equipamentos da casa desempenharam um papel crucial para o funcionamento e adaptação dos ambientes residenciais à nova realidade trazida

pela pandemia. Foram fundamentais para garantir a segurança, o conforto e o bem-estar das famílias durante o confinamento.

- A salubridade e higienização

“Em 28 de fevereiro de 2020, o primeiro caso da doença do novo coronavírus — COVID-19— foi confirmado no Equador. A partir desta data, o Estado equatoriano, através do poder executivo, desenhou e implementou políticas e dispositivos para gerir a crise desencadeada pela chegada da doença ao mundo e ao país. Durante o primeiro ano da pandemia, as disposições implementadas pelo Estado basearam-se em medidas excepcionais, no âmbito das quais a limitação de direitos e o isolamento eram a norma” (Arcos, 2023).

Durante a pandemia, uma das medidas adotadas para evitar a propagação da doença foi garantir que todos os espaços e ambientes se mantivessem seguros e saudáveis. Para além da alteração ao conceito dos cuidados de higiene pessoal, a qual foi levada a um extremo, também as nossas casas tiveram de se readaptar a este novo uso. A salubridade dos espaços e ambientes habitacionais era agora, mais do que nunca, vista como uma preocupação de saúde e contágio da doença.

- A flexibilidade e adaptabilidade

Friedman acredita que, em vez de serem imutáveis, os ambientes físicos devem ser concebidos e construídos para se ajustarem facilmente à evolução do estilo de vida dos seus habitantes (Friedman, 2002).

A capacidade e flexibilidade dos espaços residenciais de se adaptarem a novas funções, pareceu-nos ser o maior desafio imposto por esta mudança de paradigma na habitação. Transformar os espaços habitacionais em espaços multifuncionais, onde o teletrabalho e o ensino à distância passaram a ser parte integrante do uso da habitação, obrigava a repensar não só a organização espacial, mas também a privacidade e o compartilhamento dos espaços.

1.3 Metodologia

Após tomada a decisão do contexto temporal a estudar “A pandemia COVID 19”, um novo paradigma que alterou toda a máquina social, incluindo o uso da habitação, escolhemos o nosso objeto de estudo “A casa” e as problemáticas relacionadas com o tema.

Num primeiro momento, delineamos qual a diretriz a seguir e o que pretendíamos estudar, originando assim o título desta dissertação “A casa em Portugal - Análise do uso da habitação em tempos de pandemia”, tornando possível a estruturação do nosso estudo.

Escolhido o título, tornou-se crucial fazermos uma pesquisa bibliográfica que abordasse o problema e a importância de refletirmos sobre a habitação e suportasse os conceitos de casa relacionando-a com os objetos de estudo; convivência social e familiar, flexibilidade, salubridade e higienização, infraestruturas e equipamentos durante o confinamento.

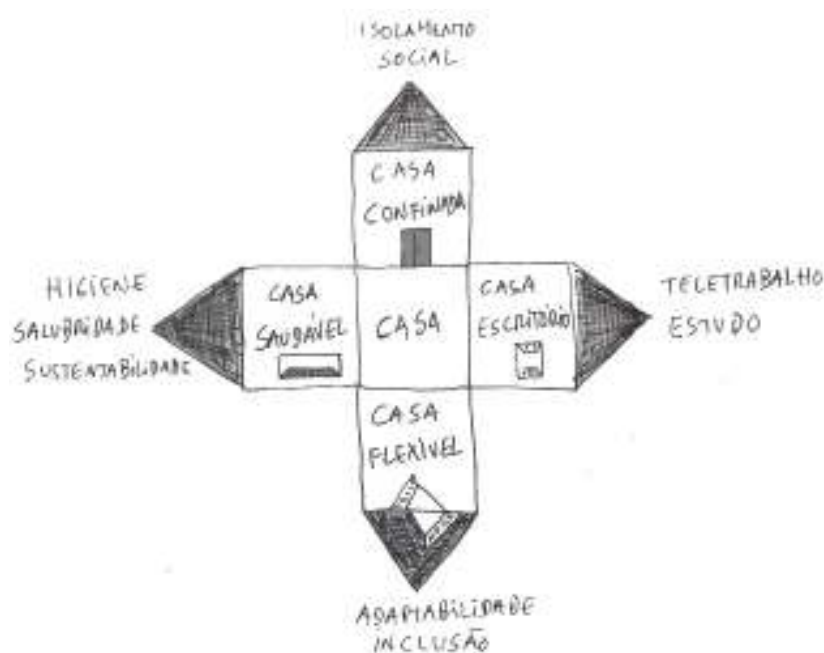


Figura 1- A casa durante a pandemia COVID-19 (Desenho do autor)

Assim, com base nestes conceitos, num segundo momento deste estudo delineamos o enquadramento teórico, justificado por recolhas bibliográficas onde optamos tratar ou apelidar a casa, por conceitos chave que de um certo modo nos remetessem para o objeto de estudo no quadro pandémico;

Chamamos **casa “confinada”**, à maneira como o distanciamento social e o confinamento, influenciaram a maneira como as pessoas se isolaram do quotidiano e perderam o direito à cidade.

Na **casa “escritório”**, abordamos os conceitos de teletrabalho e ensino à distância, e qual foi impacto que tiveram na convivência familiar e na ocupação dos espaços da habitação.

A higienização, a salubridade e a sustentabilidade foram temas que aprofundamos no conceito da **casa “saudável”**, justificados com pesquisa bibliográfica que definem a casa como uma ideia de ambiente habitacional saudável e equilibrado.

A **casa “flexível”**, é sustentada por justificações teóricas, na capacidade que a casa tem de criar espaços habitacionais que sejam versáteis, inclusivos e capazes de se adaptarem a novas necessidades e mudanças ao longo dos tempos.

Num terceiro momento, o nosso trabalho segue uma linha de investigação, no qual foi elaborado um inquérito online com questões que nos pareceram pertinentes, para estudar como os portugueses vivenciaram a casa em tempos de pandemia. Após o resultado do inquérito, analisamos os resultados, e retiramos algumas conclusões dos vetores estudados.

E por fim, no último momento da dissertação são apresentadas as considerações finais do trabalho, que em suma pretendem sintetizar os resultados obtidos no inquérito com o objeto de estudo.

1.4 Restrições da pesquisa

As restrições da pesquisa para o desenvolvimento deste podem estar relacionadas com:

A representatividade da amostra, a qual pode ser limitada no contexto geográfico, e não espelhar uma realidade ao nível do país.

A elaboração do inquérito, as quais podem limitar a interpretação e abrangência da leitura dos dados, nomeadamente: ´

O inquérito foi feito em Portugal, não podendo ser lido como uma representação geral para a Europa ou mundo.

Apesar de termos elaborado questões objetivas, a interpretação por parte dos inquiridos pode resultar em respostas baseadas na perceção e na sua própria interpretação.

A seleção dos inquiridos foi aleatória, no entanto, como o inquérito foi online, condiciona logo à partida pessoas que tem acesso à internet, ou que correspondem a determinados grupos sociais e demográficos, o que condiciona a amostra num contexto representativo da população em geral.

A escala temporal, também condicionou a pesquisa, uma vez que a situação pandémica esteve constantemente em evolução, o comportamento e a perceção das pessoas em relação à habitação do espaço num determinado período, ou por, as pessoas já não estarem em confinamento quando foram inquiridas, podem ter influenciado as respostas, e não serem representativas do mesmo período.

Com estas restrições, reconhecemos as limitações da pesquisa, no entanto tentamos ser sintéticos na interpretação dos resultados e na obtenção de conclusões, não generalizando os mesmos para a população em geral.

II ENQUADRAMENTO TEÓRICO (A casa em tempos de pandemia)

2.1 O problema e a importância de refletir sobre a habitação

Ao longo dos tempos, as nossas casas sempre foram construídas seguindo a sua função. No Tratado de Arquitetura, Vitruvius considerava a adequação da casa à função “*utilitas*”, como um dos três princípios fundamentais da arquitetura, enfatizando a importância, que um edifício deve servir para o propósito específico para o qual foi projetado. Para Vitruvius, uma casa bem projetada deve contemplar espaços organizados e com dimensões apropriadas para as atividades de quem nela habita.

“Aqueles, porém, que vivem dos frutos do campo deverão construir nos seus vestibulos estábulos, lojas e, no interior dos edifícios, caves, celeiros, armazéns e outras instalações que possam estar mais de acordo com a guarda de produtos do que com uma disposição de elegância. No que respeita às casas destinadas aos capitalistas e publicanos, elas deverão ser mais funcionais, pomposas e protegidas em relação a assaltos; para os forenses e escritores deverão ser mais elegantes e espaçosas para poderem acolher reuniões, para os nobres porém, que devem prestar serviços aos cidadãos, assumindo as honras e as magistraturas, deverão fazer-se régios e amplos vestibulos, grandiosíssimos átrios e peristilos, arvoredos e os mais largos passeios, com um acabamento correspondente ao que convém à majestade; também as suas bibliotecas e basílicas deverão ser levantadas com magnificência semelhante à das obras públicas, porque nas suas casas muitas vezes se tomam decisões públicas, quer acórdãos privados e se fazem julgamentos. (Maciel, 2006).

Faria (2015), no prefácio do livro “A casa compreensiva”, refere-se à casa como uma das dimensões mais fundamentais da experiência humana. Ela abrange diversas categorias antropológicas centrais, tais como a organização do mundo em cosmos e caos, a interação entre agregação e agressão, a dicotomia entre o doméstico e o selvagem, a relação entre a família e o trabalho, a distinção entre privado e público, e a conexão entre o global e o local. É uma expressão cultural que se manifesta no espaço-tempo de variadas maneiras, mas sempre enfrentando questões de valor universais, traduzindo um conceito básico de “dentro e fora”, “eu e o outro”, ou seja, são interações que geram instabilidade,

onde o “eu” e o ambiente estão em interação, em que o espaço vital influencia o indivíduo e, ao mesmo tempo, é afetado por ele.



Figura 2- Refletir sobre a casa (Desenho do autor - inspirado na escultura de *Auguste Rodin: O pensador*)

A casa não é apenas uma estrutura física, é um lugar onde as complexas relações humanas se desdobram. Simboliza a constante busca por segurança, proteção e identidade, enquanto também lida com as tensões entre a intimidade do lar e as demandas da vida em sociedade. Ao compreender-mos a casa como uma topologia cultural, podemos apreciar como ela é profundamente enraizada nas tradições e valores humanos, enquanto evolui e se adapta às mudanças do mundo moderno (Oliveira, 2015).

Nos discursos sobre as casas do Papalagui (Scheurmann, 2003), termo usado para se referir aos estrangeiros ocidentais, especialmente aos europeus, Tuiavii, chefe da tribo Tiavéa em Samoa (1920), conseguimos perceber esta evolução e adaptação referida por Faria.

Para Tuiavii, a visão das casas do Papalagui, era um contraste intrigante com as tradicionais construções da sua própria tribo. As casas do Papalagui eram vistas como impressionantes obras de arquitetura em comparação com as modestas cabanas de palha da sua tribo. Contudo, Tuiavii de Tiavéa via um lado sombrio na imponência das casas

ocidentais. Elas eram muito mais do que simples abrigos, eram símbolos de desigualdades sociais. Para além disso, achava-as distantes da natureza e das relações comunitárias tão valorizadas na sua tribo. Ao contrário das casas tradicionais de Samoa, as quais eram construídas em harmonia com o meio ambiente, achava que as casas europeias isolavam os seus habitantes da natureza e promoviam uma vida mais isolada (Scheurmann, 2003).

A casa não pode ser estudada sem compreendermos todo o contexto que a envolve, seja ele temporal, social, económico ou cultural.

A habitação é a casa no sentido afetivo de lar, espaço de domesticidade, da família, de descanso e convívio. No entanto, a habitação tem um sentido mais lato, se cruzarmos outras variáveis que se interligam com a “casa”, tais como o emprego, a economia, a localização territorial, e as oportunidades ou constrangimentos que resultam dessas mesmas variáveis. Para Drago (2020), a habitação é muito mais do que “casa”, é mercado, é rendimento e/ou dívida, é um lugar onde são desenvolvidas lógicas de desigualdades (Carmo, et al., 2020).

No livro “A casa compreensiva”, Oliveira descreve uma jornada explorativa através de diversas tipologias de casas ao longo da história da humanidade. Começa nas «casas» mais primitivas, como as cabanas neolíticas, as casas *castreges*, as tendas dos povos mais rudimentares. Em seguida, aprofunda o estudo nas casas históricas com origens em contextos rurais e urbanos, representando as diversas estruturas sociais e económicas da época, incluindo a casa-pátio, a vila rural, o castelo, a casa senhorial, a casa artesã, o palácio burguês, cada uma com as suas particularidades e simbolismos culturais. Fala das casas contemporâneas, onde aborda as tipologias de habitação mais comuns na cidade atual, refletindo as mudanças na sociedade e nas necessidades das pessoas. Pretende criar um panorama teórico, coerente e compreensível sobre a evolução da casa ao longo do tempo, desde as suas origens mais rudimentares até às formas mais contemporâneas. Uma exploração que visa compreender como as casas refletem as necessidades básicas de abrigo, mas também as características culturais, sociais e económicas de cada época e lugar.

Concordamos, que o desafio de acompanhar a evolução das novas tendências sociais em relação às nossas casas, é complexo e multifacetado, não podendo ser definitivo e evolutivo se não houver uma simetria entre a casa e os seus habitantes, ou

seja, se ambos não acompanharem o progresso dos sistemas que se integram no ambiente doméstico.

Oliveira, propõe uma maneira diferente de entender e observar as construções habitacionais, na forma inovadora de atender às necessidades físicas, funcionais e culturais do habitar contemporâneo, substituindo os chavões dos anos oitenta que rotulavam as casas de inteligentes, sustentáveis, bioclimáticas ou ecológicas por um novo conceito de *casa compreensiva*.

Concordamos quando diz: “... *que a questão essencial que se coloca face aos novos paradigmas assenta na imprevisibilidade do que vem a seguir, do futuro*”.

E o “futuro”, trouxe um novo paradigma de habitar. A pandemia reacendeu a importância de refletir sobre a habitação, como um espaço resiliente e adaptável para enfrentar mudanças e desafios imprevisíveis, num curto espaço de tempo. Pensar a casa em tempos de pandemia, é compreender que ela vai além de uma construção física; é um ambiente que pode influenciar significativamente o nosso bem-estar físico, emocional e mental. Uma das principais lições que aprendemos com a pandemia foi a necessidade de criar casas que facilitem uma adaptação rápida a novas realidades. Isso inclui ter espaços adequados para o teletrabalho, áreas de lazer que promovam o relaxamento e a distração, e ambientes que possam ser facilmente transformados para atender às necessidades em constante mudança.

Durante o isolamento surgiram muitas problemáticas relacionadas com a habitação, o que nos faz refletir sobre o pensamento de vários autores que se debruçaram na temática do habitat, como projetamos e habitamos as nossas casas.

É comum encontrarmos as principais referências, ao acesso limitado a espaços ao ar livre e a importância da conexão com a natureza; a proteção e segurança; a flexibilidade e adaptação dos espaços; as condições de higienização, a salubridade; a sustentabilidade e eficiência energética; as redes de infraestruturas tecnológicas, o isolamento social e saúde mental são temas que ficaram intrinsecamente ligados à casa quando falada num contexto de pandemia. Não podemos pensar a casa em tempos de pandemia como uma resposta temporária à situação vivida, mas como uma aprendizagem para construirmos casas inovadoras, mais “*compreensivas*” e adaptáveis para possíveis desafios impostos pelas circunstâncias atuais e futuras.

2.2 A casa “confinada”

A casa é o lugar essencial para o nosso bem-estar, fornece-nos abrigo, segurança, conforto e um sentimento de pertença. No entanto, durante o confinamento, a casa transformou-se num ambiente mais restrito e ao mesmo tempo multifuncional, trazendo um significado mais profundo a estes conceitos. As pessoas tiveram de adaptar as suas rotinas e interações familiares e sociais, o que levou a uma adaptação forçada nas dinâmicas ambientais do espaço residencial, levando a que, durante os períodos de confinamento, se observasse uma mudança no uso dos espaços dentro das habitações. Criaram-se escritórios improvisados, salas de aulas, áreas recreativas e de lazer, impactando tanto as estruturas dos espaços, como do mobiliário.

Além disso, as mudanças nas dinâmicas dos utilizadores da casa influenciaram a sua saúde mental e física.

No livro *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19*, Drago aponta como marcante na vivência do confinamento as diferenças geográficas sociais e as formas de habitar que as compõe, desde a diversidade de estruturas urbanas, a densidade populacional e o espaço programático e funcional das casas, as quais influenciaram, para que os períodos de confinamento domésticos fossem vividos de formas diferentes pelos diferentes estratos sociais. Refere ainda, que a habitação é a casa no sentido afetivo de lar, espaço de domesticidade, da família, de descanso e convívio. No entanto, acha que a habitação tem um sentido mais lato, se cruzarmos outras variáveis que se interligam com a “casa”, tais como o emprego, a economia, a localização territorial, e as oportunidades ou constrangimentos que resultam dessas mesmas variáveis. Para Drago, a habitação é muito mais do que “casa”, é mercado, é rendimento e/ou dívida, é um lugar onde são desenvolvidas lógicas de desigualdades (Drago, 2020).



Figura 3- A casa “confinada” (*Desenho do autor*)

Refere que as desigualdades sociais foram um marco, que definiu a experiência vivida durante esses períodos. Para além, das possibilidades económicas para conseguir pagar as contas e despesas face ao que se estava a passar, num momento de quase paralisia económica, a comodidade e conforto oferecido pelas habitações era um fator que influenciava a maneira mais fácil ou mais difícil de ultrapassar os tempos dentro da casa “confinada”. (Drago, 2020)

Ao falarmos da experiência do confinamento, não nos podemos dissociar dos fatores externos que diretamente influenciaram essa vivência, fossem eles económicos, sociais, familiares ou simplesmente, tão ou mais importante, a própria “casa”.

Durante o confinamento a casa tornou-se num microcosmos, onde todas as vivências externas, trabalho, escola, lazer se fundiram num único espaço. Tudo acontecia dentro de casa, onde apenas tínhamos o “olhar” a contactar com o exterior, quer fosse através das janelas fechadas ou dos meios de comunicação.

No filme “Mon Oncle” de Jaques Tati (1958), a casa Arpel, moderna, dotada de infraestruturas, de espaço exterior com jardins, personifica dois olhos conceptuais nas janelas redondas do desenho da fachada, como que estivesse a olhar para o exterior. No interior a vida do casal é algo estática e confinada à contemplação dos espaços. Por contrapartida na casa Hulot, de arquitetura tradicional, de tipologia coletiva, com frente de rua, sem jardim, com áreas menores e sem infraestruturas modernas, o Senhor Hulot

tem uma vida mais dinâmica e contemplativa do espaço e da ligação do exterior com o interior (Feltrin, 2018).



Figura 4- A casa Arpel (*A boa vida: Ábalos, Inaki*)



Figura 5- A casa Hulot (*A boa vida: Ábalos, Inaki*)

Abordamos este filme, porque na nossa interpretação, a casa Hulot espelha a vivência do quotidiano, o dia a dia, o presente, enquanto a casa Arpel remonta-nos para um cenário de “confinamento”, onde apesar das áreas serem maiores, tudo é controlado, desde a entrada no lote, à entrada em casa, ou a própria higienização do espaço. Ábalos, no livro “A boa vida” refere o excesso de cuidado de higienização da senhora Arpel na limpeza e controlo da casa (Ábalos, 2000).



Figura 6- A Sr^a Arpel na Higienização da casa (*A boa vida: Ábalos, Inaki*)

De certa forma, a visão satírica e humorística de Tati de uma família “presa” na sua própria casa, num mundo artificial, moderno e tecnológico, mas ao mesmo tempo estéril, que os mantém isolados do exterior, está relacionada com o distanciamento social, com as restrições de mobilidade e de restrição social que foram impostas para conter a propagação do vírus, levando a um isolamento físico. A vivência da casa por parte dos Arpel, oferecia conforto, modernidade e tecnologia, mas ao mesmo tempo desconectava a família da vida real. Da mesma forma, durante o confinamento, passamos a depender da tecnologia para trabalhar, para estudar, para ocupar o tempo, e por imposição e obrigação desconectamo-nos das rotinas do quotidiano. Essa dependência excessiva da tecnologia, trouxe novos desafios. Tal como os Arpel, a sensação de estar constantemente conectados, mas ao mesmo tempo isolados, gerou nas pessoas sentimentos de ansiedade, solidão e até mesmo uma certa desconexão da realidade. Descobriu-se que a sensação de “casa” como o lugar de conforto e de segurança, podia transformar-se num lugar vazio e monótono, apesar de toda a tecnologia, as mesmas sensações que Tati nos tenta incutir na sua visão da convivência na casa Arpel. Além disso, Tati também nos mostra uma família que estava constantemente preocupada em manter as aparências perfeccionistas da modernidade, da mesma forma, durante o confinamento, muitas pessoas sentiram a necessidade e pressão de mostrarem uma imagem perfeita e moderna nas suas interações virtuais nas redes sociais, fosse através de imagens que mostrassem uma casa moderna, organizada e perfeita, onde se praticava desporto, estudava, trabalhava, confeccionavam-se refeições elaboradas, e onde aparentava “viver-se feliz” .

Esta comparação com a família Arpel, pode ser vista como uma busca incessante para mostrar uma fachada idílica e distorcida da realidade vivida emocionalmente. O recurso à “janela” das redes sociais, funcionava como um escape mental, para manter vivo o equilíbrio social.



Figura 7- A vida quotidiana do Sr. Hulot (*A boa vida: Ábalos, Inaki*)

Por outro lado, durante os períodos de confinamento também houve momentos de introspeção e reflexão, os quais levaram as pessoas a uma redescoberta e valorização emocional. Da mesma maneira, que o Sr. Hulot vai mostrando e “ensinando” a família Arpel a valorizar a simplicidade do quotidiano fora da casa Arpel, muitas pessoas, durante o confinamento passaram a apreciar e a valorizar os pequenos prazeres fora de casa, tais como, uma caminhada ao ar livre, uma conversa circunstancial de rua ou uma contemplação dos espaços que durante o quotidiano eram banais. A representação metafórica da casa Arpel, recheada de apontamentos de modernidade espacial, funcional e programática da casa, bem como de visões tecnológicas e de um sentimento de superficialidade da vida quotidiana, que se contrapõe com as experiências e valores do Sr. Hulot, consegue ser uma analogia satírica e cómica de muitas das vivências sentidas no confinamento pandémico. As confrontações com novas experiências de viver a casa, de alterar as rotinas, quer domésticas, de trabalho, de estudo e lazer, levaram a que o isolamento nos fizesse repensar na busca por um equilíbrio entre a tecnologia e a conexão humana, e assim, as pessoas passassem a valorizar mais a importância dos laços emocionais e tudo que antes do isolamento não era tão valorizado.

No ensaio coletivo em tempos de pandemia, “Retalhos de uma cidade confinada em 2020: entre realidade e utopia” (Sobral, et al., 2023) os autores abordam a alteração à forma de viver “a” cidade, o que obrigou diretamente a uma nova relação com o espaço da casa, a qual passou agora a ser um espaço multifuncional, escritório, escola, trabalho, rua, jardim, ginásio, restaurante, e até mesmo cidade. É agora o lugar onde as múltiplas funções são executadas sempre pelos membros que compõe o agregado familiar e partilham o espaço confinado. Contudo a ligação familiar é ao mesmo tempo quebrada e distanciada pelo isolamento individual de cada pessoa nos ecrãs de telemóveis. Pode parecer um paradoxo, mas o isolamento imposto que obrigou à convivência familiar, originou novas formas de adaptação nas famílias na maneira de viver a casa a tempo inteiro. Por um lado, estavam obrigadas a conviver o dia todo, por outro, refugiavam-se em espaços diferentes da casa, fosse para executar as tarefas laborais ou escolares, ou fosse para conviver virtualmente com amigos. Na casa são reinventados novos espaços. Uma janela deixa de ser apenas uma entrada de luz ou arejamento, e passa a ser a panorâmica para ver, ouvir e cheirar a rua, a cidade. É o lugar onde se contempla, se interioriza e se questiona sobre as mudanças que estão a ocorrer, onde se sente ainda mais o vazio, e nos questionamos pelo “Direito à cidade” descritos na intemporalidade da obra de Lefebvre, o qual considerávamos como garantido. Nestes tempos vimo-nos privados das estruturas económicas, culturais, políticas etc., bem como das necessidades sociais inerentes à sociedade urbana descritas por Lefebvre (Lefebvre, 2012).

O distanciamento social alienou as pessoas das rotinas e do modo de vida do quotidiano, afastando-as de todas as necessidades sociais, laborais, culturais, etc. Ao serem obrigadas a ficar em casa, privando-se dos passeios, do trânsito, da ida à padaria ou ao restaurante, e da liberdade natural, a situação é agravada pela incerteza do futuro e pela readaptação ao uso doméstico. A casa, que até aqui funcionava como uma perfeita máquina de habitar, deixa de estar afinada, e todos os componentes começam a entrar em conflito. Olhando para a casa pré pandemia, independentemente da sua localização, da sua tipologia ou de quem a habita, sabíamos que cada uma com as suas especificidades funcionava como uma máquina adequada ao seu uso. Com as alterações impostas num curto espaço de tempo, a casa teve de alterar o seu uso e função, deixando de ser apenas um espaço doméstico organizado, para passar a ser também um espaço de trabalho, de estudo, de convívio, cultural e “social”. As pessoas tiveram de “re” inventar o uso e a

função da casa. A casa “confinada” deixou de servir exclusivamente a função para a qual foi desenhada ou pensada.

“A “casa” que se deseja como espaço de repouso e descompressão, rapidamente pode passar a ser, sobretudo, um espaço-tempo de “confinamento” (Araújo, 2020).

2.3 A casa “escritório”

A pandemia Covid 19 trouxe mudanças significativas para a sociedade, as quais afetaram profundamente a maneira como trabalhamos e estudamos. Com as medidas sanitárias impostas, obrigando ao distanciamento físico e à obrigatoriedade das pessoas permanecerem dentro das casas, as instituições públicas e privadas (nomeadamente as escolas), sentiram a necessidade de instituir o teletrabalho de forma a manter as atividades laborais e escolares em atividade (Velasco, et al., 2023).



Figura 8- A casa "Escritório" (Desenho do autor)

O conceito de teletrabalho ganhou um destaque durante a pandemia, contudo este conceito não é novo, tendo surgido pela primeira vez durante a crise do petróleo vivida nos Estados Unidos da América, na década de 70 do século XX (Messenger, 2019). Durante essa crise, Nilles introduziu este conceito, como resultado de um estudo, concluindo que, se em cada sete trabalhadores, um trabalhasse a partir de casa, os EUA

não teriam de importar tanto petróleo. Substituindo o trajeto feito duas vezes por dia, de casa para o trabalho, aliviaria os problemas de trânsito e reduziria o consumo de combustível. A ideia era não deslocar os trabalhadores para os locais de trabalho, mas sim deslocar o trabalho para a casa, recorrendo a meios dotados de telecomunicações e computadores (Nilles, 1975).

Relativamente a este conceito, atualmente não existe uma definição consensual, contudo, a mesma é descrita no dicionário de língua portuguesa como sendo “uma atividade profissional exercida à distância, fora do espaço físico da empresa empregadora (geralmente no domicílio), através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação (internet, e-mail, telefone, etc.)” (Porto Editora, 2021, p.757).

O regime jurídico do teletrabalho em Portugal (Lei nº7/2009, de 12 de fevereiro), define o conceito no artigo 165º do Código de trabalho; “*Considera-se teletrabalho a prestação de trabalho em regime de subordinação jurídica do trabalhador a um empregador, em local não determinado por este, através do recurso a tecnologias de informação e comunicação.*”, no artigo 168º, o legislador define algumas regras relacionadas com a utilização de equipamentos, limites de horários, formação, saúde e isolamento e no artigo 169º, estabelece orientações quanto à privacidade, ao descanso e às condições psicológicas e físicas dos trabalhadores.

Em Portugal, a adaptação ao teletrabalho durante a pandemia foi fácil e muito rápida por parte dos trabalhadores e das empresas. Mais complicado, foi a conciliação com a vida familiar, os afazeres domésticos, a dedicação aos filhos e a gestão do tempo com o teletrabalho (Santos, et al cit in. Faria & Loureiro,2010).

Apesar da palavra estar intrinsecamente ligada com o trabalho, durante a pandemia o conceito tornou-se muito mais abrangente, ao englobar também as escolas e universidades, não só os docentes, mas também os alunos. Durante o confinamento, a palavra “*tele estudo*”, começou a ser usada no nosso vocabulário, no entanto, não existe no dicionário de língua portuguesa qualquer significado para a mesma. Outro termo usado foi “*telescola*”, descrito no Dicionário de Língua Portuguesa como; “*sistema de ensino via televisão, que arrancou em Portugal a 6 de janeiro de 1965, com programação produzida nos estúdios da Radiotelevisão Portuguesa do Monte da Virgem, no Porto. Os alunos eram acompanhados nos postos de receção por monitores. A intenção era permitir*

o cumprimento aos alunos da escolaridade obrigatória, na altura constituída pelos quatro anos da Escola Primária e dois de Ciclo Preparatório” (Porto, 2023). Termo que, não espelha o significado de estudo em casa.

A DGE (Direção-Geral de Educação) em parceria com a RTP, implementaram o “*Estudo em casa*”, um conceito idêntico ao da “*telescola*”, onde as aulas, eram transmitidas através de canal aberto na televisão.

Contudo, o termo correto para descrevermos o estudo de aprendizagem através de casa, é descrito no Dicionário de Língua Portuguesa por “*e-learning*” ou “*ensino à distância*”, como sendo; “*modalidade de aprendizagem interativa e à distância que faz uso das novas tecnologias multimédia e da internet, cujos recursos didáticos são apresentados em diferentes suportes, e em que, no caso de existir um formador, a comunicação com o formando se efetua de forma síncrona (em tempo real) ou assíncrona (com escolha flexível do horário de estudo)*” (Porto, 2023).

Apesar destas designações diferentes no sentido das palavras, Barata refere que esta modalidade de trabalho apenas ocorre na área dos serviços de produção intelectual, e comporta benefícios e desvantagens para o trabalhador. A diminuição de custos nas deslocações para o local de trabalho, a diminuição de stress laboral, a possibilidade de empregar pessoas com deficiência, são algumas das vantagens do teletrabalho. Contudo, num contexto normal, uma das desvantagens na perspetiva do trabalhador, conduz a uma doutrina que aponta a um maior isolamento. (Barata, 2020).

Segundo Barracho e Dias, o *teletrabalho* implica o recurso a tecnologias que permitem ao trabalhador desempenhar as tarefas laborais em qualquer lugar, classificando o escritório de “virtual”. Designa o trabalhador de “*telecommuter*”, o qual recorre a modernos meios tecnológicos em qualquer lugar geograficamente diferente daquele onde a atividade produtiva é realizada. O *teletrabalho* veio fazer com que o homem se tornasse cada vez mais só, “*Sozinho em casa, apenas com um pequeno PC...*”. Comunica com toda a gente e não comunica com ninguém, o que faz com que a qualidade bidirecional das relações afetivas vá diminuindo, aumentando as fantasias e perdendo a noção do tempo (Barracho & Dias, 2010).

A casa, que até então era predominantemente um espaço de convívio familiar e descanso, transformou-se num ambiente de trabalho e estudo. Nesse sentido, as pessoas

tiveram a necessidade de adaptar as suas casas, transformando-as em espaços multifuncionais adequados para trabalhar e estudar.

“A esfera da vida doméstica foi sempre sujeita a uma permanente, e por vezes quase invisível, transformação. Esta transformação pode, contudo, adquirir uma expressão violenta, reconfigurando as relações entre arquitectura e vida doméstica. A transformação, que podemos designar por revolução nos estilos de vida, pode ser resultado de mudanças profundas na actividade humana, ou decorrente da alteração dos padrões espaciais que conformam a habitação. Como exemplo desta transformação rápida, precisa e identificada no tempo, podemos referir a separação entre o trabalho e o espaço doméstico, verificada a partir do século XVIII, aspecto que hoje volta a ser repensado, com as formas de trabalho no domicílio e maior presença em casa, associadas a novos estilos de vida e formas de organização da estrutura familiar.” (Ramos, 2010).

Achamos, que esta afirmação de Ramos não poderia estar mais atual, quando diz que as formas de trabalho ao domicílio voltam a ser repensadas quando existem alterações no estilo de vida.

A pandemia trouxe com ela uma mudança no estilo de vida das pessoas, obrigando a uma transformação rápida nas reconfigurações entre a arquitetura e a vida doméstica. Com as medidas de regime de teletrabalho impostas pelo governo aos trabalhadores da Administração Pública, no comunicado do conselho de ministros de 12 de março de 2020, , deu-se a primeira transformação que viria a alterar o estilo de vida dos portugueses, seguido de um novo comunicado de 19 de março, onde foi decretado o estado de emergência. Com as famílias obrigadas a permanecerem dentro das suas casas, a partir das quais teriam de trabalhar e estudar, a convivência familiar teria de adaptar-se ao novo estilo doméstico e a uma reestruturação do uso da habitação.

Ramos, caracteriza este processo de transformação, como sendo a fusão de diversos fatores, de ordem espacial, tecnológica e social, que vão desenvolvendo apetências para a aceitação comum de formas de organização do espaço doméstico. Considera que estes processos, vão introduzir na habitação alterações na organização do quotidiano doméstico, começando quando, os espaços passam a ser ocupados com novo

mobiliário ou equipamentos, os quais vão reformular a reorganização funcional e o próprio desenho, corporizando o espaço doméstico.

A obrigatoriedade de confinamento e teletrabalho exigiam novas adaptações ao uso e função da casa, sendo repensada inconscientemente, nas leigas adaptações improvisadas dos espaços habitáveis.

A casa tradicional portuguesa tem vindo ao longo dos anos a transformar-se e a adaptar-se às mudanças culturais e sociais.

Rodrigues, no seu livro “*A casa dos Sentidos*”, refere que; há cinquenta anos existiam espaços designadamente para a mulher (cozinha) e para o homem (escritório), e que gradualmente se foram adaptando a novos utilitários, a cozinha é hoje um espaço de encontro e entreajuda, e o escritório que outrora era um local de isolamento, é cada vez mais um espaço dividido por todos os elementos da família. Refere ainda, que uma marquise roubada à varanda é hoje o escritório e local de trabalho dos filhos (Rodrigues, 2009).

Segundo Teixeira, após esta experiência de “teletrabalho” muitas empresas ponderam adotar esta solução no futuro, por ser mais vantajoso e rentável economicamente. Mesmo com o fim da pandemia, e a obrigatoriedade do confinamento, muitas pessoas continuarão a trabalhar a partir das suas próprias casas, o que obrigará a que o espaço doméstico tenha de ser repensado e adaptado às necessidades de cada um (Teixeira, 2022).

Durante o confinamento, o espaço útil das habitações alargou-se, estendendo-se para os jardins, pátios e varandas. A casa deixou de ser suficiente, no momento em que, as atividades de trabalho e estudo, passaram a ser efetuadas a tempo inteiro dentro das habitações. A organização funcional teve de ser adaptada, e repensada face às novas circunstâncias de convivência doméstica. Com as experiências de confinamento, não podemos olhar apenas para as habitações, como uma necessidade de serem repensadas e redesenhadas. A mudança futura na adoção de “*teletrabalho*”, por parte das empresas, vai estabelecer necessidades urgentes para repensar as ofertas de diferentes atividades, em torno dos bairros de habitação, levando à criação de novos espaços de lazer, como jardins públicos, parques infantis e comércio de proximidade (Amaro, 2022).

Concordamos com Araújo, ao considerar que a “casa” assumiu durante o confinamento, uma função mais amplificada. O teletrabalho alterou o uso da casa, o qual deixou de ser um espaço doméstico e de convivência familiar, passando a assumir funções de produção, estejam elas relacionadas com o desempenho profissional, ou associadas ao ensino e aprendizagem. Com o aparecimento das novas tecnologias, o teletrabalho tem sido uma modalidade em crescimento nas últimas décadas, motivada pela aceleração tecnológica e social e contribuindo para algumas mudanças das funções da casa enquanto espaço de descanso e repouso.

“Por isso, os espaços de habitação (normalmente associados à “casa”) têm sido considerados como espaços de “transição”, por serem lugares, paradoxalmente, de “passagem” e não de estadia.” (Araújo, 2020)

2.4 A casa “saudável”

Com a necessidade de passarmos mais tempo dentro das casas, vários aspetos do bem-estar dentro das habitações, ganharam uma nova importância. A busca por uma habitação saudável tem surgido na sociedade contemporânea, fundamentada em novas formas de pensamento, na procura de uma qualidade biológica, integrando diferentes mecanismos da natureza. O homem, além de se apresentar como elemento principal deste mecanismo, é dependente direto da harmonia biológica ambiental, que o cerca e alimenta nas necessidades físicas e mentais. A busca por uma vida saudável, não envolve apenas a casa, mas todo o contexto social, exigindo transformações nos valores, nas atitudes e nos objetivos contemplados da sociedade.

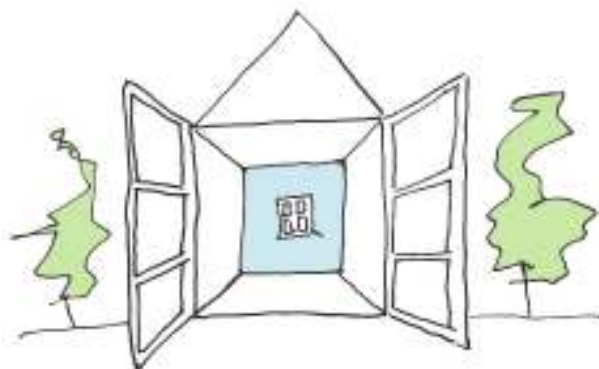


Figura 9- A casa "saudável" (*Desenho do autor*)

A casa saudável, caminha em conjunto com estes conceitos, que atualmente, estão inseridos em processos que contemplam a lógica da eficiência, com o objetivo de implementar vias autossustentáveis. Estas vias, vislumbram uma integração entre necessidades sociais com qualidade biológica humana e ambiental, tendo como foco reestruturar as relações de produção e consumo, sem interferir negativamente nos processos naturais. A busca pela eficiência plena no processo de produção e consumo, que estabelecem as trocas entre homem e natureza, é designada atualmente pelo termo “*sustentabilidade*”.

A casa saudável, deve crescer sob parâmetros sustentáveis, já que o seu principal objetivo, é a harmonia entre os mecanismos biológicos do homem com o ambiente construído. As trocas entre casa e o indivíduo, devem estabelecer uma relação desprovida de agressões ao meio ambiente e ao próprio homem (Bergan, 2005).

A compreensão, em como a saúde é promovida através da qualidade da habitação, vai muito mais além, do que simplesmente alojar pessoas em residências saudáveis. É necessário abordar todos os elementos relacionados com a habitação, que vão desde os aspetos físicos do edifício, até os fatores ligados à habilidade do indivíduo, para conseguirmos ter, e manter uma habitação saudável. Isso, também envolve considerar as características mais amplas do ambiente, onde a habitação está localizada, bem como o grau de envolvimento comunitário proporcionado por ela. Portanto, entende-se que a promoção da saúde, por meio da integração desses fatores, requer a participação contínua

tanto da comunidade, quanto dos responsáveis pelas políticas públicas (Sharpe, et al., 2018).

Segundo Cohen (2004), os requisitos essenciais para garantir uma habitação saudável, que promova e proteja a saúde humana, incluiriam os seguintes aspetos: equilíbrio nas relações com a vizinhança, otimização funcional do espaço interno, flexibilidade e adaptabilidade do espaço, presença de infraestruturas básicas de serviços e equipamentos, aplicação de soluções racionais no *layout* dos espaços, qualidade, durabilidade e segurança das construções, tanto na unidade habitacional como no contexto urbano.

Concordamos, com a sua visão sobre a perspetiva do paradigma, que considera o ambiente, como um determinante da saúde, onde a habitação assume o papel de um espaço fundamental para a construção e promoção da saúde. É na habitação, que as famílias encontram o seu principal local de interação social, tornando-a essencial, como um veículo para a construção e desenvolvimento da saúde familiar. Nesse contexto, a habitação é compreendida como, a influência do habitat sobre um espaço, que engloba o aspeto físico da moradia, ou de qualquer ambiente construído, quanto à qualidade ambiental, do seu interior, dos arredores e das suas interligações.

Portanto, é necessário adotar uma abordagem sociológica e técnica, desde o início do processo de conceção e construção dos espaços, promovendo um planeamento adequado, localização apropriada, programa funcional, adaptação, gestão, uso e manutenção da habitação e do seu ambiente circundante, para lidar eficazmente com os fatores de risco (Cohen, 2004).

A Organização Mundial da Saúde define uma habitação saudável, como um lugar de residência que promove o bem-estar físico, mental e social. Em termos da sua estrutura física, a habitação deve oferecer proteção contra condições climáticas adversas e humidade excessiva, proporcionar condições de temperatura agradáveis, além de estar dotada com saneamento e iluminação adequados.

No cenário vivido durante o confinamento, percebeu-se que é necessário repensar a “saúde das habitações”, num contexto mais abrangente e multidisciplinar, onde sejam considerados os fatores ambientais, políticos, sociais, culturais, económicos, os quais conduzam os edifícios pós pandemia, a um caminho mais sustentável.

Higienização: A promoção da saúde, requer ações que abordem várias áreas multidisciplinares, incluindo os sistemas de saúde, o ambiente, a educação, a economia, etc.

Segundo a *Carta de Ottawa* (1986), a habitação, é também um dos recursos fundamentais para melhorar as condições de saúde.

Sabemos, que as preocupações com a saúde pública, já vem de tempos antigos. Hipócrates, no tratado “*Ares, águas e lugares*” já relacionava as condições atmosféricas, as mudanças das estações de ano e a localização das cidades com a origem de algumas doenças.

Mas é na Europa, em meados do século XVIII, que começam a surgir políticas públicas sustentadas na higiene, as quais merecem o nome de neo-hipocratismo. Baseados nas teorias que relacionavam as doenças com o meio ambiente, os médicos higienistas propõem uma medicalização da sociedade e do espaço, sugerindo normas comportamentais e organizacionais das cidades, com estratégias bem delineadas para a localização de equipamentos urbanos e com regras para a construção de escolas, hospitais, edifícios públicos, praças, jardins e habitações. Os tratados de higiene pública, passam a sugerir e a definir normas e regras para a construção dos edifícios, nomeadamente as habitações (Costa, 2014).

Para Michel Foucault, a questão de higiene de uma população era antiga, contudo a preocupação de saúde pública por parte do domínio político, viria a ser o verdadeiro ponto de viragem. É a partir do momento, em que começa a haver um interesse pelo estado sanitário das populações, que surge a medicina de saúde pública.

Durante a revolução industrial, apercebendo-se da importância do estado de saúde na produtividade laboral, os poderes políticos começam a interessar-se pela saúde das populações e a salubridade das condições de vida (Marzano, 2011).



Figura 10- A casa "higiênica" (*Desenho do autor*)

Em 1836, surge em Inglaterra, pela primeira vez, medidas legislativas relacionadas com questões de higiene nas construções (Matos cit in. Oliveira, 2015).

É no século XIX, que as questões relacionadas com a higiene, passam a ter uma maior relevância na relação com a habitação e o urbanismo. A administração pública, passa a dar maior importância ao espaço público, como ponto de partida para a organização das infraestruturas, ditando regras de urbanização (Pereira e Pita cit in. Oliveira, 2015). O crescimento urbano, motivado pela revolução industrial e pelos modos de produção, acata novos problemas para as cidades europeias, levando à degradação das condições de habitação da população operária, a transformações ambientais e estéticas no urbanismo. A implementação de abordagens higiénicas, em resposta à crescente preocupação científica, em considerar a complexidade dos sistemas urbanos, resultará na criação de uma ideologia higienista. Essa ideologia, evoluirá em consonância com o progresso das cidades, adotando características específicas e intrínsecas às demandas do contexto histórico. Por outras palavras, a corrente higienista, influenciará todas as correntes e modelos futuros de urbanismo e planeamento urbano, transformando-se numa manifestação de biopolítica (Farias & Alvim, 2022).

Segundo Foucault, a biopolítica é promovida pelo estado e opera no âmbito da sociedade como um todo. O seu foco reside em, compreender e gerir as diretrizes da

população em conjunto, tendo impacto direto na regulação e compressão, de questões e desafios, relacionados com a saúde pública nas áreas urbanas (Foucault, 1988).

Assim, a higiene pública é estabelecida como uma disciplina de ação. A abordagem higienista da medicina no século XIX, representa uma abordagem intervencionista, com o objetivo de supervisionar o ambiente e o espaço. Essa abordagem, visa restaurar a saúde do ambiente, por meio da aplicação de práticas médicas em espaços insalubres. Além disso, são desenvolvidas medidas de cunho higiênico-social, que buscam aprimorar a saúde e as condições de vida da população. Isso envolve, a reorganizar o ambiente urbano, intervindo em espaços doentes.

Em resumo, essa abordagem propõe a medicalização da cidade, ou seja, a aplicação de medidas médicas para tornar a cidade mais saudável, controlando e intervindo em ambientes que possam prejudicar a saúde (Farias & Alvim, 2022).

As demandas emergentes da revolução industrial, incitaram uma análise aprofundada da cidade, estimulando uma perspectiva crítica: a estrutura urbana existente, não era capaz de atender às novas funções que surgiam. Era essencial, reconfigurar o espaço, de forma a acomodar a crescente concentração da população trabalhadora. Mais do que, simplesmente propor melhorias na cidade aglomerada, a tarefa era rever a própria definição de comunidade social. A industrialização, não implicava apenas na movimentação de mercadorias, mas também, no fluxo de pessoas e ideias.

Uma abordagem crítica, holística e abrangente, começou a surgir no início do século XIX, por meio dos reformadores utópicos, divididos em duas correntes, progressistas e culturalistas, os quais fundamentavam os seus projetos, na análise crítica das cidades na sociedade industrial, buscando conceber a cidade ideal (Choay, 1965).

Em Portugal, as bases principais das políticas públicas, relacionadas com o abastecimento e saneamento de água, começaram a ser delineadas no final do século XIX. O reconhecimento científico, na existência de uma relação entre várias doenças infecciosas e a ausência de sistemas adequados de fornecimento e saneamento de água, capazes de assegurar o acesso à água potável e a condições básicas de higiene para a população, juntamente com a observação, de altas taxas de mortalidade e o aparecimento de doenças, especialmente entre as crianças, serviram como fundamentos, para justificar a

necessidade de uma reforma, a qual buscava reorientar as políticas de saúde pública e estabelecer as bases técnicas e administrativas, essenciais para serem implementadas em todo o território nacional. O processo de infraestruturação de abastecimento de água e rede de esgotos das cidades, era defendido e apontado como uma ferramenta fundamental para a promoção das condições de saúde da população, por renomeados especialistas em saúde pública ao longo das últimas décadas do século XIX.

No entanto, para que essas estruturas produzissem os resultados esperados, seria essencial, desenvolver várias outras funções, como: a ampliação da rede de laboratórios de saúde pública, vitais para supervisionar a qualidade da água e determinar as causas de mortalidade e morbidade; a formação de profissionais qualificados em engenharia e medicina sanitária, capazes de projetar as estruturas, administrar os serviços correspondentes e executar as responsabilidades de gestão e inspeção; a coleta e processamento de informações, relacionadas com os níveis de acesso da população, aos serviços de água e saneamento, bem como a incidência de doenças infecciosas.

Esta recolha, era necessária, para conseguirem fazer um levantamento da situação de saúde do país e determinar as ações a serem realizadas.

O médico e higienista portuense Ricardo Jorge, influenciado pelas reformas sanitárias em curso na Europa central, nomeadamente em França, Alemanha e Inglaterra defendia, que só se poderia alcançar a higiene e saúde através de um esforço administrativo, de educação, fiscalização e engenharia. Essas ideias, seriam formalizadas na legislação publicada entre 1899 e 1901, a qual estabeleceu os propósitos da reforma nos serviços de administração sanitária.

É já na transição de século, que as políticas higienistas ganham uma maior escala, quando a administração central, passa a concentrar todos os encargos técnicos e financeiros, associados às infraestruturas de redes de águas e esgotos, na esfera de responsabilidades do poder local.

Contudo, desenhadas com regulamentações dependentes do poder do estado, as autarquias viam-se desprovidas dos meios necessários para a implementação rápida das redes de abastecimento de águas e esgotos, o que fez, com que o processo se tornasse longo e se prolongasse lentamente pelas primeiras três décadas do século XX.

Nos anos trinta, reaparece um renovado interesse público, promovendo a realização de três inquéritos às condições sanitárias do país, não contribuindo de forma significativa, para o desenvolvimento rápido, nem para a execução prática das tendências do início do século.

Foi perentório, que as políticas relacionadas com os problemas sanitários, não foi uma prioridade no período do Estado Novo.

Em 1974, aquando da revolução, o país estava muito atrasado nestas matérias, mas é precisamente a seguir ao 25 de abril, que sem grandes mudanças estruturais na fórmula governativa anterior, se assiste a um investimento de ordem política bastante significativo, na resolução das questões sanitárias em Portugal.

Mas, só apenas nas últimas três décadas, e após a adesão à união Europeia, que o governo central delineia políticas e estratégias de domínio regional, que conseguiram resolver na sua maioria os problemas sanitários, num contexto transversal a todo o país. (Pato, 2011).

Muitas condições de saúde adversas, estão correlacionadas com condições habitacionais inadequadas e o ambiente circundante. Além disso, existe uma ligação substancial entre a qualidade da habitação e a perceção da saúde: quanto melhor a habitação, melhor o estado de saúde.

A Quarta Conferência de Ministros em Ambiente e Saúde, realizada em Budapeste em 2004, recomendou a inclusão das preocupações relacionadas ao ambiente e saúde nas políticas de habitação. Como resposta a essa recomendação, foi desenvolvida uma iniciativa de criar e implementar Planos Locais de Ação em Habitação e Saúde (PLAHS). Essa iniciativa, baseava-se na metodologia do projeto LARES, que significa "Large Analysis and Review of European Housing and Health Status" (Análise Extensa e Revisão do Estado da Habitação e Saúde na Europa). O PLAHS, era uma ferramenta de baixo custo e fácil utilização, que possibilitava a investigação das condições de habitação relacionadas com a saúde ao nível local (DGS, 2004).

O paradigma e as estratégias da promoção da saúde e da construção de cidades saudáveis, pressupõem a busca de habitações saudáveis, com a intenção de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

“Uma moradia edificada em 1950 e comportando somente adução de água e gás poderia passar perfeitamente por decente na França da época. Hoje, a ausência de casas infraestruturas sanitárias nas casas parece absurda. Exige-se casas de banho, aquecimento central, isolamento acústico, garagem. Existe a tendência a considerar todas essas comodidades como um mínimo. Muitos vão exigir m lugar para guardar o carrinho de bebé, as bicicletas e ferramentas. Outros vão pedir mais terraços, água quente, uma cozinha funcional, recolha de lixo, lavandarias, antenas para rádio, televisão e telefone” (Havel, 1968).

Concordamos com Havel, quando diz que, em finais da década de setenta do século XX, as casas já exigiam muito mais do que apenas abastecimento de água e redes de esgotos. Todas as comodidades que considerava essenciais para a casa, são atualmente necessidades básicas na sociedade moderna, na maneira como se projeta uma casa, acrescentando-se agora, mais padrões, como; redes de cabo e de internet, WiFi, videoporteiro, diferentes tipos de aquecimento e climatização, domótica, etc.

“Dentro das nossas casas, a água foi tomando uma presença cada vez maior. Abrir hoje uma torneira é sinónimo de uma comodidade adquirida e já não questionada...” (Rodrigues, 2009).

Atualmente, nos países mais desenvolvidos, incluindo Portugal, quando falamos em higienização habitacional, temos de alargar o leque de estudo a conceitos mais abrangentes, como a salubridade, a tecnologia e a ecologia.

No sentido literário da palavra higiene, associado ao contexto pandémico, podemos dizer que esta, teve um significado mais abrangente.

Com o aparecimento da pandemia Covid-19, os cuidados com a saúde foram, inevitavelmente, redobrados. Milhares de pessoas passaram a preocupar-se muito mais com a limpeza das suas próprias casas, de forma a impedir que o vírus se instalasse. (Asadi, et al., 2020).

Na comunicação social, nos sites institucionais e privados, era claro a chamada de atenção para os cuidados de higiene e desinfeção das habitações.

Limpar e desinfetar regularmente, superfícies que são muito tocadas, era uma precaução e uma medida importante para reduzir risco de contaminação.

Na sua página institucional, a UNICEF aconselhava a limpeza das superfícies comuns mais usadas, tais como: maçanetas de portas, mesas, cadeiras, corrimãos, superfícies de cozinha e casas de banho, torneiras, sanitas, interruptores de luz, telemóveis, computadores, *tablets*, teclados, controlos remotos, controlos de jogos e brinquedos favoritos, de maneira a evitar a propagação do vírus dentro das habitações (UNICEF, 2020).

“Todos os dias tocamos as casas e os objetos e raramente, sem grande noção ou consciência, nos apercebemos que o tato é um dos mais interessantes sentidos na perceção da arquitetura. Pôr a mão num corrimão ou pisar um pavimento irregular são experiências onde o nosso corpo é confrontado com o corpo do edifício” (Rodrigues, 2009).

Achamos que, inconscientemente, as pessoas durante a pandemia tiveram uma maior perceção desta dicotomia entre o toque e o objeto, ou a dificuldade em tocá-lo sem alguns cuidados e restrições. O primeiro objeto a tocar ao entrar em casa, é a maçaneta da porta, é o primeiro aperto de mão ao edifício. Esse simples ato rotineiro, transformou-se num elaborado momento de malabarismo, no qual se abria a fechadura, após a limpeza e desinfeção, empurrando a porta com os cotovelos e ombros, e voltando a fechar da mesma maneira. Já dentro de casa, o hall de entrada passou a ter uma função mais ampla, mais aproximada da vivenciada pelas sociedades orientais ou do norte da europa, onde este espaço já é naturalmente o lugar de mudança, entre os hábitos exteriores e interiores da casa. Nestas sociedades, o hall já é pensado como o lugar de transição de hábitos, projetado com armários, para deixar as roupas que contactam com o exterior e que não são lavadas regularmente, como: casacos, kispos, carteiras e mochilas; criação de armários para colocar o calçado, que é usado no exterior, pois existe o hábito cultural de andar descalço ou usar calçado próprio para a casa (Macedo, 2021).

Estas influências culturais, tem vindo a crescer no ocidente, alterando a maneira como as casas são projetadas, relativamente ao uso do espaço de entrada da habitação. Contudo, não podemos generalizar, a maioria das habitações em Portugal ainda não tem, ou não usa, esse espaço com a função de “barreira”, entre espaço exterior e interior da casa. Nesse sentido, durante o confinamento, as pessoas tiveram de improvisar, criando no hall, um lugar específico para o calçado, os casacos, as mochilas, os sacos de compras,

e tudo que vinha do exterior, para ser previamente desinfetado, antes de ser levado para os lugares a que se destinavam. Dessa maneira, o hall passou a ser a “camara de descontaminação ou esterilização”, acostumados, a vermos apenas em filmes de ficção científica ou de laboratórios químicos. Passando a ser, o lugar de maior importância na prevenção da entrada do vírus dentro das habitações.

A DGS (Direção Geral de Saúde) ,recomendava que ao chegar a casa as pessoas; se descalçassem imediatamente e deixassem os sapatos sempre no mesmo local, próximo à entrada e evitassem guardar os sapatos no mesmo lugar, onde mantinham os chinelos que usavam em casa; trocar as roupas externas, como casacos, camisolas, calças, etc., e evitar sacudi-las, para minimizar a possibilidade de dispersar o vírus e os germes no ar; deixar as roupas a arejar do lado de fora e não as guardar imediatamente no armário ou nas gavetas; certificar-se de desinfetar as chaves, o telemóvel, etc., e por ultimo lavar e desinfetar as mãos.

Reforçando, a importância de todos os membros da família seguirem essas rotinas.

Salubridade: A preocupação em torno da relação da qualidade do ar e os problemas de saúde associados, começou a ser objeto de estudo nos anos 70 do século XX, quando surgiram as primeiras queixas de ocupantes de edificios comerciais, institucionais e habitacionais, os quais apresentavam, problemas de saúde associados à permanência nos edificios. Desde então, as preocupações públicas com os efeitos adversos da qualidade do ar interior têm aumentado significativamente (Mendell, 2005).

Uma década mais tarde, a OMS (Organização mundial de Saúde), realizou um estudo com o intuito de sistematizar os sintomas de algumas doenças, que pareciam estar relacionados com a permanência no interior dos edificios, passando a relacionar este tipo de doenças, em casos de saúde publica, classificando-as de Síndrome do Edifício Doente (SED) *Sick Building Syndrome* (OMS, 2006).

Acreditava-se que uma boa ventilação, era suficiente para manter uma qualidade aceitável do ar interior (QAI), uma vez que apenas os ocupantes eram considerados fontes de poluentes. No entanto, com a mudança desse pensamento, passou-se a reconhecer que,

a presença de poluentes estava relacionada não apenas com os ocupantes e as suas atividades, mas também com os materiais usados na construção dos edifícios, com os equipamentos e mobiliário, com os sistemas de aquecimento e arrefecimento, bem como com a qualidade do ar exterior (Silva, 2017).

Segundo Silva, foram realizados diversos estudos no sentido de enunciar os principais fatores de risco para a Síndrome de Edifício Doente, subdividindo-se em cinco grupos; fatores físicos (Ventilação, temperatura, humidade relativa, iluminação, ruído e vibrações); fatores químicos (Formaldeído, COV's, poeiras, fibras, CO, CO₂, óxidos de nitrogénio e ozono); fatores biológicos (Bactérias, fungos, esporos, toxinas e ácaros); fatores sociais (Organização, promoção, relações interpessoais e controlo das condições ambientais) e fatores subjetivos (Idade do edifício, género e limpeza).

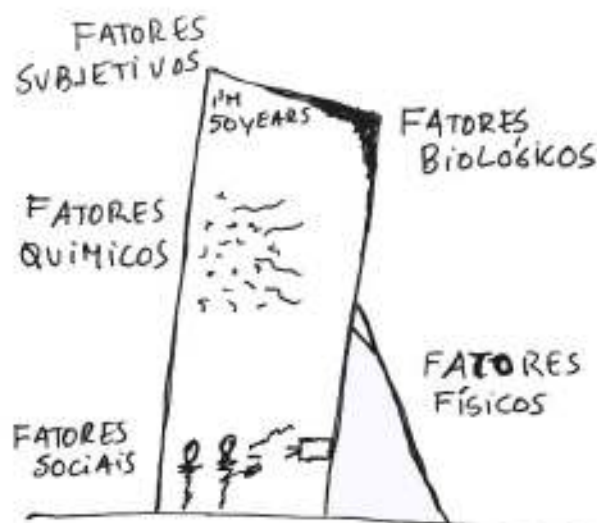


Figura 11- Os 5 fatores do Síndrome de Edifício Doente (Desenho do autor)

Muitas das causas associadas à síndrome do Edifício Doente, está correlacionada com o tipo de construção e desenho dos edifícios. Na maioria dos casos, em edifícios já construídos, é muito difícil resolver os problemas, podendo em certas circunstâncias atenuar os problemas, efetuando algumas alterações ao edifício, o que geralmente podem comportar custos elevados. A prevenção, é a melhor opção para este tipo de patologia nos

edifícios, a qual deve ser abordada e pensada na fase de projeto, construção e reabilitação dos edifícios.



Figura 12- Os 9 fundamentos para um edifício saudável (Desenho do autor)

Em 2017, o departamento de saúde Pública da Universidade de Harvard (For_Health, 2017), elaborou um documento para a prevenção na construção e reabilitação de edifícios, chamado de “Nove fundamentos para um edifício saudável”, na qual identificava as seguintes diretrizes a ter em consideração: qualidade do ar interior, temperatura, humidade, poeiras e pragas, segurança, qualidade da água, ruído, iluminação e ventilação.



Figura 13- Organograma de estudo para uma casa saudável (For Health.org)

A mesma instituição, elabora em 2019, outro documento, desta vez mais direcionado para os edifícios de habitação, denominado “36 dicas de especialistas para transformar a sua casa num ambiente mais saudável” (For_health, 2019).

As 36 dicas que compõe o documento, são distribuídas em sete tópicos principais, que compõe a organização espacial da casa, incluído a própria casa num todo, os quartos, as salas, a cozinha, as instalações sanitárias, as caves/garagens e o exterior.

1. Confia nos teus sentidos						
2. Deixar o calçado no exterior	7. treine o cérebro para dormir	12. Aspire regularmente	17. cozinha com exaustor e janelas abertas	22. Controle a humidade abrindo janelas	27. Meça regularmente o radão	32. Não use pesticidas herbicidas
3. Arejar a casa	8. Escureça o quarto	13. Não fume no interior (melhor-NÃO FUME)	18. tenha um extintor à mão	23. use poucos desodorisadores	28. elimine todo o amianto	33. controle o ar de anexos e garagens
4. Instalar detetores de fumos	9. trate do espaço e de si próprio	14. Acenda velas e incenso	19. Filtre a água de beber, se necessário	24. hgiene pessoal com produtos naturais	29. controle humidade e infiltrações	34. mantenha o perímetro em segurança
5. iluminação natural	10. mantenha-se confortável durante a noite	15. escolha mobiliário e carpetes sem químicos	20. Controle as pragas sem usar pesticidas	25. não use produtos anti bacterianos	30. desumidifique e verifique as tubagens	35. verifique a caixa de correio
6. licenças de casas anteriores a 1980	11. Bloqueie as fontes de barulho	16. ventilar corretamente as lareiras	21. use vidro, aço inoxidável cerâmica nos utensílios	26. previna quedas usando tapetes antiderrapantes	31. escolha um pavimento resistente	36. seja resiliente

Figura 14- 36 dicas para transformar a sua casa, numa casa saudável (For Health.org)

À medida que passamos cada vez mais tempo em casa, é fundamental que todos colaboremos para assegurar, que os lugares onde vivemos e trabalhamos sejam saudáveis, garantindo a qualidade do ar que respiramos e o nosso bem-estar geral no ambiente doméstico. (Carrier, 2021).

Em Portugal, a agência portuguesa para o Ambiente apresentou em 2009, um *Guia técnico da Qualidade do Ar em espaços Interiores*, no qual define estratégias e orientações para avaliar a qualidade do ar interior (QAI) de um edifício, referindo que a mesma, é influenciada pela interação de vários fatores, incluindo a sua localização, o clima, o sistema de ventilação, as fontes de contaminação (como móveis, processos de

trabalho, atividades, fontes de humidade e poluentes externos) e o número de ocupantes (APA, 2010).

Concordamos com Cohen, ao referir que aspetos como a harmonia da vizinhança, a funcionalidade, a racionalidade, a flexibilidade do espaço, a qualidade e longevidade das construções, a segurança, a habitabilidade urbana e a acessibilidade, devem ser tidos em conta como fatores relevantes no planeamento dos espaços habitacionais, contribuindo num todo para promover saúde, segurança, bem-estar e qualidade ambiental (Cohen, et al., 2019).

Com o cenário pandémico vivido nos últimos anos, veio novamente à tona a importância de repensar a salubridade e a qualidade do ar interior em trono das habitações, assegurando e promovendo a saúde física, mental e social tanto dos indivíduos como da comunidade em que vivem, prevenindo e minimizando a propagação de doenças contagiosas. Um dos principais requisitos para construir edifícios residenciais salubres, passa por proporcionar um ambiente que promova uma vida saudável e segura para seus ocupantes. Para isso, é crucial ter ferramentas práticas, disponíveis para avaliar e garantir as condições necessárias, de forma a garantir a qualidade das habitações e por consequência de quem nelas vive.

Segundo Rufo e Ribeiro, o isolamento obrigatório levou a que os portugueses passassem muito tempo dentro das habitações, ficando mais expostos a possíveis poluentes da qualidade do ar interior. Para os autores, é necessário assegurar a qualidade do ar nas habitações, evitando que os fatores poluentes causados pela fraca qualidade do ar interior, causem o aparecimento de sintomas relacionados com doenças respiratórias.

Adotar medidas de renovação de ar, através de ventilação natural ou mecânicas ajudariam a melhorar a qualidade do ar interior (Rufo & Ribeiro, sd).

Num estudo, sobre a qualidade do ar interior dentro das habitações, realizado em Espanha durante a pandemia, verificou-se uma modificação significativa na qualidade do ar interior das habitações, com um aumento geral dos valores de CO₂ no interior em todos os casos estudados. Embora esse aumento fosse previsível, devido ao aumento do tempo de ocupação e permanência nas habitações, ele é especialmente indicativo de uma degradação na qualidade do ar interior, deixando perceber que as pessoas, por falta de consciencialização ou por medo dos agentes externos, não adotavam rotinas de

arejamento natural das habitações. A falta de ventilação adequada, associada ao aumento da utilização de produtos de limpeza durante a pandemia, às patologias da habitação relacionadas com a humidade, resultou em níveis mais elevados de poluentes internos, que excederam os padrões compatíveis com ambientes saudáveis (Amarillo, et al., 2020).

Concordamos com Ferreira, ao achar fundamental, que as habitações existentes sejam sujeitas a melhorias estruturais e funcionais, nomeadamente nos sistemas de renovação de ar, tornando-as mais eficazes e eficientes. No planeamento de novas habitações, deve ser considerado na fase de projeto, uma adequada exposição solar e meios naturais de arejamento, de modo a evitar aparecimento de humidades e bolores.

Devem existir ações de sensibilização e informação, para que as pessoas adquiram comportamentos mais saudáveis, nomeadamente no arejamento e ventilação dos espaços habitáveis e de trabalho (Ferreira, 2021).

Sustentabilidade: O ambiente urbano pode ser abordado de várias maneiras. No documento verde sobre o ambiente "*green paper on the urban environment*" de 1990, a Comissão Europeia, abordou o ambiente urbano e classificou-o em três categorias: poluição urbana, ambiente construído e presença de natureza na cidade. Esse documento utiliza essas categorias, como ponto de partida para discutir a relação entre planeamento urbano e saúde humana.

Contrariamente à paisagem rural, onde a natureza é salpicada de pequenos edifícios, a paisagem urbana é maioritariamente composta por edificado construído, interrompida pontualmente por espaços verdes e por árvores que acompanham o traçado urbano. Nas últimas décadas, tem havido uma crescente preocupação na conservação da natureza, levando a que as pessoas, cada vez mais explorem os espaços verdes das envolventes das habitações, tanto nos espaços urbanos como suburbanos. Esta preocupação em torno da sustentabilidade ambiental, em particular com o meio ambiente urbano, motivou a que as instituições públicas adotassem medidas reguladoras, com a intenção de preservar e melhorar o ambiente urbano (UE, 1990).

No capítulo “*O papel da Pesquisa Ecológica na Gestão Ambiental e Manejo dos Ecossistemas*”, (Pag. 65) Klint identifica três objetivos essenciais para definir o conceito de sustentabilidade: eficiência económica; igualdade social e integridade ambiental. Considera a eficiência económica, como sendo o saldo dos custos diretos e indiretos, mesmo os que afetarão as gerações futuras na utilização dos recursos naturais. Relaciona igualdade social, com os padrões de distribuição de benefícios, ganhos e lucros entre as diferentes classes socioeconómicas. Entende por integridade ambiental, a estabilidade física e biológica dos ecossistemas. (Bursztyn, 2001).

“O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer as suas próprias necessidades” (Bruntland, 1991).

O conceito de desenvolvimento sustentável, abrange uma visão alargada, a qual coloca o ser humano no centro, considerando as necessidades e desafios, tanto da sociedade quanto do meio ambiente, como partes integrantes de um único projeto. Para ele, o desenvolvimento sustentável tem como objetivo primordial, alcançar uma harmonia entre os seres humanos, e a relação que mantêm com o meio ambiente natural.

Para atingir um desenvolvimento sustentável, o homem deve basear-se em quatro pilares essenciais: o crescimento económico; o equilíbrio ambiental; a equidade social e a responsabilidade, bem como a eficiência das instituições públicas.

Atualmente, a cidade representa, a forma mais elaborada e abrangente de organização da sociedade humana. Nas cidades, é possível a convivência de milhões de seres vivos, incluindo seres humanos, fauna e flora urbanas, com todos a realizar diversas atividades diárias de forma simultânea. Interagindo, comunicando, produzindo e consumindo bens e serviços, sem que a cidade entre em colapso. O fenómeno urbano, embora seja intrincado e apresente múltiplas dimensões, é um sistema que opera eficazmente. (Páez, 2007).

“Sustentabilidade urbana, é um estado de equilíbrio entre as dimensões sociais, económicas e ambientais no espaço da cidade.” (Brugmann, 1996)

O conceito de “*desenvolvimento sustentável*” surgiu durante a década de 1970. Nesse período, tornou-se evidente a degradação da qualidade de vida, especialmente nas

áreas urbanas, devido ao consumo excessivo de recursos naturais. No entanto, o conceito de “cidade sustentável”, só ganhou destaque internacional a partir de 1990. A Organização das Nações Unidas, desempenhou um papel significativo no desenvolvimento desse conceito, com a promoção das conferências Habitat: 1976 Habitat I, Vancouver, Canadá - 1976; Habitat II, Istambul, Turquia – 1996; Istambul+5, Nova Iorque, EUA -2001 (Zamban, 2011).

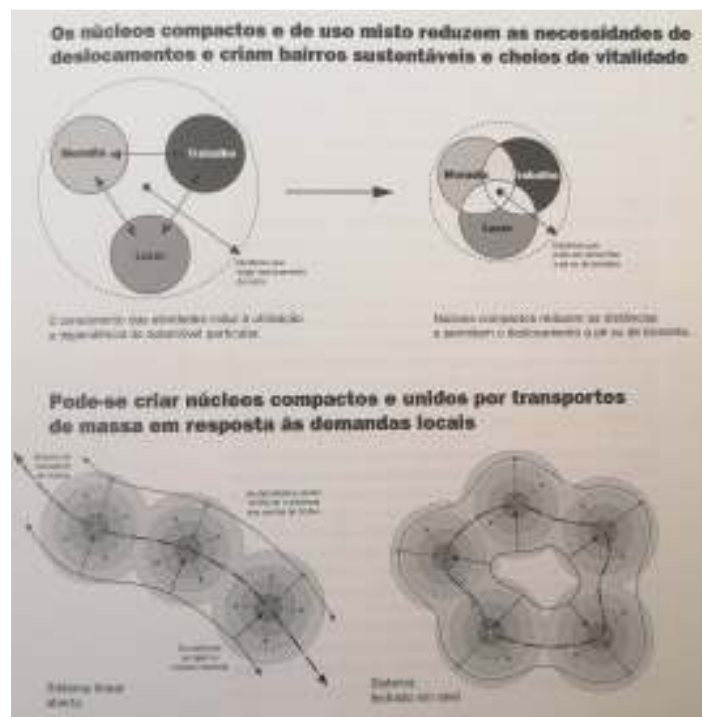


Figura 15- Diagramas de núcleos compactos (Richard Rogers – Cidades para um pequeno planeta)

Segundo Rogers, as cidades compactas sustentáveis, são o habitat ideal para uma sociedade baseada na comunidade. O tipo de estrutura urbana, pode ser adaptada a todas as culturas. As cidades precisam estar em proximidade com seus residentes, facilitando o contato direto e ajustando-se de acordo com as atividades humanas e as características da cultura local. Independentemente dos aspetos climáticos, sociais e econômicos, o objetivo a longo prazo, deve ser a busca por um desenvolvimento sustentável, estabelecendo uma estrutura flexível, que promova uma comunidade resiliente, num ambiente saudável e limpo. Aspetos como: a proximidade, a existência de espaços públicos, a paisagem

natural e a exploração de novas tecnologias urbanas, podem melhorar consideravelmente a qualidade do ar e de vida na cidade compacta (Rogers, 1997).

Ao falarmos de habitação e sustentabilidade urbana, estamos no geral a falar de espaços urbanos. Sabemos, que a casa tem uma dimensão funcional e outra simbólica.

A questão que se coloca é: qual é a importância da habitação, no contexto da qualidade de vida? Em primeiro lugar, não é possível dissociar a habitação do seu ambiente circundante. Quando mencionamos a habitação, abordamos todo o espaço com que cria dinâmicas. A qualidade desse ambiente habitacional “fora da casa” tem um impacto direto no nosso bem-estar, por conseguinte, na nossa qualidade de vida (Gonçalves, 2009).

Atualmente, a ideia de cidade sustentável consolidou-se como um conceito amplamente aceite e consensual, aparecendo como uma crítica direta aos modelos de crescimento e aos efeitos negativos dos aglomerados urbanos (Guerra, 2010).

Guerra considera o conceito de “sustentabilidade urbana” complexo, no entanto identifica quatro dimensões importantes para simplificar as variáveis do conceito:

A dimensão económica, ancorada essencialmente nos custos da cidade sustentável: infraestruturas, equipamentos e transportes.

A dimensão Ambiental, que tem como foco, o papel da ecologia ambiental, na defesa das energias renováveis e controlo ambiental, e na crítica aos meios poucos sustentáveis que contribuem para uma cidade poluída, nomeadamente os transportes.

A dimensão sociológica, alertando para uma melhoria de qualidade de vida pessoal (educação, saúde, liberdade) e coletiva (coesão social, igualdade, etc.).

A dimensão administrativa, em que considera existir um plano urbano coeso, integrado, claro e adaptável como condição indispensável para a capacidade política em lidar com as diferentes formas urbanas.

Segundo Lima, a sustentabilidade desempenha um papel fundamental, na análise das cidades modernas e nas várias faces do seu desenvolvimento. A situação social e ambiental das sociedades contemporâneas, indica que o impacto humano sobre o meio ambiente, está cada vez mais complexo, tanto em termos de quantidade, como de

qualidade. Encontrar abordagens que tenham em consideração esses aspetos, torna-se cada vez mais crucial (Lima, 2014).

Concordamos com Disch, quando se refere à casa como sendo mais do que um lugar, mas sim um fragmento de “*responsabilidade edificada*”, que não serve apenas para nos proteger, mas também para respeitar o meio ambiente e ser sustentável na limitação de uso dos recursos naturais. Com o despertar de consciências em relação ao meio ambiente, a introdução de novos conhecimentos técnicos, bem como o uso de métodos tradicionais, como a orientação solar, a escolha do local, a utilização de energias renováveis e o uso de materiais sustentáveis, tem levado a um maior aparecimento de casas “*ecológicas*”, constituindo um pequeno passo para uma cultura de habitação sustentável e responsável (Disch, 2007).

Para Faria, o sufixo “*eco*” muito em voga no início de século, só fazia sentido, se compreendido no âmbito das múltiplas transformações associadas ao novo paradigma ecológico. Teria de ser percebido o contexto de uma nova *eco-filosofia*, uma nova *eco-ciência* e uma nova *eco-técnica*, de maneira a potencializar uma perspetiva de pensamento *ecologizado* (Faria, 2007).

No livro “*A Green Vitruvius – Princípios e práticas de projeto para uma Arquitetura Sustentável*” (2001) somos alertados para uma consciência “verde”, para a qual, não podemos ignorar, e devemos procurar soluções para responder e combater a galopante crise ambiental. Edifícios com mais soluções naturais e menos artificiais, são edifícios mais sustentáveis e melhores para promover uma boa qualidade de vida. Para além de que os retornos financeiros conseguidos com o recurso a construções mais ecológicas, mais eficientes e mais sustentáveis terão um retorno significativo nos custos com aquecimentos e refrigeração dos espaços.

O conjunto habitacional “*Pea*”, situado em Londres (2004) teve uma abordagem inovadora e integrada no método construtivo, com a intenção de balizar fatores como o baixo custo de construção, a rapidez, a sustentabilidade e o conforto. Partindo de um princípio de que construir é uma atividade anti ecológica, projetaram o desenhou-se o edifício de maneira a usar materiais sustentáveis, e que a construção pudesse perdurar no tempo, e que durante o seu usos fosse o mais sustentável, possível, recorrendo a energia solar passível e métodos construtivos, que garantissem conforto térmico (Sakula, 2003).

Oliveira, não dissocia a *casa sustentável*, a *casa bio-climática* e a *casa inteligente*, da *casa tecnológica*, por entender que os seus conceitos estão intrinsecamente ligados com as bases da arquitetura *High-tech* dos anos 80, e que anos mais tarde alguns arquitetos que seguiram essa corrente, iniciariam uma abordagem tecnológica no sentido sustentável. (Oliveira, 2015).

“Quando a união entre o natural e o produzido se complementar, as nossas construções aprenderão, adaptar-se-ão, curar-se-ão a si mesmas, e evoluirão. Contudo, este é um poder com o qual ainda não chegamos a sonhar.” (Kelly, 1995).

Em 2003, Rodrigues colocava Portugal na cauda da comunidade europeia, em matéria de organização territorial, por culpa de governos que funcionavam, com gestão de crises e sem projetos integrados para desenhar novas organizações territoriais, primando pela ausência de uma visão assente no desenvolvimento ecológico e sustentável. Frisa, que não é suficiente falar de “sustentabilidade”, como era apanágio político, ou “moda” na altura, sendo também necessário, esclarecer conteúdos. Pressupondo que, para existir um desenvolvimento sustentável, será necessário existir uma ecofilosofia que coloque exigências éticas à ciência.

Defende que, para Portugal ter um desenvolvimento ecologicamente sustentável, deve impor-se um alargamento estratégico aos mais variados sectores, divulgando uma metodologia faseada no tempo, com vista a reorganizar o território, quebrar o centralismo dos polos urbanos do litoral, criando uma malha policêntrica de cidades equilibradas, repovoar os centros vazios dos cascos históricos. Alertando, que para isso acontecer, tudo deve ser feito, baseado em tomadas de decisão de consciências científicas e éticas, integrando sistematicamente, eco-técnicas, transportes ecológicos e energias limpas e renováveis (Rodrigues, 2003).

O contexto de pandemia, levou a humanidade a repensar o conceito de sustentabilidade, nos seus vetores principais: económico, social e ambiental.

A hipótese de que o vírus tenha tido origem num ambiente selvagem, e tenha migrado para o ambiente urbano, provocando um desequilíbrio ecológico, levou à discussão em trono do controlo dos níveis de produção e consumo, e por consequência do uso consciente dos recursos naturais.

“A diminuição da presença de carros nas ruas, a redução radical nas atividades de empresas que causam impactos ao meio ambiente e a menor circulação de pessoas transformaram visivelmente as cidades pelo mundo. Cenas de animais em vias urbanas, rios e corpos d’água mais limpos e a melhora perceptível da qualidade do ar foram amplamente noticiadas pela imprensa. Por isso, muitas pessoas começaram a refletir sobre a sustentabilidade, a cultura consumista e o papel da sociedade e das empresas no agravamento das mudanças climáticas.” (Ambscience, 2020)

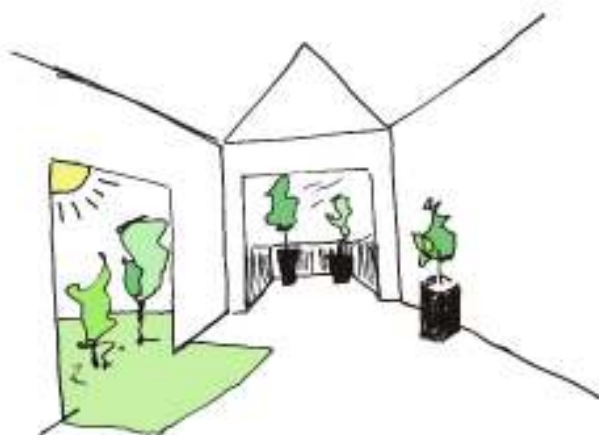


Figura 16- A casa "Sustentável" (Desenho do autor)

A pandemia Covid-19, parece ter despertado consciências para a necessidade urgente de garantir vida sustentável, no seu conceito mais lato. Toda a humanidade, famílias, sociedade e empresas, estão de certa forma, consciente ou inconsciente, a alterar os hábitos e comportamentos, procurando estratégias para uma melhor qualidade de vida, seja através da higienização, da alimentação, da prática de exercício físico em espaços verdes urbanos ou no campo, na produção e no consumo mais consciente, de forma a transformar o planeta num ambiente mais sustentável para as gerações futuras (Cassou, 2020).

“.... Aí veio a pandemia. Num primeiro momento, houve a preocupação de que a redução da atividade econômica, por conta da necessidade de isolamento social, pudesse de alguma maneira afetar esse prognóstico de crescimento rápido e exponencial da sustentabilidade. Mas isso não aconteceu. Pelo contrário: a pandemia trouxe consigo

algumas tendências que fortaleceram o que vinha sendo discutido. A ideia do propósito antes do lucro, de tratar humanos como humanos, não como recursos, ganhou ainda mais relevância – não à toa, nos primeiros meses da pandemia, pudemos ver empresas com visões mais humanistas, a ter uma repercussão positiva, e outras, que adotaram visões mais pragmáticas e focaram exclusivamente no viés econômico, indo em direção contrária.” (Voltolini, 2020)

O cenário pandémico, fez com que a humanidade parasse, questionasse e repensasse o caminho a seguir no futuro, relativamente à sustentabilidade ambiental, nomeadamente quanto ao consumo. O confinamento, impulsionou a valorização de atos triviais do dia a dia, levando as pessoas a questionar-se sobre a necessidade consumista de fazer compras, sobre a quantidade de lixo produzida, sobre o acumular de bens materiais, nomeadamente roupas, produtos, alimentos, etc. Mesmo inconscientemente, e por razões paralelas de cariz económico, também elas motivadas pela pandemia, o consumidor passou a ter um olhar mais crítico sobre o que consome e o impacto disso no meio ambiente (Lima, et al., 2022).

Contudo, a pandemia também evidenciou que certas abordagens, podem ser eficazes no caminho em direção à sustentabilidade. Uma dessas abordagens cruciais, possivelmente a mais fundamental, é o aumento da consciencialização em relação ao consumo. O contexto atual, levou muitos indivíduos a considerar as implicações ambientais antes de efetuarem uma compra, refletindo sobre os impactos que a produção de determinados produtos causa no meio ambiente. Algumas empresas têm adotado estratégias pautadas pela sustentabilidade e/ou estão empenhadas nesse sentido, tendo-se destacado perante o público. Durante a pandemia, várias empresas contribuíram de maneira concreta e visível para iniciativas e projetos sociais. Aquelas que, continuarem a adotar esse tipo de compromisso no futuro, investindo em fontes de energia limpa, na reutilização, reciclagem e na utilização racional de recursos, certamente aumentarão a sua relevância perante o consumidor (Ambscience, 2020).

2.5 A casa “flexível”

“..., sendo a arquitetura a organização dos espaços internos que interessam à vida dos homens, ela só poderá ser correta na medida em que tais espaços satisfaçam realmente às necessidades e funções para que foram criados. Acontece com frequência entre nós que os espaços criados através da arquitetura não funcionam cabalmente, e isto porque se atraiçoa uma realidade que se conhece, se ignora tal realidade ou os próprios utentes de tais espaços não sabem aquilo de que necessitam. É em matéria de habitação, cremos, que o fenómeno é mais nítido, porque é sobretudo na habitação que o homem deve encontrar o «seu» espaço, o ambiente criado à escala das suas necessidades e das possibilidades, quer como individuo quer como elemento de um grupo social.” (Távora, 1962)



Figura 17- A casa "Flexível" (Desenho do autor)

O movimento moderno, introduziu diversas inovações tecnológicas na construção, desempenhando um papel fundamental na forma como o espaço habitável passou a ser abordado, nomeadamente na arquitetura habitacional, ao introduzir a flexibilidade como uma solução para os problemas habitacionais da época. Essa abordagem, incluiu a padronização e a libertação estrutural, bem como o desenvolvimento de ideias, relacionadas às dimensões mínimas funcionais e à racionalização do espaço doméstico (Schneider & Till, 2005).

No entanto, é importante notar que os arquitetos modernistas, muitas vezes aplicavam a flexibilidade de forma a manter um certo controle sobre os edifícios ou habitações, mesmo após a ocupação por terceiros. Os mesmos, mantinham uma forte determinação em romper com as normas tradicionais e estabelecer novos padrões para a habitação no século XX. Contudo, a ênfase na racionalização e na excessiva predefinição espacial, características do modernismo, resultou na rigidez e na estática dos espaços que eram supostamente flexíveis. Embora fossem usados elementos móveis para introduzir algum grau de multifuncionalidade, era o arquiteto, quem decidia como esses elementos transformavam o espaço, em vez do habitante, que muitas vezes precisava ser ensinado a habitar esses espaços (Carvalho, 2022).

Em 1914, Le Corbusier, introduziu um sistema de disposição de pilares e lajes, o qual possibilitou maior liberdade das plantas, apoiando-se nos cinco pontos da arquitetura: fachada livre, planta livre, janelas em fita, pilotis e terraço jardim. Além disso, a evolução das estruturas em ferro, também contribuiu para uma maior amplitude das plantas, proporcionando maior flexibilidade e área nos espaços interiores (idem).

A flexibilidade como ferramenta, proporciona à arquitetura habitacional uma maior diversidade e uma certa independência em relação ao contexto espacial e temporal: a transformação é viável independentemente do contexto social ou temporal em que ocorre.

Segundo Hertzberger (1991), a flexibilidade foi considerada como a resposta universal para superar todos os desafios na arquitetura. A ideia era que, ao projetar edifícios de forma neutra, eles poderiam acomodar diferentes usos ao longo do tempo e adaptar-se a mudanças nas circunstâncias.

No entanto, essa abordagem, embora aparentemente vantajosa, na verdade resultava de uma falta de identidade, ou seja, na ausência de características específicas. Implicava, a negação total de uma perspectiva fixa e definitiva, reconhecendo que não existe uma solução única que seja a melhor para todos os casos, pois os problemas estão em constante evolução.

Muitas vezes relacionada à relatividade, a flexibilidade estava mais ligada à incerteza e à hesitação em assumir compromissos, evitando a responsabilidade inerente a cada ação. Embora, uma abordagem flexível possa adaptar-se a qualquer mudança que

surja, raramente é a melhor e a mais adequada solução para um problema específico. Representa um conjunto de soluções inadequadas para um determinado problema. Uma das premissas, é que manter um sistema flexível para acomodar objetos, produzirá uma solução que é a menos inadequada, mas nunca a mais adequada ou a melhor solução para problemas específicos (Hertzberger, 1991).

É importante salientar que na época, havia pouca experimentação e industrialização de componentes móveis. Nesse contexto, o autor critica o conceito de flexibilidade e, em vez disso, avoga pela polivalência no uso dos espaços, que está relacionada à adaptabilidade.

Para Rabeneck, Sheppard e Town (1973), existe uma diferença fundamental entre flexibilidade e adaptabilidade na conceção de habitação. Definem flexibilidade como o uso de elementos predefinidos na construção, deixando a definição do espaço interno sob a responsabilidade do morador. Por outro lado, a adaptabilidade refere-se à capacidade de projetar variações no espaço.

Ampliam essa perspectiva, ao associar a flexibilidade não apenas às técnicas de construção e distribuição de serviços, mas também à capacidade de oferecer "escolha" e personalização do espaço quando aplicado a habitações. No entanto, eles criticam fortemente os projetos que implementam a flexibilidade, com a intenção de exercer controlo e manipulação sobre a utilização dos espaços pelos usuários. Essa abordagem, segundo eles, pode resultar numa "ilusão de liberdade através do controlo".

Enfatizam, que o objetivo principal da flexibilidade deve ser o de fornecer aos habitantes a liberdade de escolha e personalização para responder às suas expectativas individuais. No entanto, na mesma linha de pensamento de Hertzberger, eles criticam a flexibilidade, quando ela resulta numa especificação excessiva da manipulação permitida ao usuário, o que pode levar ao que eles descrevem como "excesso de controlo" (Rabeneck, et al., 1973).

Maccreeanor (2008) é pragmático, ao separar os dois conceitos. Para o autor, a adaptabilidade representa uma perspectiva diferente da flexibilidade. Um edifício capaz de se adaptar, é concebido para ser multifuncional, permitindo a possibilidade de mudar de uso, de habitação para trabalho, de trabalho para lazer, ou servir múltiplas finalidades simultaneamente. A adaptabilidade não se concentra na ideia de flexibilidade, que se

baseia na reconfiguração do *layout* tradicional. Em vez disso, é orientada para criar uma identidade robusta e uma presença duradoura num contexto urbano, de modo que o edifício, seja capaz de responder às necessidades futuras e de se ajustar às condições em constante mudança.

No entanto, argumenta que o conceito de flexibilidade deve incorporar a ideia de adaptabilidade, ou seja, um edifício flexível deve ser suficientemente adaptável, para permitir mudanças na distribuição programática e no uso ao longo do tempo. Relaciona a flexibilidade, a projetos inspirados na abordagem da “*planta livre*” e “*núcleos fixos*” usadas por Le Corbusier, Frank Lloyd Wright ou Mies Van der Rohe. Afirma ainda, que muitas vezes, esses projetos não conseguiram alcançar o objetivo da adaptabilidade, pois muitas das construções flexíveis, tinham alturas mínimas de pé-direito, o que impossibilitava a conversão para novos usos. Levando a que, por vezes, fosse mais viável economicamente reconstruir o edifício, em vez de tentar renovar o existente (Maccreanor, 2008).

A definição de Tiil e Schneider (2005), parece-nos ser a mais próxima com a realidade, face às necessidades impostas pela pandemia COVID-19, relativamente à alteração do uso dos espaços na habitação. Para os autores, habitação flexível compreende habitações que se podem ajustar às novas necessidades dos moradores. Essa definição é propositadamente ampla, englobando a possibilidade de escolher diferentes distribuições internas antes da ocupação, assim como, de ter a capacidade de adaptar a habitação ao longo do tempo. Considera a potencial integração de novas tecnologias ao longo do tempo, para se adequar a mudanças demográficas ou até mesmo para uma mudança completa de uso do edifício. Portanto, a habitação flexível, conforme definida, abrange um espectro mais amplo do que a habitação adaptável, que normalmente se refere a habitações que apenas se podem ajustar às mudanças nas necessidades físicas dos moradores, especialmente à medida que envelhecem ou enfrentam restrições de mobilidade. Caracteriza os edifícios flexíveis em duas categorias: “*uso*” e “*forma*”.

O “*uso*” está relacionado, na relação que a arquitetura flexível exerce, na maneira como a habitação é ocupada ao longo do tempo, enquanto a “*forma*” aborda a construção, a localização e como esses fatores afetam o potencial para a flexibilidade (Till & Schneider, 2005).

Monique Eleb-Vidal, Anne-Marie Chatelet e Thierry Mandoul, no livro “*Penser l’habité: le logement en questions*” (Eleb-Vidal, et al., 1990), propõe uma distinção do conceito de flexibilidade em dois tipos: *flexibilidade inicial* e *flexibilidade contínua*.

Entendem por *flexibilidade inicial* um processo que ocorre durante as fases de projeto e construção, permitindo que o futuro morador, em colaboração com o arquiteto, tomem decisões sobre aspetos fundamentais da casa para poder adaptá-la e personalizá-la de acordo com seu estilo de vida. Esse tipo de flexibilidade pode ser “*total*”, permitindo qualquer configuração dentro dos limites do edifício, ou “*parcial*”, definindo apenas acessos e/ou áreas técnicas dentro desses mesmos limites. Essa abordagem, oferece ao morador a opção de escolher entre diferentes tipologias, programas e configurações espaciais, incluindo a possibilidade de participar na construção da obra.

Enquanto *flexibilidade contínua*, é a capacidade de modificar o espaço ao longo do período de ocupação da casa, implementando soluções que permitam alterações de função e uso. Este tipo de flexibilidade é composto por três conceitos estratégicos: mobilidade, evolução e elasticidade.

Mobilidade implica a capacidade de modificar a configuração espacial por meio de sistemas móveis, como painéis deslizantes, amovíveis, pivotantes ou retráteis, bem como móveis, rebatíveis ou retráteis. O objetivo é permitir adaptações instantâneas e reversíveis para acomodar diversas atividades no espaço ao longo do dia.

A *evolução* procura lidar com modificações de longo prazo. Isso pode envolver ajustes de acordo com as mudanças nas necessidades dos moradores ao longo do tempo, ou até mesmo a conversão do uso original da habitação para um propósito diferente do residencial.

A *elasticidade* refere-se à capacidade de modificar a área habitável. Essencialmente, trata-se de prever na fase de projeto de que os limites estabelecidos na estrutura podem ser alterados, pensar estratégias que permitam tanto a expansão quanto a redução do espaço habitável de forma viável.

A forma arquitetónica é o elemento que proporciona flexibilidade na arquitetura e serve como ponto de partida para as transformações, enquanto a flexibilidade é a expressão da mudança na função (Valagão, 2015).

A função de um edifício é frequentemente sujeita a mudanças, enquanto a forma tende a permanecer mais estável. O fato de um edifício resistir ao longo do tempo, não garante que sua função permaneça a mesma. Não é correto afirmar, que cada função corresponde a uma única forma, ou que uma única forma pode ser associada a uma única função. A realidade é que, forma e função, embora estejam interligadas e se influenciem mutuamente, são conceitos distintos (idem).

Diferentes formas podem ser apropriadas para atender à mesma função, da mesma maneira que várias funções podem ser realizadas em um mesmo espaço. Isso indica que não existe uma forma específica, que seja exclusivamente adequada para um propósito específico, pois várias formas têm a capacidade de acomodar diferentes usos, demonstrando uma flexibilidade intrínseca (idem).

Concordamos com Valagão, ao considerar a flexibilidade como uma solução arquitetônica capaz de atender às necessidades presentes e futuras, ainda desconhecidas. Em que a flexibilidade, será a resposta viável às mudanças sociais constantes e à crescente diversidade nos hábitos, necessidades e estilos de vida da população. Destacando-se pela capacidade de dialogar, compreender e de se adaptar a uma nova realidade, mantendo-se sempre disponível para se ajustar a novas circunstâncias.

Durante a pandemia, muitas pessoas tiveram de improvisar as suas casas para conseguirem responder aos novos usos, como o teletrabalho e o ensino à distância.

Estas novas funções e realidades vividas durante o confinamento, estão na realidade incorporadas na sociedade e na habitação há algum tempo.

Silva e Eloy (Silva & Eloy, 2012), defendem que a flexibilidade é cada vez mais o aspeto ao qual a arquitetura deve responder face às mudanças da sociedade, as quais provocam alterações nas necessidades individuais e familiares. A necessidade de mobilidade e as constantes mudanças que ocorrem nas nossas vidas, resultam numa série de alterações nas necessidades e atividades das pessoas, o que justifica a importância da adaptabilidade e flexibilidade dos espaços construídos, incluindo a habitação. A evolução social, cultural e tecnológica gera novas mentalidades e novos modos de vida, que se refletem na habitação e na maneira como as pessoas usam e experienciam a cidade, muitas vezes levando a uma troca de papéis ou funções entre ambas. Estas novas realidades e funções, relacionadas com a sociedade e a habitação, podem eventualmente conduzir à

criação de uma "cidade virtual" no futuro. Nessa cidade virtual, a habitação desempenhará um papel central, possibilitando a realização de um conjunto de atividades que, até recentemente, eram realizadas fora de casa. A residência, pode agora ser vista como um centro logístico a partir do qual as pessoas trabalham, realizam transações comerciais, adquirem produtos e serviços, tornando a cidade física secundária. As interações humanas, também passam por mudanças neste novo mundo, proporcionando conexões e interações entre indivíduos, sem a necessidade de presença física, através das redes sociais.

Para os autores, os espaços residenciais estão cada vez mais imprevisíveis e variados, devido à grande diversidade da sociedade. Isso torna impossível a padronização das habitações, já que cada indivíduo é único, com conhecimentos próprios e dinâmicas distintas, resultando em funções específicas para cada tipo de habitação. Para eles, a busca por sistemas flexíveis na habitação tem sido constante, porém, muitas vezes, esses conceitos falham na aplicação prática nas construções de moradias. Sugerem, que a arquitetura cinética, pode ser uma extensão ou ferramenta da flexibilidade na arquitetura, uma vez que os sistemas cinéticos estão relacionados ao movimento dos elementos flexíveis, permitindo que eles se adaptem com base em diversos fatores e necessidades.

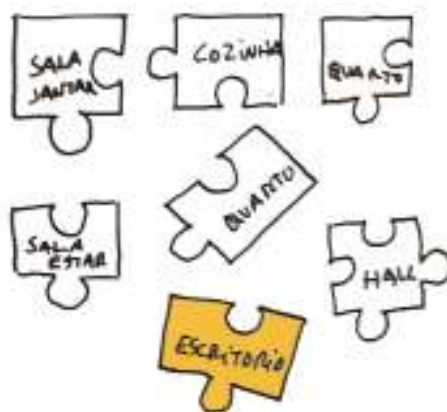


Figura 19- A casa adaptada (Desenho do autor)

Numa sociedade em constante evolução, onde acontecimentos como a pandemia COVID-19, podem ditar alterações à maneira como passamos a usar os edifícios, em

particular as nossas casas, reforçam a ideia de que o espaço, cada vez mais, devem ser flexíveis e fáceis de se readaptar a diferentes usos.

Uma casa que serve o seu propósito num determinado contexto quotidiano, pode deixar de ser funcional, confortável ou agradável, dependendo do uso e do tempo noutra determinado contexto. Exemplo disso, foi a alteração provocada pela pandemia, na maneira como passamos a viver as nossas casas, onde muita gente se apercebeu, que afinal, a casa onde vivia tinha lacunas graves para ser habitada num contexto de confinamento.

Em Múrcia, Espanha, a arquiteta Laura Ortin (2021) intervém numa remodelação de habitação, onde procurou soluções que respondessem às necessidades surgidas durante o confinamento, tendo como premissa a criação de uma casa mais flexível, saudável, multifuncional e acolhedora. A partir de um apartamento de tipologia tradicional, com várias divisões, as quais bloqueavam a entrada de luz natural, transformou-o numa residência com um espaço aberto. As áreas comuns, como a cozinha, a sala de jantar e a sala de estar, compartilham um ambiente comum e conectam-se com o exterior através de um espaçoso terraço (Galamas, 2021).

III ANÁLISE (O uso da habitação em tempos de pandemia)

3.1 Inquérito” A casa em Portugal – Análise da habitação em tempos de pandemia”

Este inquérito teve como objetivo, o estudo da casa pelos portugueses durante a pandemia, mais concretamente durante o estado de emergência/confinamento.

Esteve online de 07 de janeiro de 2022 a 24 de abril de 2023, e o contacto com possíveis inquiridos foi efetuado via email, pessoais e institucionais. Foram recolhidos 58 inquéritos, tendo sido validados 57.

Na elaboração do inquérito, foram consideradas 8 secções, sendo que a primeira apenas apresenta o título do trabalho a estudar “A casa em Portugal: Análise do uso da habitação em tempos de pandemia”.

Na segunda secção, as perguntas são relativas à informação do inquirido: Género, Idade, Estado civil e estado profissional.

Na terceira secção, o inquérito procura saber informação sobre o agregado familiar do inquirido: Número de pessoas que compõe o agregado familiar e a tipologia do agregado familiar.

Na quarta secção, as perguntas são relativas à localização geográfica do lugar onde vive: NUT II e município.

Na quinta secção, procuramos saber mais relativamente à tipologia e infraestruturas da habitação onde vivem: tipologia envolvente, tipologia do edificado, tipologia da habitação, nº de divisões, área da habitação, tipo de aquecimento/arrefecimento, rede de internet, espaços exteriores, escritório, adequação e organização espacial.

A sexta secção apenas incorpora um subtítulo, mais relacionado com o uso da habitação durante a pandemia: “No contexto dos últimos anos, considerando que os períodos que esteve confinado devido á pandemia COVID-19, responda...”

No seguimento do subtítulo, na sétima secção as perguntas foram efetuadas relativamente à salubridade da habitação: higienização, arejamento.

Por último, na secção oito, procurou-se saber como foi o uso, a adaptabilidade e a convivência durante a pandemia: teletrabalho e ensino á distancia,



Secção 1 de 8

A casa em Portugal: Análise do uso da habitação em tempos de Pandemia



Secção 2 de 8

Relativamente ao inquirido



1. Sexo *

- Masculino
- Feminino
- Não Determinado

2. Idade *

- 15-24 anos
- 25 - 34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- Mais de 65 anos

3. Estado civil *

- Solteiro (a)
- Casado (a) / União de fato (a)
- Divorciado (a) / Separado (a)
- Viúvo (a)

4- Habilitações Literárias *

- Sem nível de escolaridade
- 1º Ciclo
- 2º Ciclo
- 3º Ciclo
- Secundário
- Superior

5. Estado Profissional *

- Estudante
- Trabalhador / Estudante
- Exerce uma profissão
- Doméstico (a)
- Desempregado (a)
- Reformado (a)

Secção 3 de 8

Relativamente às pessoas do seu agregado familiar indique:



6. Nº de pessoas que compõe o agregado familiar *

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

7. Tipologia do agregado familiar *

- Vivo sozinho
- Casal sem filhos
- Casal com filhos
- Pai ou Mãe com filhos (Família Monoparental)
- Família alargada (com mais membros da família)
- Em convivência / compartilhada

Secção 4 de 8

Relativamente à localização Geográfica onde vive



8. Em que NUT II reside? *

- Norte
- Centro
- Lisboa e Vale do Tejo
- Alentejo
- Algarve
- Região Autónoma dos Açores
- Região Autónoma da Madeira

9. Em que município reside? *

10. Na sua opinião o sitio onde mora é... *

- Centro da cidade (Cidade com mais de de 50 mil habitantes)
- Zona Urbana mas tranquila (Periferia e cidades com menos de 50 mil habitantes)
- Espaço rural / campo (Fora dos centros urbanos)

Secção 5 de 8

Relativamente à tipologia da habitação



11. Tipologia envolvente *

- Quarteirão
- Zona de Blocos de apartamentos
- Bairro ou urbanização
- Zona de casas

12. Tipologia do edificado *

- Apartamentos
- Casa
- Residência coletiva (Estudantes / idosos)

13. Tipologia da habitação (nº de quartos) *

- T0
- T1
- T2
- T3
- T4
- T5 ou mais

14. Qual o nº de divisões da sua casa (contabilizando quartos / cozinha/ salas / casas de banho e arrumos) *

- 0 a 4
- 5 a 9
- 10 a 15
- 16 ou mais

15. Qual é aproximadamente a área interior da sua casa? *

- Menos que 70 m²
- De 70 m² a 100 m²
- De 100 m² a 150 m²
- Mais de 150 m²

16. Em relação à qualidade do ar, a sua casa está dotada de que tipo de aquecimento / arrefecimento? *

- Ar condicionado
- Aquecimento Central
- Painéis solares
- Bomba de calor
- Emissores Térmicos

17. A sua casa está dotada de rede de internet? *

- Sim
- Não

18. A sua casa possui espaços exteriores? *

- Não
- Varandas
- Jardim

19. A sua casa tem um espaço destinado a escritório? *

- Sim
- Não

20. A dimensão da sua casa está adequada ao seu agregado familiar? *

- Muito adequada
- Razoavelmente adequada
- Pouco adequada
- Desadequada

21. A organização espacial da sua casa está adequada ao seu agregado familiar? *

- Muito adequada
- Razoavelmente adequada
- Pouco adequada
- Desadequada

22. A sua casa tem boa exposição solar? *

- Sim
- Não

Secção 6 de 8

No contexto dos últimos dois anos considerando que os períodos que esteve confinado devido à pandemia COVID 19 responda às seguintes questões.



Secção 7 de 8

Relativamente à salubridade da sua casa



23. Teve mais cuidado na higienização da sua casa? *

- Sim
- Igual
- Não

24. Arejou mais a sua casa? *

- Sim
- Igual
- Não

Relativamente ao uso da sua casa



25. Para lá do legalmente obrigatório, durante o ultimo ano alguém do agregado familiar esteve em teletrabalho / estudo? *

Sim

Não

26. Quantas pessoas do agregado familiar estiveram simultaneamente em teletrabalho / estudo?

2

3

4

5

Outra opção...

27. Quais os espaços que foram usados simultaneamente por mais de uma pessoa para estudo/trabalho:

Escritório

Sala de Estar / Jantar

Quartos

Cozinha

Outra opção...

28. Na situação de teletrabalho / estudo acha que a sua casa está adequada para o efeito? *

- sim
- Razoavelmente
- Não
- Outra opção...

29. Como foi a convivência familiar durante este período, relativa ao uso dos espaços para teletrabalho / estudo?

- Boa
- Normal
- Difícil

30. Como foi a convivência familiar durante este período, relativa ao uso dos espaços para convívio / lazer?

- Boa
- Normal
- Difícil

31. Relativamente há 5 anos atrás acha que recebe mais ou menos visitas? *

- Mais
- Igual
- Menos

32. Relativamente há 5 anos atrás acha que passa mais tempo em casa? *

- Mais
- Igual
- Menos

33. Atualmente sente-se mais preocupado com o conforto da sua casa? *

- Mais
- Igual
- Menos

34. Nos últimos 2 anos realizou alguma alteração relativa à organização espacial da sua casa? *

- Sim
- Não

35. Motivado pela pandemia, pondera num futuro próximo morar noutra zona mais calma, com mais espaço verde? *

- Sim
- Não

3.2 Apresentação de resultados do inquérito

Tendo em consideração a forma de implementação do questionário online, podemos afirmar que estamos a trabalhar com uma amostra por conveniência, que não reflete estatisticamente a totalidade da população, nem os diferentes grupos sociais.

Os indivíduos que responderam ao inquérito, fizeram-no segundo o seu interesse e disponibilidade, na sequência de contactos por e-mail.

Relativamente ao inquirido (secção 2):

Nesta secção, pretendemos ter uma amostra das características demográficas e profissionais dos inquiridos. As informações recolhidas nesta secção são fundamentais para compreender o perfil dos participantes e para contextualizar os resultados subsequentes, ao analisarmos detalhadamente o género, a faixa etária, o estado civil, o nível de escolaridade e a situação profissional dos inquiridos.

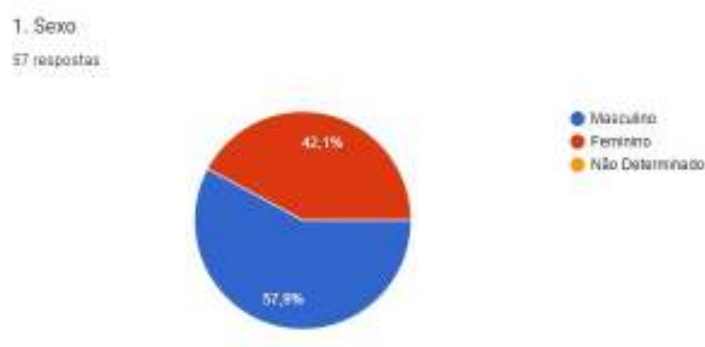


Tabela 1 - Género dos inquiridos

Nesta secção relativa à informação do inquirido quanto ao género, responderam cinquenta e oito homens e quarenta e duas mulheres, o que nos fornece uma amostra quase equitativa entre géneros.

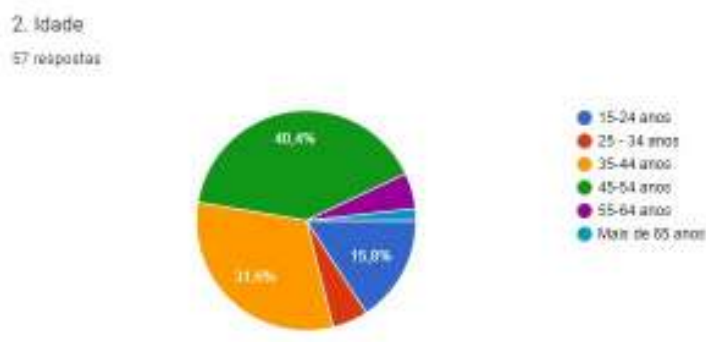


Tabela 2 - Idade dos inquiridos

A análise dos dados demográficos deste inquérito revela uma distribuição diversificada em termos de faixa etária entre os inquiridos. A maioria dos participantes enquadra-se nas faixas etárias dos 35 aos 54 anos, com (44,4%) situando-se na faixa etária de 45 a 54 anos e (31,6%) entre 35 e 44 anos. Essa concentração nas faixas etárias intermediárias sugere que o estudo foi principalmente representativo de adultos em idade ativa.

Por outro lado, o resultado da amostra também dita um número significativo de participantes mais jovens, com 15,8% na faixa etária de 15 a 24 anos. Embora este grupo seja numericamente menor, é importante considerar o peso desta faixa etária neste estudo, por representar significativamente as pessoas que pela idade estariam mais relacionadas com o uso da habitação no contexto de ensino à distância durante o confinamento.

As faixas etárias mais avançadas, incluindo os inquiridos com idades entre 55 e 64 anos (5,3%) e aqueles com mais de 65 anos (1,8%), são menos representadas na amostra.

Em síntese, a diversidade etária na amostra proporciona uma visão abrangente na forma como as pessoas utilizaram as suas habitações durante o confinamento, contribuindo para uma análise mais completa e rica dos resultados deste inquérito

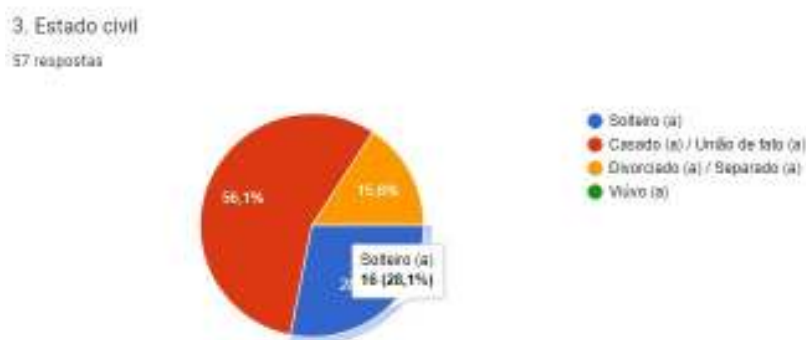


Tabela 3 - Estado civil dos inquiridos

A análise dos resultados relativos ao estado civil dos inquiridos fornece informações sobre a composição da amostra e pode oferecer insights sobre como diferentes grupos de pessoas podem ter enfrentado os desafios da pandemia em relação ao uso das suas habitações.

Casados ou que vivem em união de fato (56,1%): A maioria dos inquiridos está nesta categoria, indicando que grande parte da amostra possui um parceiro ou cônjuge com quem compartilha a habitação. Durante a pandemia, estes participantes podem ter vivenciado desafios relacionados com a gestão do espaço, especialmente se ambos estivessem em situação de teletrabalho, e possivelmente com filhos em situação de ensino à distância. A necessidade de equilibrar a vida profissional, familiar e pessoal dentro de um espaço limitado pode ter sido um desafio complexo para este grupo da amostra.

Solteiros (28,1%): Um segmento significativo dos inquiridos é composto por pessoas solteiras. Para eles, a pandemia pode ter trazido desafios relacionados com a gestão da solidão.

Divorciados (15,8%): Os inquiridos divorciados representam uma parte menor da amostra. No entanto, é importante considerar que a experiência deste grupo pode ter implicações na configuração da habitação e nas dinâmicas familiares. Pessoas divorciadas podem ter enfrentado questões relacionadas com a partilha de responsabilidades parentais ou com a adaptação das suas casas a novas circunstâncias.

Resumindo, a diversidade de estados civis na amostra destaca a importância de considerarmos diferentes contextos familiares e pessoais ao avaliarmos como a pandemia causou impacto no uso das habitações.

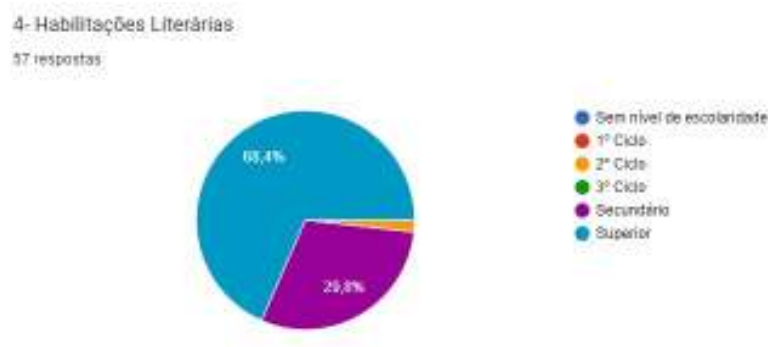


Tabela 4 - Habilitações literárias dos inquiridos

A análise dos resultados referentes às habilitações literárias dos inquiridos revela um quadro educacional diversificado da amostra, na qual a maioria dos participantes possui um curso superior. Esta informação é de suma importância para compreender o perfil académico dos participantes e como esse fator pode influenciar as suas experiências e abordagens em relação ao uso da habitação durante a pandemia.

Curso superior (68,4%): A grande maioria dos inquiridos possui um curso superior, o que sugere um nível elevado de literacia. As pessoas com formação superior podem ter tido maior flexibilidade para se adaptar às mudanças nas rotinas de trabalho e de estudo durante a pandemia, incluindo a transição para o teletrabalho e o ensino à distância. Além disso, o nível de literacia pode ter contribuído mais rapidamente para compreenderem as orientações de saúde pública, adotando consciências e dinâmicas para enfrentar as adversidades do confinamento.

Nível secundário de escolaridade (29,8%): Um número considerável de inquiridos possui o nível secundário de escolaridade. É importante notar que, parte dos inquiridos deste nível de estudos podem estar inseridos nos (15,8%) da amostra de pessoas com a faixa etária compreendida entre os 15 e 24 anos, significando que estariam a completar o ensino académico, indiciando que enfrentariam desafios relacionados com a adaptação do ensino à distância a partir de casa.

Segundo ciclo (1,8%): Embora uma pequena percentagem de inquiridos tenha completado apenas o segundo ciclo, esses participantes também são relevantes. Pode indicar que apenas tem esse nível de literacia, ou estão a terminar o nível de estudos secundário. As suas experiências podem destacar questões específicas relacionadas com a adaptação ao ensino à distância e ao uso da habitação durante a pandemia, especialmente se tivessem filhos em idade escolar.

Podemos sintetizar que a diversidade nas habilitações literárias dos inquiridos reflete a diversidade nas suas experiências durante a pandemia. A análise desses dados pode contribuir para uma compreensão mais abrangente das adaptações feitas nas habitações relacionadas com o uso da habitação durante o confinamento.

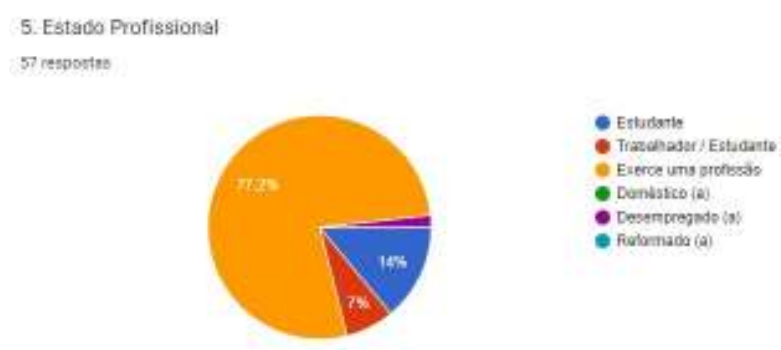


Tabela 5 - Estado profissional dos inquiridos

Relativamente aos resultados relacionados com a situação profissional dos inquiridos, a amostra oferece *insights* importantes sobre o perfil ocupacional da amostra.

Exercício de profissão (77,2%): A maioria significativa dos participantes estava à data do inquérito empregada e exercia uma profissão. Isso sugere que a maioria dos inquiridos manteve a sua atividade profissional durante a pandemia. As implicações disso podem indicar que houve a necessidade de se adaptarem ao teletrabalho ou a novos protocolos de segurança no local de trabalho.

Estudantes (14%): Um segmento menor da amostra é composto por estudantes. Para esses participantes, a pandemia pode ter afetado as suas experiências de rotina,

obrigando à adaptação de estudo para uma situação de ensino à distância, bem como à forma como utilizaram os espaços das suas habitações para fins educacionais.

Trabalhador/Estudante (7%): Alguns inquiridos lidaram com a dupla responsabilidade de serem trabalhadores e estudantes simultaneamente. Isso pode ter criado desafios adicionais na gestão do tempo e no uso eficiente do espaço habitacional para ambas as atividades.

Desempregado (1,8%): Embora uma pequena percentagem da amostra estivesse desempregada durante o confinamento, essa situação pode ter ditado implicações significativas no uso da habitação durante a pandemia. O desemprego pode ter levado a preocupações financeiras e afetado a forma como essas pessoas se adaptaram ao novo uso habitacional.

Estes resultados mostram a diversidade das situações profissionais e a sua relevância para a compreensão das experiências durante a pandemia. Cada grupo pode ter enfrentado desafios específicos relacionados com o uso da habitação, e estas informações ajudam a compreender como diferentes pessoas se adaptaram às mudanças na vida diária durante a crise da COVID-19.

Relativamente ao agregado familiar (secção 3):

A análise da composição quanto ao agregado familiar dos inquiridos fornece uma visão crucial da estrutura familiar. O tamanho e a tipologia dos agregados familiares ajudam a compreender a maneira como as pessoas viveram e usaram as suas habitações, especialmente durante o período de confinamento.

6. Nº de pessoas que compõe o agregado familiar
58 respostas

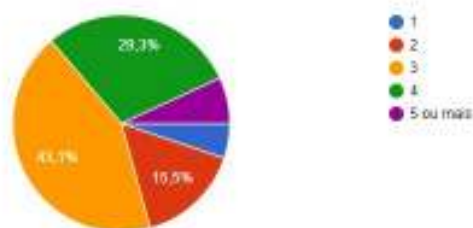


Tabela 6 - Número de pessoas que compõem o agregado familiar

Quanto à composição do agregado familiar, a amostra revelou uma diversidade significativa.

Agregados de três pessoas (43,1%): A maior parte dos inquiridos tem um agregado familiar composto por três pessoas. Esta configuração familiar é comum e pode refletir casais com um filho, ou famílias monoparentais com dois filhos.

Agregados de quatro pessoas (29,3%): Cerca de um terço dos inquiridos vive em agregados familiares com quatro pessoas. Esses agregados podem incluir casais com dois filhos ou famílias alargadas.

Agregados de duas pessoas (15,5%): Uma parcela menor dos inquiridos tem um agregado familiar composto por apenas duas pessoas. Isso pode representar casais sem filhos, pessoas que vivem com um companheiro, ou família monoparental com um filho.

Agregados com cinco ou mais pessoas (6,9%): Alguns inquiridos vivem em agregados familiares consideravelmente maiores, com cinco ou mais pessoas.

Uma pessoa (5,2%): Uma pequena percentagem dos inquiridos vive sozinho, sem outros membros no agregado familiar.

Em resumo, os resultados mostram uma variedade de tamanhos de agregados familiares na amostra, desde pequenos agregados de duas pessoas até famílias mais numerosas. Essa diversidade na composição familiar é relevante para compreendermos como diferentes grupos adaptaram as suas habitações durante a pandemia e como enfrentaram os desafios específicos relacionados com o teletrabalho, com o ensino à

distância e na maneira como geriram a organização do espaço durante o período pandémico.

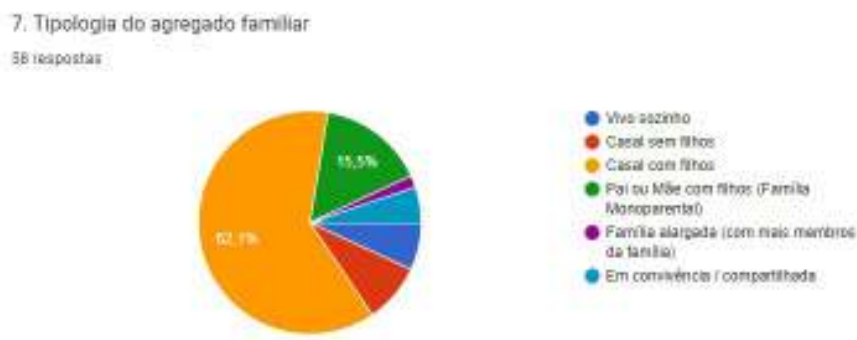


Tabela 7 - Tipologia do agregado familiar

A análise da tipologia dos agregados familiares da amostra revela uma diversidade de estruturas familiares.

Casais com filhos (62,1%): A maioria significativa dos inquiridos faz parte de agregados familiares compostos por casais com filhos. Esta é uma configuração familiar tradicional que pode incluir crianças de várias idades.

Famílias monoparentais (15,5%): Uma percentagem significativa dos inquiridos pertence a famílias monoparentais, com um pai ou uma mãe e filhos. Estas famílias possivelmente enfrentaram desafios adicionais na gestão das responsabilidades familiares durante a pandemia.

Casais sem filhos (8,6%): Algumas das famílias representadas na amostra são casais sem filhos. Estas familiares podem ter tido uma maior facilidade na maneira como geriram o espaço habitacional.

Convivência compartilhada (6,9%): Alguns inquiridos vivem em espaços de convivência compartilhada, tais como residências de estudantes, o que podem incluir amigos ou colegas a compartilhar a casa. Estas dinâmicas podem ter tido implicações únicas na partilha de espaços e na convivência durante a pandemia. Os lares de idosos, instituições militares, etc., também se incluem nesta tipologia.

Vivem sozinhos (5,2%): Uma pequena percentagem da amostra vive sozinha, sem outros membros no agregado familiar. Essas pessoas podem ter experimentado a pandemia de forma singular, com maior autonomia na gestão dos espaços e da rotina.

Família alargada (1,8%): Uma percentagem muito reduzida pertence a famílias alargadas, que podem incluir várias gerações. Estas famílias podem ter enfrentado desafios complexos relacionados com a organização do espaço e com a convivência.

Os resultados da amostra referentes à tipologia do agregado destacam a diversidade de tipologias familiares e a sua importância na compreensão das experiências durante a pandemia. Cada tipo de família enfrentou desafios específicos e teve de adaptar o uso da habitação de acordo com as suas necessidades e dinâmicas familiares.

Relativamente à localização geográfica (secção 4):

A análise dos dados relativos à localização geográfica e ao contexto habitacional dos inquiridos, fornece informações sobre as diferentes realidades geográficas da habitação no contexto territorial.



Tabela 8 - NUT II de residência

Relativamente à NUT II (Núcleo de Unidade Territorial – Nível II), a maior parte dos inquiridos a responder este questionário, trinta e nove (61,4%) são da Zona Norte, seis (10,5%) pertencem a Lisboa e Vale do Tejo, quatro (7%) pertencem à Área Metropolitana de Lisboa e o mesmo número à área Metropolitana do Porto, três (5,3%)

10. Na sua opinião o sítio onde mora é...

37 respostas

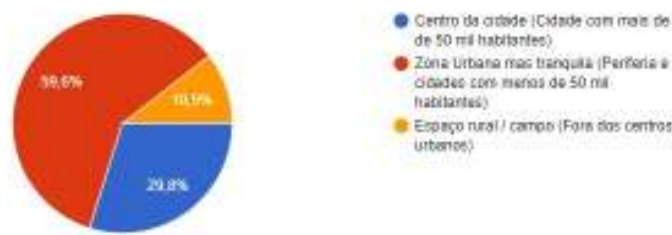


Tabela 10 - Zona onde mora

Quanto à localização da habitação no contexto da densidade populacional, trinta e quatro inquiridos (59,6%) moram em zonas urbanas mais tranquilas (Periferia e cidades com menos de 50 mil habitantes), dezassete (29,8%) vive no centro da cidade (Cidade com mais de 50 mil habitantes) e seis (10,5%) moram em espaços rurais ou campo (Fora dos centros urbanos).

Em síntese, os resultados revelam uma diversidade geográfica significativa da amostra, com inquiridos provenientes de várias regiões de Portugal. Além disso, as diferenças na localização urbana e rural, podem ter desempenhado um papel importante na forma como as pessoas enfrentaram os desafios da pandemia, nomeadamente no direito ou liberdade de usar espaços exteriores.

Relativamente à tipologia de habitação (secção 5):

Pretendemos observar as várias dimensões relacionadas com as características das habitações dos inquiridos. Compreender a tipologia, o tamanho, o conforto e a funcionalidade das habitações é fundamental para avaliar como os indivíduos enfrentaram o confinamento durante a pandemia e como as suas casas desempenharam um papel na adaptação a novas realidades, como o teletrabalho e o ensino à distância. Além disso, a disponibilidade de espaços exteriores, a existência de infraestruturas e equipamentos relacionados com o aquecimento/arrefecimento das casas, o acesso à internet e orientação solar são aspetos que podem influenciar significativamente a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes.

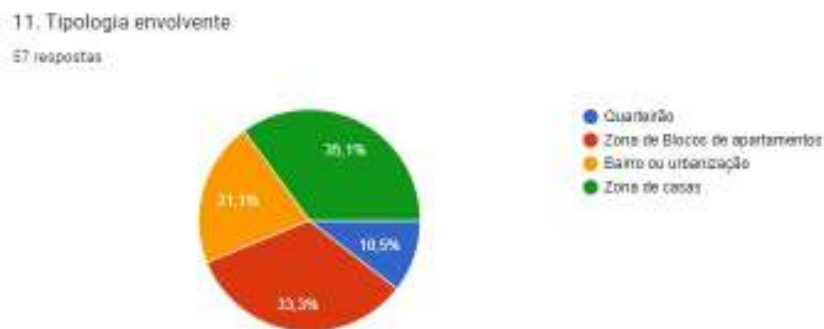


Tabela 11 - Tipologia envolvente

A envolvente da habitação desempenha um papel significativo na vida dos inquiridos. Relativamente à análise dos resultados observamos o seguinte:

Os dados revelam que os inquiridos vivem em diversos tipos de ambientes habitacionais. Uma parcela considerável está localizada em zonas de habitações unifamiliares (35,1%), o que muitas vezes implica um ambiente mais tranquilo e com maior privacidade. Por outro lado, 33,3% dos inquiridos residem em áreas compostas por blocos de apartamentos, sugerindo uma maior densidade populacional e, possivelmente, um ambiente urbano mais agitado.

A presença de inquiridos em bairros ou urbanizações (21,1%) e em quarteirões (10,5%) destaca a diversidade de contextos urbanos presentes na amostra. Estes contextos podem variar em termos de infraestruturas, comodidades e acessibilidades.

Em suma, a envolvente da habitação é um fator importante a considerar ao estudarmos as experiências das pessoas durante o confinamento e as dinâmicas dos modelos tipológicos de habitação. A localização geográfica e o contexto urbano ou rural podem influenciar a qualidade de vida, o acesso a serviços essenciais e o grau de interação social dos inquiridos.

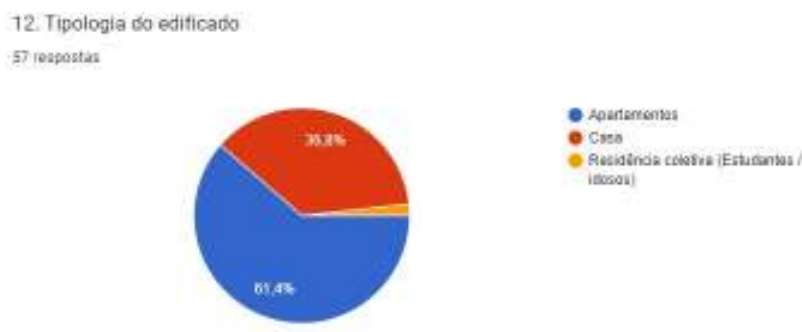


Tabela 12 - Tipologia do edificado

Relativo à tipologia do edificado trinta e cinco dos inquiridos (61,4 %) vive em apartamentos, vinte e um (36,8 %) vive em habitações unifamiliares e apenas um indivíduo (1,8 %) respondeu que vive numa uma residência coletiva de estudantes ou idosos.

Os resultados obtidos revelam informações sobre as características das habitações dos inquiridos e a forma como essas características podem estar relacionadas com a pandemia da COVID-19:

A maioria das habitações dos inquiridos são apartamentos. Esse dado pode indicar que uma parcela significativa da população vive em espaços de densidade populacional mais elevada, como edifícios de apartamentos, o que pode ter ditado a forma como viveram durante a pandemia, especialmente no relacionamento social e no contacto com espaços exteriores, nomeadamente espaços verdes e de lazer.

Cerca de 36,8% das pessoas moram em habitações unifamiliares. Isso sugere que uma parte considerável dos inquiridos reside em casas isoladas, o que certamente proporcionou maior liberdade durante o confinamento, principalmente no acesso ao espaço exterior, facilitando o distanciamento social e tornando o confinamento mais confortável.

Embora apenas 1,8% das habitações sejam residências coletivas de estudantes ou idosos, essa categoria específica de habitação pode ter enfrentado desafios únicos durante

a pandemia, tais como: a necessidade de implementação de medidas mais rigorosas de prevenção e propagação do vírus, agravando o estado de isolamento.



Tabela 13 - Tipologia da habitação

Quanto à tipologia da habitação, vinte e uma (36,8 %) são tipologias T3, dezoito (31,6 %) são T2, onze (19,3 %) são T4, três (5,3 %) são de tipologia T5 ou superior, três (5,3 %) são T1, e apenas uma (1,8 %) é um T0.

Os resultados indicam que a tipologia da habitação variou na amostra de inquiridos, com a maioria das habitações a pertencer às tipologias T2 e T3. Durante o período de confinamento, as variações das tipologias ditaram diferentes impactos nas condições de espaço e conforto das famílias. As habitações de tipologia menor, com espaços mais limitados, condicionaram as atividades de teletrabalho e ensino à distância. Por outro lado, as habitações maiores, como as de tipologia T4 ou superior, permitiram maior flexibilidade e adaptabilidade quanto ao uso do espaço. Em suma, a tipologia de habitação foi certamente um fator importante e influenciador nas experiências das famílias durante o confinamento.

14. Qual o nº de divisões da sua casa (contabilizando quartos / cozinha/ salas / casas de banho e arrumos)

57 respostas

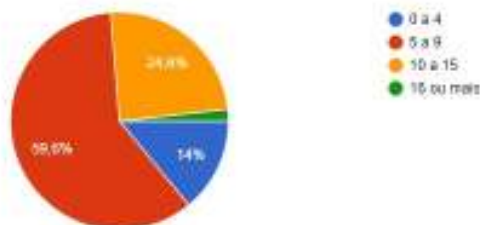


Tabela 14 - Nº de divisões da habitação

Relativo ao número de divisões da casa, contabilizando quartos, cozinhas, salas, casas de banho e arrumos, trinta e quatro (59,6 %) habitações tem entre 5 e 9 divisões, catorze (24,6 %) tem entre 10 e 15 divisões, oito (14%) tem menos de 5 divisões e apenas uma (1, %) tem mais de 16 divisões.

Os resultados do inquérito revelam uma variação significativa no número de divisões das habitações dos inquiridos. A maioria das habitações possui entre 5 e 9 divisões, o que pode indicar que a maioria das famílias tem um espaço adequado para as atividades diárias, como trabalho, estudo e lazer. No entanto, é importante notar que uma parcela significativa das habitações possui menos de 5 divisões, o que pode resultar em desafios na adaptação a atividades de teletrabalho e ensino à distância durante o confinamento.

Por outro lado, um pequeno número de habitações possui mais de 16 divisões, o que sugere um espaço substancial para as famílias. Durante o período de confinamento, as famílias com mais divisões nas habitações podem ter tido mais facilidade em criar áreas dedicadas ao trabalho e ao estudo, proporcionando um ambiente mais favorável para enfrentar os desafios da pandemia

Em resumo, o número de divisões das habitações desempenhou um papel importante na experiência de confinamento das famílias, onde as habitações com maiores e mais divisões proporcionaram um ambiente mais versátil e flexível, enquanto as habitações com menos divisões condicionaram certamente o uso do espaço disponível

para se adaptarem a atividades adicionais, nomeadamente o teletrabalho, o ensino à distância.



Tabela 15 - Área interior da habitação

Relativamente à área interior das habitações, vinte e oito (49,1 %) tem entre 100 e 150 m², treze (22,8 %) tem uma área entre 70 e 100 m², dez (17,5 %) tem mais de 150 m² e seis (10,5 %) tem uma área inferior a 70 m².

A área das habitações desempenha um papel crucial na flexibilidade e adaptabilidade do espaço. Os resultados do inquérito mostram que a maioria das habitações possui uma área entre os 100 e 150 m², o que pode ser considerado um espaço moderadamente amplo. Isso sugere que a maioria das famílias tinha um espaço razoável para acomodar as atividades relacionadas ao teletrabalho, ao estudo e lazer durante o confinamento.

Habitações com mais de 150 m² têm uma vantagem significativa em termos de espaço, proporcionando mais oportunidades para a criação de áreas dedicadas para escritórios em casa, salas de estudo ou espaços de lazer separados. Por outro lado, habitações com menos de 70 m² podem ter enfrentado desafios na acomodação de múltiplas atividades, especialmente se houvesse vários membros da família a partilhar o mesmo espaço.

16. Em relação à qualidade do ar, a sua casa está dotada de que tipo de aquecimento / arrefecimento?

57 respostas



Tabela 16 - Qualidade do ar da habitação

Em relação ao tipo de aquecimento/arrefecimento, vinte e três (40,4%) habitações estão equipadas com aquecimento central, vinte e duas (38,6%) habitações estão equipadas com aparelhos de ar condicionado, doze (21,1%) tem como tipo de aquecimento emissores térmicos, nove (15,8%) tem painéis solares e seis (10,5%) tem bomba de calor.

A qualidade do ar das habitações foi um fator importante na maneira como as famílias ultrapassaram o confinamento, com melhor ou pior qualidade de vida no que respeita ao conforto e salubridade das habitações.

Os resultados do inquérito revelam uma variedade de sistemas de aquecimento/arrefecimento nas habitações dos inquiridos.

As habitações com aquecimento central e aparelhos de ar condicionado representam uma parcela significativa da amostra das casas dos inquiridos. Isso sugere que muitas dessas habitações estavam preparadas para enfrentar diferentes condições climáticas durante o confinamento, proporcionando um ambiente termicamente confortável.

É interessante notar que uma parte substancial das habitações contempla sistemas de painéis solares. Embora esses sistemas possam ser eficazes, a capacidade de manter o conforto térmico pode variar, dependendo das condições climáticas locais. Contudo, nesta questão de resposta múltipla, todos os inquiridos que disseram que possuíam painéis solares como tipo de aquecimento, tinham também outra solução de aquecimento para as habitações.

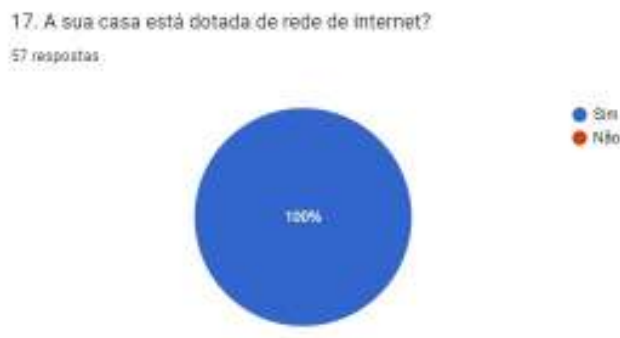


Tabela 17 - Rede de internet

O acesso à internet nas habitações durante a pandemia mostrou ser uma ferramenta essencial para a qualidade de vida das pessoas. Todos os inquiridos no estudo referiram que tinham acesso à internet nas suas casas. Essa conclusão reflete a importância vital da conectividade online durante o confinamento. A internet não só permitiu que as pessoas pudessem desempenhar as tarefas relacionadas com o teletrabalho e o ensino à distância, mas também foi essencial para a comunicação, acesso a informações sobre saúde, entretenimento e até mesmo compras online.

Durante a pandemia a internet tornou-se indispensável para manter a produtividade, a educação e a conexão social durante os tempos de isolamento social, transformando-se na janela virtual da habitação.

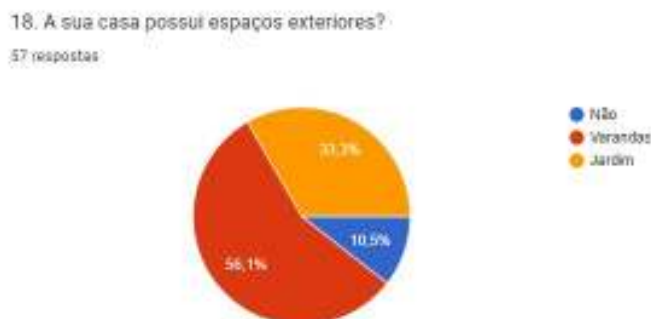


Tabela 18 - Espaços exteriores

As percentagens obtidas nos resultados do inquérito sobre a existência de espaços exteriores nas habitações têm uma clara relação com a importância desses espaços no contexto do confinamento durante a pandemia. Com base nestes resultados, podemos relacionar a importância desses espaços no contexto do confinamento da seguinte maneira:

Varandas exteriores (56,1%): A maioria das habitações da amostra possui varandas exteriores. Este dado é significativo porque as varandas podem oferecer uma extensão do espaço de convivência interior da casa. Durante o confinamento, as pessoas usaram as varandas para apanhar ar, poder ler um livro ou até mesmo para pequenas atividades físicas. Ter uma varanda foi uma vantagem considerável em termos de qualidade de vida durante o confinamento, proporcionando um espaço ao ar livre mesmo que pequeno, funcionando como um pequeno escape para poder “respirar”.

Espaço exterior com jardim (33,3%): Cerca de um terço das habitações possuem espaços exteriores com jardins. Ter um jardim foi uma mais-valia durante o confinamento, por potenciar oportunidades de interação com a natureza, atividades ao ar livre e até mesmo jardinagem, podendo funcionar como uma atividade terapêutica.

Habitações sem espaços exteriores (10,5%): Embora seja uma percentagem menor, é importante notar que algumas habitações não possuem espaços exteriores. Isso pode ter sido um desafio adicional durante o confinamento, especialmente para aqueles que não tinham acesso a parques próximos ou áreas públicas para atividades ao ar livre. A falta de espaço exterior pode ter contribuído para sentimentos de isolamento e restrição.

Quanto maior a disponibilidade de espaços exteriores, maior a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas durante um período em que a interação com o mundo exterior estava limitada. Esses espaços proporcionaram um refúgio seguro e agradável para lidar com os desafios do confinamento, contribuindo para o equilíbrio emocional e físico

19. A sua casa tem um espaço destinado a escritório

57 respostas

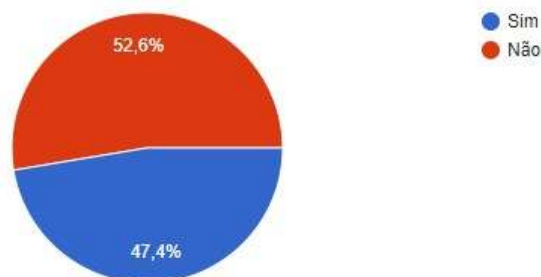


Tabela 19 - Espaço destinado a escritório

Relativo ao programa habitacional, trinta habitações (52,6%) possuem um espaço destinado a escritório e vinte e sete (47,4%) não contemplam na sua organização um espaço para este efeito.

Os resultados do inquérito sobre a existência de um espaço destinado a escritório nas habitações teve uma relação direta com a importância desses espaços durante o confinamento, especialmente para quem esteve em teletrabalho ou em ensino à distância.

Mais da metade das habitações na amostra possuem um espaço destinado a escritório. Isso é altamente relevante, considerando que durante o confinamento, muitas pessoas foram forçadas a adotar o teletrabalho e que os alunos precisaram de um local adequado para o ensino à distância. Ter um espaço específico para trabalhar ou estudar foi benéfico por várias razões:

Possuir um espaço destinado a escritório ajudou as pessoas a manter um ambiente de trabalho e/ou estudo separado do restante espaço doméstico, o que certamente contribuiu para uma maior produtividade e concentração

Um espaço próprio para a função de trabalhar ou estudar online, proporcionaram uma configuração ergonómica adequada, importante para evitar problemas de saúde relacionados à postura inadequada, e facilitou a organização funcional da casa, ao não invadir os restantes espaços para o uso destas funções.

Quase metade das habitações não possui um espaço específico para escritório. Esta situação pode ter sido um desafio significativo para aqueles que tiveram de trabalhar ou estudar em casa durante o confinamento.

Trabalhar ou estudar em áreas comuns, como a sala de estar e jantar, a cozinha ou os quartos, certamente contribuiu para dificultar a convivência das famílias dentro de casa, onde era difícil separar a vida doméstica da vida profissional e/ou académica, onde a presença de familiares ou atividades domésticas nos mesmos espaços não contribuía nem ajudava na concentração.

Sem um espaço adequado para trabalhar/estudar, as pessoas não tinham condições para efetuar as tarefas num ambiente confortável e ergonómico, influenciando assim o seu bem-estar físico e mental.

20. A dimensão da sua casa está adequada ao seu agregado familiar?

57 respostas

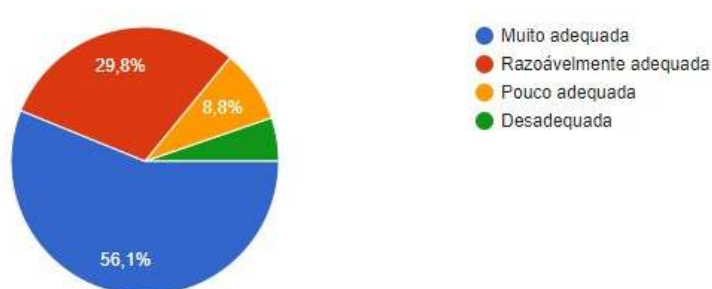


Tabela 20 - Adequação do agregado à tipologia da habitação

Quando questionados sobre a dimensão da casa, e se a mesma estava adequada ao agregado familiar, trinta e dois inquiridos (56,1%) responderam que estava muito adequada, dezassete (29,8%) acham que a casa está razoavelmente adequada, cinco (8,8%) considera a sua habitação pouco adequada para o agregado familiar e três (5,3%) acha a habitação desadequada para o agregado familiar.

Os resultados do inquérito sobre a dimensão da casa e a sua adequação ao agregado familiar indicam o seguinte:

Muito adequada (56,1%): A maioria dos inquiridos, mais de metade, considera que a dimensão da sua casa é muito adequada para o seu agregado familiar. Isso sugere que a maioria das habitações na amostra oferece espaço suficiente para acomodar as necessidades e as atividades diárias das famílias, mesmo durante o confinamento.

Razoavelmente adequada (29,8%): Uma proporção significativa dos inquiridos acha que a sua habitação está razoavelmente adequada ao agregado familiar. Isso indica que, embora possa haver algumas restrições de espaço, essas habitações ainda são capazes de atender às necessidades básicas das famílias, mesmo em tempos de confinamento.

Pouco adequada (8,8%): Uma parcela menor dos inquiridos considera a sua habitação pouco adequada para o agregado familiar. Isso sugere que essas habitações podem comportar maiores desafios na organização espacial, facto que pode ter sido agravado durante o confinamento, quando as atividades de teletrabalho e ensino à distância em casa aumentaram.

Desadequada (5,3%): Uma minoria dos inquiridos acha que a sua habitação é desadequada para o agregado familiar.

Em resumo, a maioria das habitações na amostra foi considerada adequada ou muito adequada para as famílias que as habitam. No entanto, é importante notar que uma parcela significativa das habitações é razoavelmente adequada, pouco adequada ou desadequada. Isso destaca a importância de ter habitações espaçosas e bem-adaptadas às necessidades das famílias, especialmente em situações como a pandemia, em que as pessoas passam mais tempo em casa e realizam diversas atividades no ambiente doméstico.

21. A organização espacial da sua casa está adequada ao seu agregado familiar

57 respostas

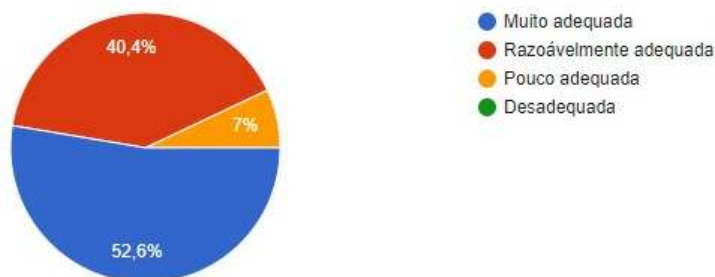


Tabela 21 - Adequação do agregado à organização espacial da habitação

Os resultados do questionário sobre a organização espacial da casa e a sua adequação ao agregado familiar durante o confinamento deixam perceber o seguinte:

Muito adequada (52,6%): A maioria dos inquiridos, mais de metade, considera que a organização espacial da sua casa é muito adequada para o seu agregado familiar. Este resultado indicia que as habitações na amostra foram bem projetadas em termos de *layout* e disposição de espaços para atender às necessidades das famílias, nomeadamente durante o confinamento.

Razoavelmente adequada (40,4%): Uma proporção significativa dos inquiridos acha que a organização espacial da sua habitação está razoavelmente adequada para o seu agregado familiar. Embora possa haver algumas áreas de melhoria, no geral, as habitações tem uma organização programática que satisfaz as famílias.

Pouco adequada (7%): Apenas uma pequena percentagem dos inquiridos considera a organização espacial da sua habitação como pouco adequada para o agregado familiar.

Desadequada (Nenhum Inquirido): Importante notar que nenhum dos inquiridos achou que a sua habitação era desadequada para o agregado familiar durante o confinamento, o que é um resultado positivo e indica que todas as habitações na amostra eram pelo menos pouco adequadas em termos de organização espacial.

Em resumo, a maioria dos inquiridos considerou a organização espacial das suas habitações como muito adequada ou razoavelmente adequada para o agregado familiar. No geral, as habitações da amostra são adequadas e capazes de atender às necessidades das famílias em termos de organização e disposição dos espaços, nomeadamente durante o confinamento.

22. A sua casa tem boa exposição solar?

57 respostas

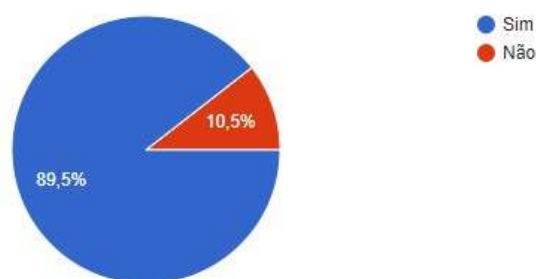


Tabela 22 - Exposição solar da habitação

A grande maioria dos inquiridos, representando 89,5%, considera que as suas habitações têm uma boa exposição solar. Enquanto uma pequena percentagem, cerca de 10,5%, considera que as suas casas não têm uma boa exposição solar.

Este fator, desempenha um papel fundamental na sustentabilidade, no conforto energético e na qualidade de vida dos seus habitantes.

A importância de uma boa exposição solar nas habitações tornou-se ainda mais evidente com o confinamento durante a pandemia da COVID-19. A permanência prolongada dentro de casa fez sobressair alguns fatores que as pessoas não valorizavam tanto. Para aqueles que precisaram trabalhar ou estudar em casa, a exposição solar pode ter contribuído substancialmente para que a produtividade, o conforto e o bem-estar mental.

No contexto dos períodos que esteve confinado devido à pandemia COVID-19 (Secção 6)

A pandemia transformou a relação das pessoas com as suas casas, nas secções seguintes tentamos obter resultados que destaquem como foi o uso da casa no período de confinamento. Abordando a importância da salubridade e higienização das habitações, o conforto, a convivência familiar, e a capacidade das habitações de se adaptarem ao novo uso.

Relativamente à salubridade (secção 7):

Nos últimos dois anos, durante os períodos de confinamento devido à pandemia COVID-19, houve um aumento significativo na conscientização e prática de medidas de higiene, arejamento e limpeza nas habitações. As pessoas passaram a dedicar mais tempo à higienização de suas casas, incluindo a desinfecção de superfícies, para reduzir os riscos de contaminação pelo vírus.

23. Teve mais cuidado na higienização da sua casa?

57 respostas

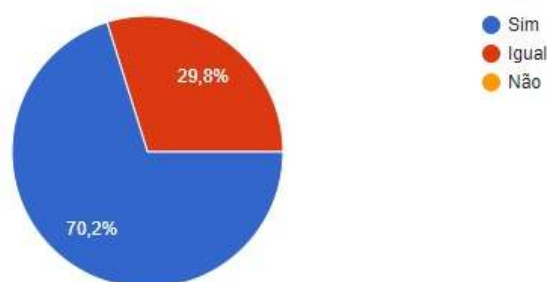


Tabela 23 - Higienização da habitação durante a pandemia COVID-19

Com base nos resultados, a maioria dos inquiridos, representada por quarenta pessoas (70,2%), optou por intensificar os seus esforços na higienização das suas habitações durante o período de confinamento. Isso reflete uma conscientização

significativa sobre a importância da higiene e da desinfeção para a prevenção da disseminação do vírus e a proteção da saúde dos ocupantes da habitação.

Uma parte substancial dos inquiridos reconheceu a relevância da higienização, especialmente num contexto de pandemia, onde a limpeza adequada pode ajudar a minimizar o risco de contaminação. No entanto, é notável que dezassete inquiridos (29,8%) não aumentaram os seus esforços na higienização das casas durante o confinamento, ou por displicência, ou por já terem o hábito de higienizarem as habitações antes da pandemia.

Os hábitos de higienização das casas, incutidos durante a pandemia, devem manter-se como uma necessidade contínua de educação e conscientização sobre práticas de higiene adequadas, sendo uma parte essencial na manutenção de um ambiente de vida saudável e seguro. A higienização regular das habitações desempenha um papel crucial na prevenção de doenças e na promoção do bem-estar dos seus ocupantes. Os resultados reforçam a importância de manter padrões elevados de higiene em ambientes residenciais.

24. Arejou mais a sua casa?

57 respostas

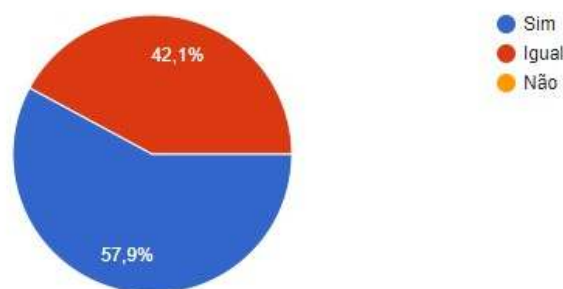


Tabela 24 - Arejamento da habitação durante a pandemia COVID-19

Os resultados revelam que a maioria dos inquiridos, trinta e três (57,7%), optou por arejar mais as suas habitações durante o período de confinamento devido à pandemia de COVID-19. Isso sugere uma conscientização crescente sobre a importância da ventilação adequada para a saúde e a salubridade dos espaços habitacionais. O arejamento

regular pode ajudar a melhorar a qualidade do ar interior, reduzir a concentração de partículas virais e manter um ambiente mais saudável.

No entanto, é notável que vinte e quatro inquiridos (42,1%) responderam que não arejaram mais as suas casas durante esses períodos, fazendo-o com a mesma rotina antes do confinamento. Tal facto pode estar relacionado com o passado, e essas pessoas já terem o hábito de arejar as suas casas. Não sendo essa a razão, pode ser motivo de preocupação, uma vez que a falta de ventilação adequada pode levar a uma má qualidade do ar interior, o que, por sua vez, pode afetar negativamente a saúde e o bem-estar dos ocupantes da habitação.

Os resultados realçam a importância da conscientização e da educação contínua sobre a ventilação adequada das habitações, especialmente em situações de confinamento, garantindo ambientes saudáveis e salubres para os moradores.

Relativamente ao uso da habitação (secção 8):

A forma como as casas eram usadas também sofreu mudanças notáveis. O teletrabalho e o ensino à distância passaram a ser parte integrante da rotina do confinamento, obrigando muitas famílias a ter a necessidade de compartilhar espaços de trabalho e estudo. Isso exigiu uma adaptação na organização espacial das casas e influenciou a convivência familiar.

25. Para lá do legalmente obrigatório, durante o último ano alguém do agregado familiar esteve em teletrabalho / estudo?

58 respostas

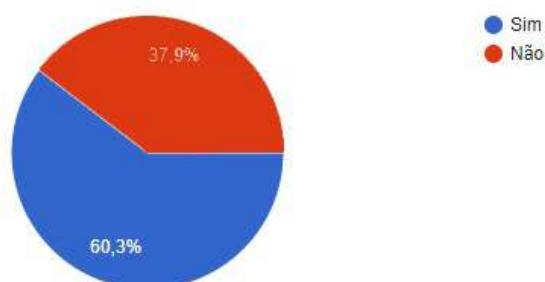


Tabela 25- Situação de teletrabalho/ensino à distância

Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos inquiridos, trinta e cinco (60,3%), continuou a desempenhar funções de teletrabalho ou estudo em casa para além do período legalmente obrigatório. Isso sugere que muitas pessoas optaram por manter as suas atividades em casa após o levantamento das medidas de confinamento ou restrições legais relacionadas com a pandemia.

Por outro lado, vinte e dois inquiridos (37,9%) não continuaram a trabalhar ou estudar em casa para além do período obrigatório, optando por retomar a situação de trabalho ou estudo presencial, interrompendo as atividades à distância.

Estes resultados indicam uma flexibilidade significativa na forma como as pessoas abordaram o teletrabalho e o ensino à distância durante a pandemia, com uma parte considerável continuou a trabalhar a partir de casa, pois muitas empresas adotaram este sistema laboral mesmo após os períodos legalmente obrigatórios.

Relativamente ao ensino à distância, o ensino presencial passou a ser obrigatório desde o momento que foram levantadas as restrições de isolamento.

26. Quantas pessoas do agregado familiar estiveram simultaneamente em teletrabalho / estudo?

56 respostas

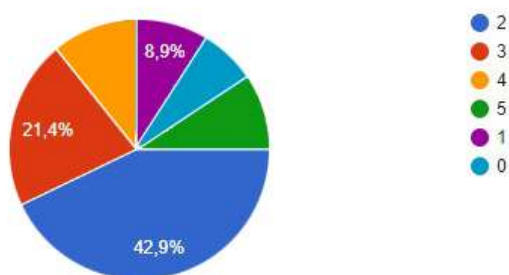


Tabela 26 - Número de pessoas em simultâneo do agregado em teletrabalho/ensino à distância

Os resultados mostram que durante o período de confinamento, várias pessoas compartilharam o mesmo espaço para teletrabalho e ensino à distância. Vinte e quatro inquiridos (42,9%) responderam que duas pessoas estiveram a trabalhar ou a estudar a em simultâneo a partir de casa. Doze inquiridos (21,4%) mencionaram que três pessoas

desenvolveram essas tarefas ao mesmo tempo. Sete inquiridos (12,5%) disseram que quatro pessoas estiveram envolvidas, enquanto cinco (8,9%) mencionaram que cinco pessoas estiveram a trabalhar ou a estudar em simultâneo. Apenas uma pessoa trabalhou ou estudou a partir de casa, conforme foi respondido por cinco inquiridos (8,9%) e quatro inquiridos (7,1%) responderam que ninguém esteve envolvido em atividades de teletrabalho ou ensino à distância durante o confinamento.

Estes resultados sugerem que a convivência familiar nos espaços de trabalho e estudo durante o confinamento pode ter variado consideravelmente, com algumas famílias a conseguirem adaptar-se bem à partilha do mesmo espaço, enquanto outras podem ter enfrentado desafios de organização significativos nessas adaptações.

27. Quais os espaços que foram usados simultaneamente por mais de uma pessoa para estudo/trabalho:

54 respostas

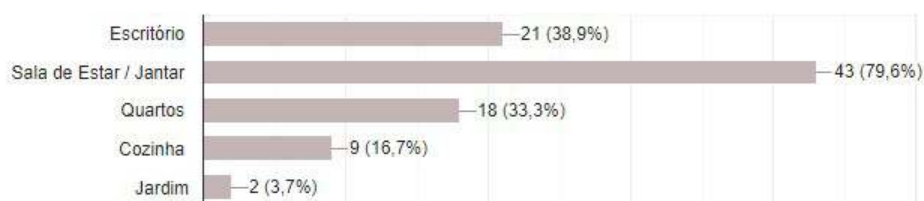


Tabela 27 - Espaços usados para teletrabalho/ensino à distância

Os resultados revelam que durante o período de confinamento, muitas pessoas compartilharam os espaços de suas casas para realizar teletrabalho e ensino à distância.

A sala de estar/jantar foi o espaço mais utilizado simultaneamente por várias pessoas, mencionado por quarenta e três inquiridos (79,6%). O escritório também foi uma escolha significativa, com vinte e um inquiridos (38,9%) a indicar que usaram esse espaço para desempenhar essas tarefas. Além disso, dezoito pessoas (33,3%) usaram o quarto para trabalhar ou estudar, nove (16,7%) usaram a cozinha e dois (3,7%) optaram por estudar ou trabalhar no jardim.

É importante destacar que os inquiridos usaram mais do que um espaço para executar as tarefas relacionadas com o teletrabalho e ensino à distância. A variedade de espaços utilizados reflete a necessidade de flexibilidade e adaptação das habitações.

28. Na situação de teletrabalho / estudo acha que a sua casa está adequada para o efeito?

58 respostas

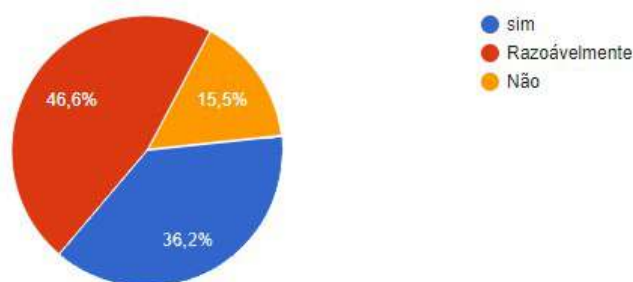


Tabela 28 - Adequação da habitação para o efeito de teletrabalho/ensino à distância

Os resultados do inquérito indicam que a maioria dos inquiridos considerou as suas casas como adequadas ou razoavelmente adequadas para poderem exercer funções de teletrabalho e ensino à distância durante o período de confinamento.

Vinte e um inquiridos (36,2%) responderam que suas casas estavam adequadas para essas atividades, vinte e sete (46,6%) consideraram que as suas habitações estavam razoavelmente adequadas e nove inquiridos (15,5%) declararam que suas casas não estavam adequadas para teletrabalho e ensino à distância.

Em suma, podemos concluir que a maioria das pessoas conseguiu adaptar as suas casas para efetuarem funções de teletrabalho e ensino à distância durante o confinamento, considerando-as adequadas ou razoavelmente adequadas. No entanto, para um grupo significativo, pode ter existido limitações nas condições das habitações.

29. Como foi a convivência familiar durante este período, relativa ao uso dos espaços para teletrabalho / estudo?

58 respostas

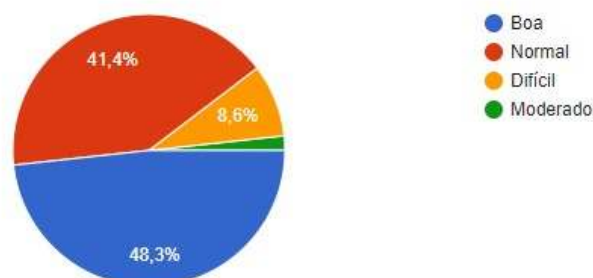


Tabela 29 - Convivência familiar durante o confinamento relativa ao uso dos espaços para teletrabalho/ensino à distância

Relativamente à convivência familiar nos espaços destinados ao teletrabalho e ensino à distância durante o confinamento, a maioria dos inquiridos, vinte e oito (48,3%), declarou que a convivência familiar na partilha desses espaços foi boa, sugerindo que as famílias conseguiram adaptar-se e coordenar bem o uso dessas áreas durante o período de confinamento. Vinte e três (41,4%) famílias consideraram essa convivência como normal, indicando que, apesar dos desafios inerentes à partilha de espaços para fins de trabalho e estudo, conseguiram lidar com a situação de forma tranquila.

No entanto, é importante notar que cinco inquiridos (8,6%) enfrentaram dificuldades na convivência familiar durante a partilha desses espaços, e apenas uma pessoa (1,8%) considerou essa convivência como normal. Isso sugere que, para algumas famílias, a partilha de espaços para teletrabalho e ensino à distância pode ter sido um desafio, possivelmente devido à falta de espaço adequado ou à necessidade de ajustes nas rotinas familiares.

30. Como foi a convivência familiar durante este período, relativa ao uso dos espaços para convívio / lazer?

58 respostas

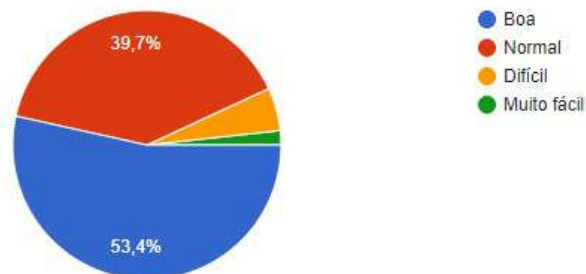


Tabela 30 - Convivência familiar durante o confinamento relativa ao uso dos espaços de convívio e lazer

Os resultados mostram que, durante o período de confinamento, os espaços de convívio e lazer nas habitações desempenharam um papel importante na vida das famílias.

A maioria dos inquiridos, trinta e um (53,4%), considerou que a convivência familiar nesses espaços foi boa, sugerindo que esses locais foram eficazes e contribuíram para um bom ambiente dentro de casa. Vinte e duas (39,7%) famílias consideraram a convivência familiar nesses espaços como normal, indicando que essas áreas desempenharam um papel adequado na manutenção das relações familiares e no entretenimento durante o confinamento. Três inquiridos (5,2%) enfrentaram dificuldades na convivência familiar nos espaços de lazer/convívio, e apenas uma pessoa (1,7%) considerou essa convivência como difícil. Isso pode refletir desafios específicos enfrentados por algumas famílias, como a falta de espaço ou recursos para criar um ambiente de lazer agradável.

Em conclusão, os espaços de convívio e lazer nas habitações desempenharam um papel crucial na convivência familiar durante o confinamento, com a maioria das famílias a considerar as experiências vividas como positivas.

31. Relativamente há 5 anos atrás acha que recebe mais ou menos visitas?

58 respostas

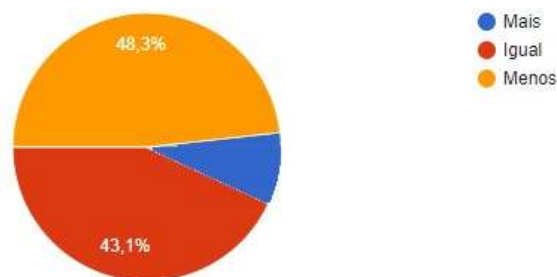


Tabela 31- Relativo à quantidade de visitas recebidas

Os resultados revelam uma tendência interessante em relação ao número de visitas que os inquiridos recebem em casa, comparativamente aos últimos cinco anos, antes do início da pandemia.

A maioria, vinte e oito (48,3%), considerou que agora recebem menos visitas em casa. Este facto pode estar relacionado com o hábito criado durante a pandemia, levando a que as pessoas sejam mais restritas e ponderadas em receber visitas em casa.

Por outro lado, vinte e cinco (43,1%) inquiridos afirmaram que o número de visitas permaneceu o mesmo ao longo dos anos, sugerindo que, mesmo após o período mais crítico da pandemia, eles conseguiram manter um certo grau de interação social e familiar nas suas casas.

Apenas quatro inquiridos (6,9%) afirmaram receber mais visitas em casa do que antes da pandemia. Isso pode indicar que, para um pequeno grupo, a pós-pandemia trouxe um aumento nas visitas e no convívio entre amigos e familiares, possivelmente devido à necessidade das pessoas em se relacionarem mais.

Estes resultados mostram que a pandemia teve um impacto significativo nas visitas recebidas em casa pela maioria dos inquiridos, o que pode refletir a resiliência e a capacidade de adaptação das pessoas em circunstâncias adversas.

32. Relativamente há 5 anos atrás acha que passa mais tempo em casa?

58 respostas

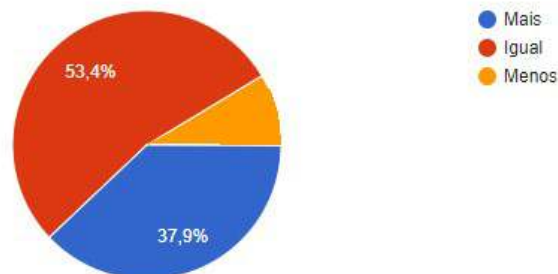


Tabela 32-Relativo ao tempo passado em casa

Relativamente ao tempo que passam em casa, os resultados indicam que a maioria dos inquiridos, trinta e um (53,4%), passa o mesmo tempo em casa do que há cinco anos, antes do início da pandemia. Isso sugere que, para uma parte significativa das pessoas, o tempo que passam em casa não foi significativamente afetado pela pandemia.

No entanto, é notável que vinte e dois (37,9%) inquiridos afirmem passar mais tempo em casa do que há cinco anos. Isso pode ser um reflexo direto das medidas de confinamento e das restrições impostas durante a pandemia, que levaram muitos a trabalhar e a estudar em casa, além de limitar atividades sociais e de lazer fora de casa, pode ter levado a que as pessoas se adaptassem a novo uso da casa. Os fatores económicos, podem também ser uma explicação para esta opção.

Por outro lado, quatro (6,9%) inquiridos afirmaram passar menos tempo em casa do que antes da pandemia. Essa minoria pode ter sido menos afetada pelas restrições ou pode ter adotado um estilo de vida que envolve menos tempo em casa.

Resumindo, estes resultados mostram que, embora a pandemia tenha tido um impacto significativo na vida quotidiana das pessoas, incluindo o tempo passado em casa para muitos, uma parte considerável da amostra manteve o padrão de permanência em casa. Esta variação reflete a diversidade de experiências e circunstâncias individuais vividas durante a pandemia.

33. Atualmente sente-se mais preocupado com o conforto da sua casa?

58 respostas

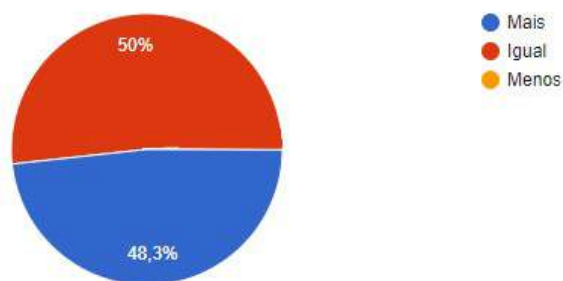


Tabela 33 - Relativo ao conforto da habitação

Os resultados indicam que vinte e nove (51,8%) dos inquiridos afirmaram que mantem a mesma preocupação, enquanto vinte e oito (48,2%) indicaram ter uma maior preocupação em relação ao conforto da habitação após o confinamento.

Esta preocupação sugere que o período de confinamento pode ter sensibilizado as pessoas para a importância de ter uma habitação que seja mais confortável e adequada às suas necessidades. Durante o confinamento, muitos indivíduos passaram mais tempo em casa do que o habitual, o que pode ter despertado a importância de questões relacionadas com o espaço, a iluminação, a ventilação e outras características que afetam diretamente o bem-estar dentro das habitações.

Aqueles que expressam uma maior preocupação relativamente ao conforto das habitações após o confinamento, podem estar a considerar efetuar melhorias ou adaptações nas suas casas para torná-las mais acolhedoras e funcionais. Isso pode incluir a criação de áreas de trabalho em casa, áreas de lazer, ou a melhoria da eficiência energética e conforto térmico das habitações.

34. Nos últimos 2 anos realizou alguma alteração relativa à organização espacial da sua casa?

57 respostas

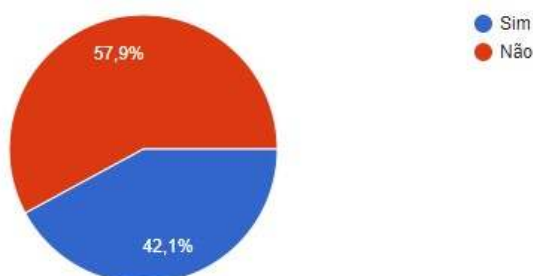


Tabela 34-Relativo a obras na habitação

Perguntou-se aos inquiridos se nos últimos dois anos realizaram alguma obra relacionada com a organização espacial na sua habitação, ao que trinta e três (57,9%) dos inquiridos afirmaram não ter realizado nenhuma obra relacionada com a organização espacial nas suas habitações nos últimos dois anos, enquanto os outros vinte e quatro (42,1%) mencionaram que efetuaram obras de reorganização espacial nos últimos dois anos dentro das suas casas.

Para muitas pessoas, o período de pandemia e confinamento trouxe à tona a importância que a casa tem para além do contexto doméstico. Passaram a sentir a casa não apenas como o lugar onde vivem, mas também trabalham, estudam e se divertem.

Esse aumento na demanda por funcionalidade e conforto nas habitações pode ter levado uma parcela significativa dos inquiridos a considerar efetuar obras de reorganização espacial, nomeadamente na criação de espaços que possam ser mais flexíveis, e consigam adaptar-se facilmente a várias funções, tais como, áreas de estudo/trabalho e lazer.

35. Motivado pela pandemia, pondera num futuro próximo morar noutra lugar? Numa zona mais calma, com mais espaço verde?

57 respostas

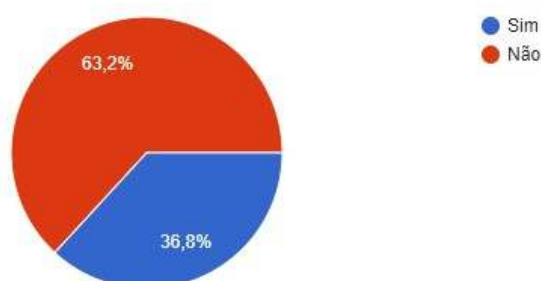


Tabela 35 - Relativo a mudar de casa e lugar

Os resultados indicam que trinta e seis (63,2%) dos inquiridos não pretendem mudar de habitação e de local no futuro próximo, pós pandemia, enquanto os restantes vinte e um (36,8%) consideram essa possibilidade.

Podemos aferir que, para a maioria das pessoas nesta amostra, a experiência de confinamento e as circunstâncias relacionadas à pandemia não tiveram um impacto significativo no desejo de mudar de residência. Isso pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a satisfação com as suas habitações atuais, laços familiares ou comunitários sólidos, ou considerações financeiras que podem limitar a capacidade de se mudar.

Por outro lado, aqueles que consideram a possibilidade de mudar de casa ou lugar podem estar em busca de novas oportunidades, ou na procura de espaços mais adequados para o exercício de teletrabalho ou na procura de uma mudança de cenário após o período de restrições impostas pela pandemia.

Em última análise, estes resultados destacam a diversidade de perspetivas e necessidades das pessoas em relação à habitação e ao local de residência, e que as decisões sobre mudanças futuras serão influenciadas por uma variedade de fatores pessoais e contextuais.

Após a análise parcelar dos resultados, interessa-nos agora compilar alguns desses dados e relacioná-los com os quatro vetores do nosso objeto de estudo: a casa “confinada”, a casa “escritório”, a casa “saudável” e a casa “flexível”.

De maneira a conseguirmos obter um resultado abrangente, selecionamos detalhadamente as perguntas do inquérito, que de alguma forma estariam relacionadas com a dimensão da casa que pretendemos analisar, e fizemos a respetiva soma das várias percentagens obtidas nos resultados.

Dessa forma, após uma observação cuidada, selecionamos as seguintes questões do inquérito para cada dos objetos de estudo: para a casa “confinada”: nº29; nº30; nº31 e nº32, para a casa “escritório”: nº19, nº25 e nº28, para a casa “Saudável”: nº18; nº22; nº23; nº24 e nº33, para a casa “flexível”: nº19; nº20; nº21 e nº34.

Esta compilação de cruzamento de dados, forneceu-nos uma imagem mais clara de como foi o uso da casa dos portugueses durante o tempo de pandemia nas quatro dimensões estudadas.

No quadro seguinte, podemos ver esses resultados, e observar, que no geral, a casa dos portugueses estava minimamente preparada para enfrentar os tempos de pandemia.

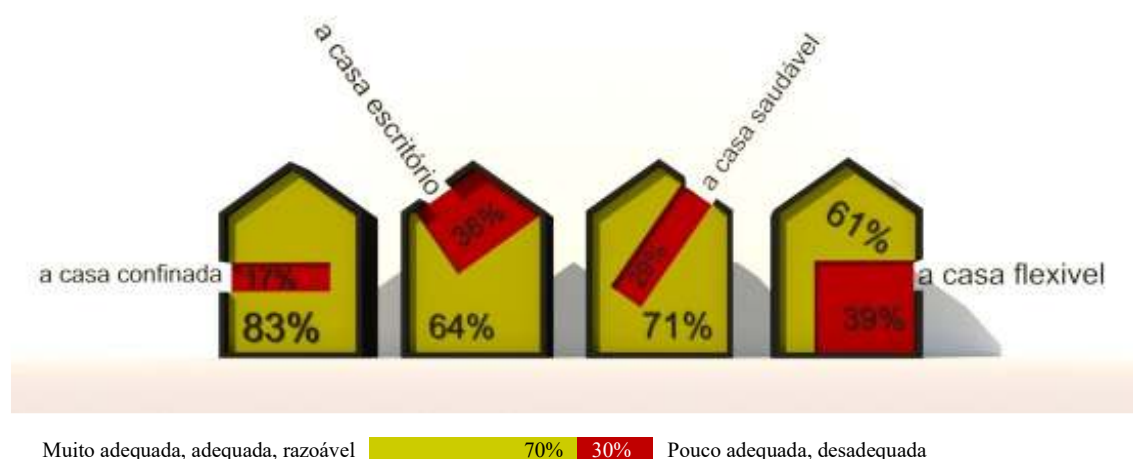


Figura 20 - Síntese de resultados do objeto de estudo (Desenho do autor)

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação incidiu no estudo do uso das habitações em Portugal durante a pandemia COVID-19.

A pandemia trouxe consigo desafios inesperados, criando impactos transversais a toda a sociedade nas mais variadas dimensões: económica, social, cultural, política, religiosa, ambiental, etc. A imposição do “recolher obrigatório”, veio alterar por completo as dinâmicas e rotinas sociais. A obrigação de terem de “ficar em casa”, permitiu que as pessoas passassem a ver a casa sobre outras perspetivas e dimensões.

A casa, que na cultura ocidental, nos remete para o conceito de “abrigo”, era agora literalmente reforçado, por ser o único lugar seguro, o “porto de abrigo”.

Na verdade, a pandemia provocou uma transformação na maneira como as pessoas usavam as suas casas, transformando-as no epicentro de todas as atividades que num cenário normal ocorreriam em diferentes espaços e lugares. A casa doméstica, suficientemente grande e adaptada ao agregado familiar passou a ser a escola, o escritório, o ginásio, o restaurante, o cinema, o parque, tornando-se de repente pequena, claustrofóbica e com poucas divisões.

A nova realidade, obrigou a uma readaptação das famílias na relação que tinham com o ambiente habitacional, vendo-se obrigadas a planear estratégias para conseguir responder aos novos desafios.

Conscientes da importância da habitação durante a pandemia, quisemos aprofundar mais sobre este tema, sob diferentes dimensões de pesquisa e análise, tentando compreender, se as casas dos portugueses estavam preparadas para enfrentar os novos desafios impostos pelo confinamento.

A convivência familiar “forçada”, a adaptação ao teletrabalho e ensino à distância, a salubridade, a flexibilidade e adaptabilidade das habitações foram o nosso foco na busca de respostas de como os portugueses usaram a casa durante o confinamento.

Nesse sentido, e agarrando nas quatro dimensões da nossa pesquisa: casa “confinada”, casa “escritório”, casa “saudável” e casa “flexível”, tentaremos sintetizar o objetivo que nos propusemos alcançar com esta dissertação.

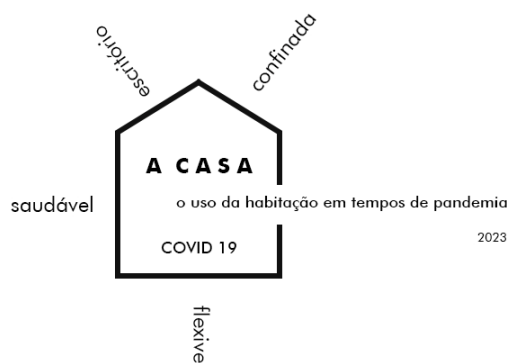


Figura 21- Imagem síntese do estudo (Desenho do autor)

O aparecimento da pandemia, para além do problema de saúde pública, trouxe consigo uma infinidade de dúvidas e incertezas. A falta de conhecimento geral de como lidar com esta situação sem precedentes, contribuiu para o alarmismo geral das pessoas.

Ficar em casa, passou a ser a regra e a única certeza para evitar a propagação do vírus. Contudo, apesar de ser a medida mais segura, viria a transformar a relação das pessoas com a casa, nas mais variadas dimensões.

Na casa “confinada” salientamos a importância das “janelas”, na maneira como se tornaram fundamentais para o bem-estar-mental das pessoas. A “janela física”, que permitia olhar para o exterior, agora preenchido de uma total ausência humana.

No ensaio “*Da minha janela eu vejo: retratos afetivos em tempo de pandemia*” promovido por: “A oficina”⁴ (2020), a ideia foi retratar através de audiovisual, a captura

⁴ A oficina: Programa online 2020, proposto pela Pró-reitoria de graduação (Prograd) da Universidade federal de Alagoas (Ufal)

de imagens e sons, da realidade urbana durante o confinamento, tendo no centro das objetivas o espaço público, capturando a vida urbana ou a ausência dela, através da janela, o elemento arquitetónico que fez a conexão entre o ambiente privado e público, na relação das pessoas com a cidade (Oliveira & Dias, 2021).

Por outro lado, as pessoas tinham a “janela virtual”, em qualquer espaço da casa, a qual se abria para um ínfimo de horizontes, e ajudava a manter o contacto com as dinâmicas do quotidiano, poder conversar com os amigos e familiares, fazer compras, trabalhar, estudar, visitar museus, assistir a espetáculos, reinventar negócios, facilitou a adaptação a este novo conceito de casa “confinada”.

Foi através desta “janela virtual”, que o caminho para a escola e para o trabalho passou a ser imediato, sem trânsito, sem ruído, sem caos, sem pressas de chegar.

Agora, tudo acontece na casa “escritório”. O lugar de domesticidade, da família, de descanso, onde o stress do quotidiano era aliviado diariamente, agrega agora, a escola e as instituições. A vida pessoal e a vida profissional passaram a dividir o mesmo espaço. A casa, é reinventada na sua organização espacial e funcional. Torna-se pequena, apertada, sufocante, irrespirável, pouco saudável para o bem-estar físico e mental das famílias. O medo do vírus, que está lá fora, a espreitar pela fechadura da porta, leva as pessoas a hiperbolizar novas rotinas de prevenção na sua propagação, higienizando a maçaneta da porta, os sacos das compras, os sapatos, as chaves, o telemóvel, e tudo o que é tocado. A casa “saudável” tem de estar limpa, tem de respirar, tem de arejar. Contudo o receio do vírus, inibe as pessoas, até mesmo, em arejar os espaços, tornando a qualidade do ar interior de fraca qualidade.

Com todos os membros da família, a conviver diariamente e a partilhar os espaços domésticos, com diferentes funções, obriga a uma reorganização espacial. O quarto transforma-se em sala de aula, a sala e a cozinha no escritório, o corredor no ginásio, a varanda no jardim. Forçosamente, a casa tornou-se “flexível” e teve de ser adaptada para as novas funções, mesmo aquelas, que não tinham na sua génese de *layout* a estratégia de design defendida por (Friedman, 2021), de acomodar, a maior quantidade de espaço funcional dentro da estrutura mais pequena.

Em conclusão, sabendo que o resultado da nossa amostra do inquérito efetuado, representa um universo muito reduzido dos portugueses, podemos, contudo, generalizar

que a maioria das famílias conseguiram reinventar a relação com a casa e com o ambiente habitacional. Com maior ou menor dificuldade, as casas tornaram-se flexíveis e adaptaram-se em função das condicionantes vividas. As pessoas tiveram uma maior preocupação com a qualidade do ar interior, cuidando da limpeza, com receio da propagação do vírus, higienizando e arejando as casas. Conseguiram conviver no espaço doméstico com as vicissitudes do teletrabalho e do ensino à distância, e ultrapassaram as dificuldades da experiência do confinamento, e da privação do direito à cidade.

Observando este cenário com algum distanciamento temporal, achamos interessante deixar em aberto como será o *“uso da casa dos portugueses pós pandemia”*?

Será que a casa **“desconfinada”** mantém os hábitos adquiridos nos tempos de pandemia?

Num estudo recente da *“Global Dust Study da Dyson”* (2023) publicado na Marketeer, onde refere que a pandemia Covid-19, sublinhou a necessidade de uma limpeza regular para manter as casas saudáveis, conclui que:

“Os hábitos de limpeza nas habitações estão a diminuir a nível mundial: 60% das pessoas admite agora que só limpam quando veem pó ou sujidade visível – este número aumentou 20% desde o ano passado. Em Portugal, 51% das pessoas afirma ter um horário de limpeza regular, tendo este número também diminuído desde 2022.”

Ultrapassado o tempo de pandemia, conotando-o como uma tendência social forçada, citamos Oliveira no conceito de *“casa compreensiva”*:

“Será que as nossas casas conseguirão acompanhar a evolução das novas tendências sociais? A resposta nunca poderá ser definitiva se não for simétrica, ou seja, se além da casa acompanhar a evolução também os seus habitantes acompanharem o progresso dos sistemas que se integram na casa.”

Em suma, após a elaboração deste estudo, e apesar das conclusões retiradas, achamos que no futuro, a casa pós-pandemia deve ser concebida como um espaço que reflita as prioridades e necessidades e que consiga facilmente responder às mais variadas adversidades que o futuro possa trazer. Isso significa, uma abordagem mais cuidadosa na relação das pessoas com o espaço, o qual cada vez mais, vai deixar de ser exclusivamente doméstico, e passará a integrar o teletrabalho na sua dimensão.

A organização espacial, deve ser pensada de forma a acomodar as mudanças nas nossas vidas. A criação de espaços multifuncionais que possam ser facilmente adaptados para diferentes usos, vão cada vez mais, ser essenciais no uso e função da casa.

A sustentabilidade deve ser uma prioridade, com casas projetadas, para maximizar a eficiência energética por meio do uso de fontes de energias renováveis, isolamento térmico adequado e sistemas inteligentes de gestão de energia. Além disso, a qualidade do ar interior, deve ser controlada e mantida nos níveis ideais, para garantir um ambiente saudável nos edifícios.

Achamos que, projetar espaços exteriores maiores, é fundamental para promover um estilo de vida mais equilibrado e saudável. Terraços e varandas com áreas maiores, que permitam a criação de pequenos jardins e onde seja possível efetuar algum exercício de relaxamento, proporcionando um refúgio tranquilo e seguro.

Em resumo, a casa pós-pandemia, deve ser um espaço **versátil, sustentável e saudável**, que se adapte às mudanças nas nossas vidas e nos conecte de forma significativa com o mundo exterior. Pensamos que esta abordagem holística na conceção da casa, nos ajudará a enfrentar os possíveis desafios do futuro, em rápida e constante mudança, como também, melhorará a qualidade de vida no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ábalos, I., 2000. *La buena vida*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili,SA.
- Amarillo, S. D. et al., 2020. *Bad Air Can Also Kill: Residential Indoor Air Quality and Pollutant Exposure Risk during the COVID-19 Crisis*. [Online]
Available at: <https://doi.org/10.3390/ijerph17197183>
[Acedido em 12 04 2023].
- Amaro, D. d. A. C., 2022. *Aprender com as Pandemias - O impacto das crises pandémicas na evolução e transformação da cidade*. [Online]
Available at: <http://hdl.handle.net/10316/104780>
[Acedido em 15 04 2023].
- Ambscience, 2020. *Sustentabilidade durante a pandemia: desafios e soluções*. [Online]
Available at: <https://ambscience.com/sustentabilidade-durante-a-pandemia-desafios-e-solucoes/>
[Acedido em 23 06 2022].
- Anon., 2020. *Nações Unidas*. [Online]
Available at: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>
[Acedido em 12 10 2022].
- APA, 2010. *Agência Portuguesa do Ambiente*. [Online]
Available at:
https://webstorage.cienciaviva.pt/public/pt.cienciaviva.www/divulgacao/Manual_QAI_APA_Maio2010.pdf
[Acedido em 22 04 2023].
- Araújo, E. R., 2020. *Questões de tempo e espaço: do teletrabalho, ao “ficar em casa”, passando pelo confinamento*. [Online]
Available at: <https://hdl.handle.net/1822/65536>
[Acedido em 19 05 2023].
- Arcos, S. A. T., 2023. *La securitización sanitaria y el neo higienismo como premisa en La respuesta frente a la pandemia por COVID-19: un análisis crítico desde la determinación social de la salud*. [Online]
Available at: <http://hdl.handle.net/10644/9445>
[Acedido em 15 02 2023].
- Asadi, S. et al., 2020. *Influenza A virus is transmissible via aerosolized fomites*. [Online]
Available at: <https://www.nature.com/articles/s41467-020-17888-w>
[Acedido em 22 04 2023].
- Barata, M. S., 2020. *O regime jurídico do teletrabalho em Portugal*. [Online]
Available at: <https://revistaibericadodireito.pt/index.php/capa/article/view/37>
[Acedido em 14 04 2022].

- Barracho, C. & Dias, M. J. D., 2010. *O espaço e o homem - Perspectivas Multidisciplinares*. Lisboa: Edições silabo Lda.
- Bergan, K., 2005. *Casa saudável: Um estudo sobre os sentidos da moradia*. [Online]
Available at:
https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/monografias/casa_saudavel.pdf
[Acedido em 12 11 2022].
- Brugmann, J., 1996. *Planning for sustainability at the local government level, Vol 16*. [Online]
Available at: [https://doi.org/10.1016/S0195-9255\(97\)81658-7](https://doi.org/10.1016/S0195-9255(97)81658-7)
[Acedido em 19 05 2023].
- Bruntland, G., 1991. *O nosso futuro comum*. [Online]
Available at:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf
[Acedido em 16 06 2023].
- Bursztyn, M., 2001. *A difícil sustentabilidade - Política energética e conflitos ambientais*. [Online]
Available at: https://www.academia.edu/9157583/A_Dif%C3%ADcil_Sustentabilidade
[Acedido em 12 02 2023].
- Carmo, R. M., Tavares, I. & Cândido, A. F., 2020. *Um olhar sociológico sobre a crise Covid 19 em Livro*. [Online]
Available at: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23857/1/book_hdl23857.pdf
[Acedido em 12 06 2022].
- Carmo, R. M., Tavares, I. & Cândido, A. F., 2020. *Um olhar sociológico sobre a crise Covid 19 em Livro*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte.
- Carrier, 2021. *Healthy Homes Infographic Creating a Healthy Home*. [Online]
Available at: https://www.carrier.com/carrier/en/worldwide/media/Building-Solutions-Services-Healthy-Homes-Infographic-Creating-a-Healthy-Home-0921_tcm933-144554.pdf
[Acedido em 12 04 2023].
- Carvalho, M., 2022. *A Casa Flexível: Interpretação da flexibilidade na arquitetura habitacional do século XX*. [Online]
Available at: <https://hdl.handle.net/1822/80760>
[Acedido em 22 05 2023].
- Cassou, B., 2020. *A sustentabilidade como foco principal no mundo pós-pandemia*. [Online]
Available at: <https://blog.archtrends.com/sustentabilidade-pos-pandemia/>
[Acedido em 13 12 2022].

- Choay, F., 1965. *L'urbanisme: Utopies et réalités*. [Online]
Available at: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45187/1/2014_liv_mclcosta.pdf
[Acedido em 10 12 2021].
- Clemente, A. C. F. & Antonio, S. E., 2020. *Lazer Doméstico em Tempos de Pandemia da Covid-19*. [Online].
- Cohen, S. C., 2004. *ARCA - repositório Institucional da Fiocruz*. [Online]
Available at: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4447>
[Acedido em 13 12 2022].
- Cohen, S. C., Cardoso, T., Navarro, M. A. & Kliegerman, D. C., 2019. *Habitação saudável e biossegurança: Estratégias de análise dos fatores de risco em ambientes construídos*. [Online]
Available at: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912317>
[Acedido em 27 07 2022].
- Corbusier, L., s.d. *Para uma arquitetura*. s.l.:Textos fundamentais.
- Costa, M. C. L., 2014. *O discurso higienista e a ordem urbana*. s.l.:Editora UFC.
- DGS, 2004. *Direção Geral de Saúde: PLAHS*. [Online]
Available at: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/107870/WHO-EURO-2007-4897-44660-63394-por.pdf?sequence=4&isAllowed=y>
[Acedido em 15 12 2022].
- Disch, R., 2007. *Pequenas casas ecológicas*. s.l.:Taschen.
- Drago, A. i., 2020. *Habitação, Pandemia, Crise*. [Online]
Available at: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/23857>
[Acedido em 12 10 2022].
- Eleb-Vidal, M., Châtelet, A.-M. & Mandoul, T., 1990. *PENSER L'HABITÉ -Le longement en questions*. s.l.:s.n.
- Faria, L., 2007. Arquitetura e ecologia na contemporaneidade - Eco-Arquitetura? (Eco) Arquitetura?. Em: *ARQ/a, 957- Ano VIII*. Lisboa: Futurmagazine, pp. 20-25.
- Farias, J. a. & Alvim, A. T. B., 2022. *Higienismo e forma urbana: uma biplotica do território em evolução*. [Online]
Available at: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20220050>
[Acedido em 12 4 2023].
- Feltrin, R. F., 2018. *Arquitetura, cidade e modernidade. Considerações a partir do filme Mon Oncle, de 1958*. [Online]
Available at: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/17.200/7067>
[Acedido em 17 04 2023].
- Ferreira, A. M., 2021. *COVID-19 e confinamento: impacte da qualidade do ar interior residencial na saúde dos trabalhadores em teletrabalho*. [Online]
Available at: <http://hdl.handle.net/10284/10135>

- For_Health, 2017. *The 9 foundations of a healthy building*. [Online]
Available at: <https://forhealth.org/>
[Acedido em 18 05 2023].
- For_health, 2019. *36 EXPERT TIPS TO MAKE YOUR HOME A HEALTHIER HOME*.
[Online]
Available at: <https://forhealth.org/>
[Acedido em 15 05 2023].
- Foucault, M., 1988. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. [Online]
Available at:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf
[Acedido em 23 02 2023].
- Friedman, A., 2002. *The Adaptable House : Designing Homes for Change*. [Online]
Available at: <https://www.amazon.com/Adaptable-House-Designing-Homes-Change/dp/0071377468>
[Acedido em 10 06 2023].
- Friedman, A., 2021. *The Grow Home*. s.l.:s.n.
- Galamas, M., 2021. *Urbana*. [Online]
Available at: https://urbana.com.pt/2021/09/uma-casa-flexivel-transformada-na-pandemia/?doing_wp_cron=1694288959.8752870559692382812500
[Acedido em 26 05 2023].
- Gonçalves, T. M., 2009. *HABITACÃO E SUSTENTABILIDADE URBANA*. [Online]
Available at: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582009000100004>
[Acedido em 23 08 2022].
- Guerra, I., 2010. *A Cidade Sustentável*. [Online]
Available at: <https://doi.org/10.7749/citiescommunitiesterritories20-2123>
[Acedido em 23 06 2023].
- Havel, J., 1968. *Habitat et longement*. s.l.:Presses Universitaires de France.
- Hertzberger, H., 1991. *Lessons for Students in Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers.
- Kelly, K., 1995. *Out of control*. s.l.:Fourth Estate.
- Lefebvre, H., 2012. *O Direito à cidade*. Lisboa: Ed. Lisboa estudio e Livraria Letra Livre.
- Lima, F. d. A., 2014. *A PARAMETRIZAÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE COMPACTA: UMA ABORDAGEM “PÓSMODERNA” PARA CENTROS URBANOS CONTEMPORÂNEOS SUSTENTÁVEIS*. [Online]
Available at: <https://www.redalyc.org/comocitar.ou?id=351732474005>
[Acedido em 12 06 2023].

- Lima, J. A., Alencar, E. B. & Fonseca, G. C., 2022. *Sustentabilidade em tempos de pandemia: uma análise hoje para um novo fazer amanhã*. [Online]
Available at: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.22921>
[Acedido em 13 06 2023].
- Lino, R., 2007. *Casas Portuguesas*. Viseu: Livros Cotovia.
- Macreanor, G., 2008. *Adaptability*. [Online]
Available at: <https://aplust.net/blog/adaptability/>
[Acedido em 23 05 2023].
- Macedo, A. J., 2021. *A pandemia da Covid 19, e o ambiente de descontaminação nas unidades habitacionais brasileiras*. [Online]
Available at:
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/66121785/A_pandemia_da_Covid_19_e_o_ambiente_de_descontaminacao_nas_unidades_habitacionais_brasileiras-libre.pdf?1616956155=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_pandemia_da_Covid_19_e_o_ambiente_de_d.p
[Acedido em 16 12 2022].
- Maciel, M., 2006. *Vitrúvio Tratado de arquitetura*. ISTPress ed. Lisboa: s.n.
- Marzano, M., 2011. *Foucault et la santé publique: Les tribunes de la santé*. [Online]
Available at: <https://doi.org/10.3917/seve.033.0039>
[Acedido em 22 10 2022].
- Mendell, M. J. A., 2005. *Do Indoor Pollutants and Thermal Conditions in Schools Influence Student*. [Online]
Available at:
<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=79416095fbc5f4cec00e42b0fcb542a3db373d6d>
[Acedido em 23 05 23].
- Messenger, J. C., 2019. *Telework in the 21st century – an evolutionary perspective*. [Online]
Available at:
<https://www.elgaronline.com/display/edcoll/9781789903744/9781789903744.00005.xml>
[Acedido em 3 12 2022].
- Nilles, J. M., 1975. *Telecommunications and Organizational Decentralization*. [Online]
Available at: <https://ieeexplore.ieee.org/document/1092687>
[Acedido em 15 03 2023].
- Oliveira, A., 2015. *A Casa Compreensiva*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Oliveira, A., Faria, L. P. d. & Ferreira, J. C., 2020. *Como se transformarão as nossas cidades e as nossas casas?*. [Online]
Available at: <https://www.publico.pt/2020/04/20/opinioao/opinioao/transformarao->

idades-casas-1913018

[Acedido em 11 12 2022].

Oliveira, R. & Dias, J., 2021. *Corpos, casas, cidades e tempos de pandemia*. Maceió.

[Online]

Available at: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8109>

[Acedido em 20 08 2023].

OMS, 2006. *Development of WHO Guidelines for indoor air quality: report on a working group meeting, Bonn, Germany, 23-24 October 2006*. [Online]

Available at: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/350713>

[Acedido em 16 05 2023].

OMS, 2020. *World Health Organization*. [Online]

Available at: <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>

[Acedido em 10 10 2022].

Páez, F., 2007. *La sustentabilidad urbana en las ciudades*. [Online]

Available at: <https://biblat.unam.mx/es/revista/boletim-goiano-de-geografia/articulo/la-sustentabilidad-urbana-en-las-ciudades>

[Acedido em 25 04 2023].

Pato, J. H., 2011. *História das políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas em Portugal*. [Online]

Available at: file:///C:/Users/User/Downloads/ICS_JPato_Historias_LAN.pdf

[Acedido em 20 03 23].

Porto, e., 2023. *Infopédia Dicionários Porto editora*. [Online]

Available at: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/e-learning>

[Acedido em 04 12 2022].

Rabeneck, A., Sheppard, D. & Town, P., 1973. *Housing/Flexibility*. s.l.:Architectural design.

Ramos, R. J. G., 2010. *A casa - Arquitetura e projeto doméstico na primeira metade do século XX Português*. s.l.:Faup publicações.

Rodrigues, J., 2003. Portugal e o desenvolvimento ecológicamente sustentável. Em: *A obra nasce*. Porto: Fundação ensino e Cultura Fernando pessoa, pp. 59-65.

Rodrigues, S. f., 2009. *A casa dos sentidos*. s.l.:arqcoop.

Rogers, R., 1997. *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili,SA.

Rufo, J. c. & Ribeiro, A. I., sd. *Covid 19 e a necesssidade de assegurar a qualidade do ar interior*. [Online]

Available at: <https://ispup.up.pt/wp-content/uploads/2021/11/COVID-19-e-a-necessidade-de-assegurar-a-qualidade-do-ar-interior.pdf>

[Acedido em 24 01 2023].

Sakula, A., 2003. Conjunto habitacuinal "PEA" Londres. Em: *ARQ./a - n°51, Ano VIII*. s.l.:Futurmagazine, pp. 54-57.

Scheurmann, E., 2003. *O Papalagui*. s.l.:Antigona.

Schmidt III, R., Eguchi, T. & Austin, S. & G. A., 2009. *Adaptable Futures: A 21st Century Challenge*. [Online]

Available at: <http://adaptablefutures.com/wp-content/uploads/2011/11/Schmidt-et-al.-2009b.pdf>

[Acedido em 23 05 2023].

Schmidt III, R., Eguchi, T., Austin, S. & Gibb, A., 2010. WHAT IS THE MEANING OF ADAPTABILITY IN THE BUILDING INDUSTRY?. pp. 232-240.

Schneider, T. & Till, J., 2005. *Flexible housing: opportunities and limits*. [Online]

Available at: <https://doi.org/10.1017/S1359135505000199>

[Acedido em 23 05 2023].

Sharpe, R. et al., 2018. *Making the case for "Whole System" Aproches Integrating public health and housing*.. [Online]

Available at: <https://www.mdpi.com/1660-4601/15/11/2345>

[Acedido em 23 02 2023].

Silva, â. E. S., 2017. *Repositório da Universidade de Lisboa*. [Online]

Available at: <http://hdl.handle.net/10451/30896>

[Acedido em 23 02 2023].

Silva, J. L. & Eloy, S., 2012. *Arquitetura flexível: movimento e sistemas cinéticos*.

[Online]

Available at: [https://repositorio.iscte-](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13571/1/Arquitetura%20flex%C3%ADvel.pdf)

[iul.pt/bitstream/10071/13571/1/Arquitetura%20flex%C3%ADvel.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13571/1/Arquitetura%20flex%C3%ADvel.pdf)

[Acedido em 24 05 2023].

Sobral, L. et al., 2023. *Retalhos de uma cidade confinada 2020: Entre a realidade e a utopia*. [Online]

Available at: <https://journals.openedition.org/cidades/2528>

[Acedido em 04 02 2023].

Távora, F., 1962. *Da organização do espaço*. s.l.:Faup.

Teixeira, F. M., 2022. *(Re)habitar hoje um espaço de ontem: (Re)pensar a casa em tempos de pandemia*. [Online]

Available at: <https://hdl.handle.net/1822/80763>

[Acedido em 23 11 2022].

Till, J. & Schneider, T., 2005. *Flexible Housing: The means to an end*. [Online]

Available at:

https://www.researchgate.net/publication/232093564_Flexible_housing_The_means_to_the_end

[Acedido em 23 05 2023].

UE, 1990. *Comissão europeia: Livro sobre o ambiente Urbano*. [Online]
Available at: <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/0e4b169c-91b8-4de0-9fed-ead286a4efb7>
[Acedido em 1 12 2022].

UNICEF, 2020. [Online]
Available at: <https://www.unicef.org/brazil/dicas-de-limpeza-e-higiene-para-ajudar-manter-o-virus-da-covid-19-fora-de-sua-casa>
[Acedido em 10 07 2022].

Valagão, J., 2015. *A Flexibilidade na arquitetura -Proposta de uma unidade habitacional no intendente*. [Online]
Available at: [file:///C:/Users/User/Downloads/Joana-Valag%C3%A3o_A-Flexibilidade-na-Arquitectura%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Joana-Valag%C3%A3o_A-Flexibilidade-na-Arquitectura%20(1).pdf)
[Acedido em 19 05 2023].

Velasco, S. M. V., Pantoja, M. J. & Oliveira, M. a. M., 2023. *Qualidade de Vida no Teletrabalho Compulsório no Contexto da COVID-19: Percepções entre os Gêneros em Organizações Públicas*. [Online]
Available at:
https://www.researchgate.net/publication/367330224_Qualidade_de_Vida_no_Teletrabalho_Compulsorio_no_Contexto_da_COVID-19_Percepcoes_entre_os_Generos_em_Organizacoes_Publicas/related#fullTextFileContent
[Acedido em 13 06 2023].

Voltolini, r., 2020. *NOVO MODO DE PENSAR E DE FAZER NEGÓCIOS É DETERMINANTE PARA TRAJETÓRIA FUTURA DE QUALQUER SEGMENTO EMPRESARIAL*. [Online]
Available at: http://www.revistaopapel.org.br/edicoes_impresas/170.pdf
[Acedido em 12 05 2023].

Zamban, J. N. ., 2011. *O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE URBANA*. [Online]
Available at: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5120225>
[Acedido em 23 05 2023].